



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
1º DISTRITO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BRASÍLIA – DF
Março, 2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
1º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

BRASÍLIA – DF
Março, 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária-Executiva

Marcia Pelegrini

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Paulo Machado

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretora Geral

Maria Alice Nascimento Souza

1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/Distrito Federal

Chefe do Distrito

Fernando César Pereira Ferreira

Núcleo Administrativo e Financeiro

Gustavo Brito

Núcleo de Policiamento e Fiscalização

Carlos Sérgio Honorato de Oliveira

Núcleo de Administração de Pessoal

Amirce Ferreira Rodrigues dos Santos

Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos

Hudson Clauss Silva Fraga

Missão Institucional

“Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.”

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

art. – artigo

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DBR – Declaração de Bens e Rendas

Dec. – Decreto

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

nº - número

OCI – Órgão de Controle Interno

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PC – Prestação de Contas

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Sisac – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

PRF – Polícia Rodoviária Federal

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1º DRPRF/DF – 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Identificação da UI – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro 2.2.1.1 – Programa temático	41
Quadro 2.2.1.2 – Programa temático	41
Quadro 2.2.2.1 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ	42
Quadro 2.2.2.2 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ	43
Quadro 2.2.2.3 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ	44
Quadro 2.2.2.4 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ	46
Quadro 2.2.2.5 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ	47
Quadro 2.2.3.1 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ.....	48
Quadro 2.2.3.2 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ.....	49
Quadro 2.2.3.3 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ.....	49
Quadro 2.2.3.4 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ.....	50
Quadro 2.2.3.5 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ.....	51
Quadro 2.2.4.1 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	52
Quadro 2.2.4.2 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	53
Quadro 2.2.4.3 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	53
Quadro 2.2.4.4 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	54
Quadro 2.2.4.5 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	55
Quadro 2.2.4.6 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	56
Quadro 2.2.4.7 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	56
Quadro 2.2.4.8 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	57
Quadro 2.2.4.9 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	58
Quadro 2.2.4.10 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	59
Quadro 2.2.4.11 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	59
Quadro 2.2.4.12 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ	60
Quadro 2.2.5.1 – Programa de Gestão e Manutenção	61
Quadro 2.2.5.2 – Programa de Gestão e Manutenção	61
Quadro 2.2.5.3 – Programa de Gestão e Manutenção	62
Quadro 2.2.6.1 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado	62
Quadro 2.2.6.2 – ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado.....	63
Quadro 2.2.6.3 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado	65
Quadro 2.2.6.4 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado	66
Quadro 3.2 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	70
Quadro 4.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa.....	79
Quadro 4.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa	80
Quadro 4.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação.....	81
Quadro 4.1.3.6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	84
Quadro 4.3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	86
Quadro 4.5.1 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica).....	87
Quadro 4.5.3 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	88
Quadro 4.5.4 – Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)	89

Quadro 5.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12	90
Quadro 5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	90
Quadro 5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – situação em 31/12.....	94
Quadro 5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12.....	95
Quadro 5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12.....	96
Quadro 5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	97
Quadro 5.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12.....	98
Quadro 5.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12	98
Quadro 5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	100
Quadro 5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	101
Quadro 5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	102
Quadro 5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	103
Quadro 5.2.6 – Composição do quadro de estagiários	104
Quadro 6.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	110
Quadro 6.2.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional	110
Quadro 6.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	112
Quadro 7.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada.....	115
Quadro 8.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	119
Quadro 8.3 – Consumo de papel, energia elétrica e água	121
Quadro 9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	123
Quadro 9.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	131
Quadro 9.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	137
Quadro 9.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	11
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	11
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	12
1.3 Organograma funcional	28
1.4 Macroprocessos finalísticos	30
1.5 Macroprocessos de apoio	34
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	37
2.1 Planejamento da unidade	38
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	40
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	66
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	69
3.1 Estrutura de governança	69
3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	70
3.3 Sistema de correição	72
3.4 Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	78
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	78
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	79
4.1 Execução das despesas	79
4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	86
4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	86
4.4 Transferências de recursos	87
4.5 Suprimento de fundos	87
4.6 Renúncias sob a gestão da UJ	89
4.7 Gestão de precatórios	89
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	90
5.1 Estrutura de pessoal da unidade	90
5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários	100
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	106
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	106
6.2 Gestão do patrimônio imobiliário	110
6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros	112
6.4 Manutenção predial	112
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	115
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	115
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	119
8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	119
8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados	120

8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água	121
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	123
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	123
9.2 Tratamento de recomendações do OCI	123
9.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/1993	137
9.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário	139
9.5 Alimentação Siasg e Siconv	140
10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	141
10.1 Medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público	141
10.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	142
11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	143
11.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ	143

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão contempla os atos de gestão praticados pelo 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal/DF – DRPRF/DF durante o exercício de 2013, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados estão consubstanciados em todo o decorrer do documento. Como instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, visa correlacionar os Programas, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações com as metas, os resultados e a destinação dos recursos. Desta forma, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação dos serviços prestados à sociedade, a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do 1º DRPRF/DF.

Este relatório está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 01/2013.

Em 2013, a UJ passou por grandes transformações de caráter político, administrativo e operacional, que alavancou sua reorganização e capacidade de atuação. Considera-se relevante que a unidade implantou práticas de boa gestão e conseguiu avanços em várias áreas, destacando-se, principalmente:

- reorganização da área administrativa e financeira, com a lotação de mais servidores e o auxílio temporário de servidores experientes de outras regionais;
- consolidação como unidade incubadora de projetos estruturantes para a PRF, partindo de uma gestão de proximidade com o DPRF;
- mudança de sede administrativa para um prédio maior, mais bem localizado, adequado às necessidades, moderno, seguro, confortável, etc.;
- reorganização do Setor de Licitações e realização de vários Pregões Eletrônicos;
- aquisição de equipamentos para implantação de sistema de *videowall*;
- aquisição de equipamentos para implantação de sistema de videomonitoramento de pontos críticos das rodovias federais sob circunscrição da regional;
- transformação da Central de Informações Operacionais – CIOP em Central Regional de Operações – CRO, com aquisição de mobiliário específico e equipamentos de *videowall* e videomonitoramento, o que permitirá agilidade nos acionamentos e atendimentos das ocorrências;
- participação da Copa das Confederações e envio de policiais à Jornada Mundial da Juventude;
- aquisição de equipamentos de radiocomunicação;
- contratação de *link* de internet para a sede e postos de fiscalização;
- contratação de empresa para realização de manutenção predial para a sede e alguns postos de fiscalização;
- contratação de empresa para cercamento e iluminação da área dos postos de fiscalização onde ficam guardados os veículos retidos/apreendidos;
- convênio com o Detran/DF, o que viabilizou já em 2013 a realização de leilão de 400 veículos que estavam retidos/apreendidos nos pátios dos postos;

- convênio com a Secretaria de Receita do Distrito Federal, o que permitiu a mudança do posto de Formosa/GO para Planaltina/DF; e
- substituição de mão de obra terceirizada por nomeação de servidores para os cargos administrativos.

Porém, a unidade também encontrou inúmeras dificuldades para consecução de seus objetivos e realização de ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, destacando-se:

- escassez de servidores tanto da área fim quanto da área meio. Além disso, os servidores da área meio ainda não têm a devida qualificação para realização das complexas atividades de gestão;
- orçamento disponibilizado incompatível com os objetivos propostos e muito aquém da necessidade que a sociedade espera de um órgão de segurança pública e trânsito. E a isso acrescenta-se o fato de o orçamento só ser descentralizado no fim do exercício, o que torna inviável a realização de procedimentos licitatórios;
- alta rotatividade nos cargos de chefia e dos servidores lotados na área meio. Ressalta-se que isso se deve à falta de quadro de servidores administrativos, assim os policiais ficam pouco tempo na área administrativa e, por diversos motivos, logo voltam à atividade operacional; e
- estrutura de cargos extremamente deficitária. Sendo a Regional um Distrito, possui, regimentalmente, apenas cinco cargos de chefia, a saber, o Chefe do Distrito (DAS-101.1) e os Chefes dos Núcleos de Policiamento e Fiscalização, de Corregedoria e Assuntos Internos, de Administração de Pessoal e de Administração e Finanças (FG3), o que dificulta sobremaneira o desenvolvimento dos serviços administrativos e operacionais. Nas demais Regionais de mesmo porte, em nível nacional, existem outras funções gratificadas que, embora já deficitárias em relação a valores e quantitativos, possibilitam melhor distribuição das demandas. Para se ter ideia, embora tenha havido a redistribuição de encargos do NPF a três áreas operacionais, por intermédio da Portaria nº 209, de 27/09/2013, publicada no BS nº XXXII de 30/09/2013, a falta de estruturas de delegacias nas referidas áreas causam obstrução do fluxo de comando, o que dificulta e por vezes inviabiliza o desenvolvimento das atividades da Polícia Rodoviária Federal.

Conforme as orientações do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a seguir estão indicados os itens que não constam do presente documento por não se aplicarem a esta unidade ou que não ocorreram, assim como a correspondente justificativa.

Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: “3.3 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal”, não se aplica à natureza da unidade jurisdicionada, por ser um órgão da administração direta; “4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”, apesar de se aplicar à natureza jurídica da UJ, não houve ocorrência no período; “4.4 Transferência de recursos”, apesar de se aplicar à natureza jurídica da UJ, não houve ocorrência no período; “4.6 Renúncia sob a gestão da UJ”, não se aplica à natureza jurídica da UJ, visto a não previsão legal de arrecadação nas modalidades solicitadas; “4.7 Gestão de precatórios”, não se aplica à natureza jurídica da UJ, pois é feito de maneira centralizada pela unidade superior (DPRF); “9.1 Decisões exaradas em Acórdãos do TCU”, não houve ocorrência no período; “9.3 Informações sobre atuação da Auditoria Interna”, não se aplica, pois a unidade não dispõe de auditoria interna; “11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008”, não se aplica, pois a UJ efetua os registros contábeis no SIAFI; “11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 6.404/1976”, não se aplica, pois a UJ não se submete à citada lei.

Em relação à Parte B do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, todos os itens não se aplicam.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1.1 – Identificação da UI – Relatório de Gestão Individual

Poder e órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF			Código SIORG: 704
Identificação da unidade jurisdicionada			
Denominação Completa: 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: 1º DRPRF/DF			
Código SIORG: 013428		Código LOA: Não se aplica	
Código SIAFI: 200141			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: 00.394.494/0136-29
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3395-9300 PABX	(061) 3395-9303	(061) 3395-9303 FAX
Endereço Eletrônico: gab.df@prf.gov.br / sup.df@prf.gov.br			
Página na Internet: https://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Indústria e Abastecimento SIA, Trecho 3, lotes 145/155 – Guará – Brasília/DF – CEP 71.200-037			
Normas relacionadas à unidade jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988. Código de Trânsito Brasileiro-Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de agosto de 2007, que aprovou o Regimento Interno do DPRF. Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades gestoras relacionadas à unidade jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Gestões relacionadas à unidade jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Relacionamento entre unidades gestoras e gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Polícia Rodoviária Federal – PRF na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais, sob sua circunscrição, busca diuturnamente aprimorar sua capacidade de gestão, técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia. As ações institucionais basilares estão na consolidação da segurança viária nacional que passa pela prevenção das ocorrências de acidentes de trânsito, atendimento ao cidadão identificando suas necessidades operacionais e administrativas, bem como agir no enfrentamento aos ilícitos que utilizam desse modal para sua locomoção ou movimentação.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz com que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade. O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

As competências da PRF têm na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro) e no Decreto 1.655/95 seus marcos legais principais. Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, § 2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - Polícia Rodoviária Federal

...

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

A partir dessa integração a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 2º As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012).

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

1.2.1 Estatísticas

Autuações

O levantamento do dado foi realizado por meio do sistema Siger. Antes da análise pormenorizada dos autos de infração de 2013, apresentamos quadro comparativo da evolução da atividade na Regional.

Descrição Infração	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Todos os Tipos de Auto	89.312	67.201	39.834	-40,73%

Fonte: Siger.

Afetas a atual gestão do Núcleo, passamos a analisar os dados referentes ao ano de 2013.

Descrição Infração	Indicador de Abordagem	Meio de Autuação	Tipo de Auto	Quantidade	Total
Todos os Tipos de Auto	Com Abordagem	Eletrônico	Talonnário Eletrônico	7.872	18.475
		Manual	Padrão	10.603	
	Sem Abordagem	Eletrônico	Radar	7.528	21.359
			Talonnário Eletrônico	11.672	
		Manual	Padrão	2.159	
	Total				

Fonte: Siger.

Convém esclarecer que a variação de -40,73% na quantidade de autos de infrações expedidos no ano de 2013, em comparação ao ano de 2012, ocorreu em função de dois fatores primordiais:

- No ano de 2012, o 1º DRPRF/DF possuía dois radares operando nas rodovias do Distrito Federal. Naquele ano, conforme dados do Siger, somente os equipamentos de radar foram responsáveis por 36.306 autos no âmbito do 1º DRPRF/DF. Ocorre que no ano de 2013 um aparelho de radar danificou no primeiro semestre e o outro no segundo semestre, dessa forma, houve uma redução significativa das autuações, as quais diminuiram de 36.306 no ano de 2012 para 7.528 no ano 2013. Vale ressaltar que os aparelhos utilizados naquela época possuíam tecnologia obsoleta e um alto custo de manutenção, portanto, não era viável para a administração pública manter referidos equipamentos. Assim, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal ciente dessas dificuldades realizou licitação e adquiriu novos radares, os quais possuem tecnologia avançada. O 1º DRPRF/DF recebeu dois equipamentos novos, os quais já estão em operação nas malhas viárias sob a nossa circunscrição.
- Outro fator responsável pela redução do número de autuações no 1º DPRF/DF, foi o grande número de apreensões realizadas pelos policiais do 1º DRPRF/DF, pois, conforme estudo realizado pela Coordenação de Controle Operacional da Polícia Rodoviária Federal, cada apreensão/prisão, envolve, no mínimo três policiais e gera uma demanda, em média, de cinco horas entre o início e o fim da ocorrência. Para corroborar nossos argumentos, vejamos alguns números relativos aos aumentos percentuais de nossas apreensões em comparação ao ano de 2012: 837,43% de cocaína, 3.891,33% de crack, 890,79% de maconha, 19.882,37% de cigarros, 4000% de CD/DVD, 34,78% de revolver, 16,66% de pistola, 400% de espingarda,

62,18% de munições, 40,35%, 20,71% de veículos recuperados, 80,65% crimes de trânsito, 212,5% de crimes contra a vida/patrimônio.

Abaixo apresentamos quadro comparativo.

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Testes de Alcoolemia	787	2.672	61.440	2.299%
Autuações de Alcoolemia	787	705	664	-5,82%-
Prisões por Alcoolemia	17	68	259	380%-

Fonte: Rod on line.

Em relação à fiscalização de alcoolemia, consideramos que em virtude do baixo efetivo o trabalho do policial rodoviário federal é aumentado, sendo o servidor forçado adotar procedimentos legais com praticidade. Exemplo claro desta praticidade é a frequência com que o etilômetro é oferecido aos condutores. Em que pese a maior quantidade de testes realizados em relação aos anos de 2011 e 2012, uma vez que em todos os feriados foram planejados comandos específicos para este tipo de fiscalização, a solicitação para que o condutor se submeta ao teste de etilômetro é baseada nos sinais de embriaguez que o condutor apresenta. Obviamente, trata-se de um equipamento para ser utilizado nestes casos. Entretanto, não é rotina na atuação dos servidores ofertarem o equipamento aos condutores que não apresentam sinais de embriaguez. A necessidade de ser prático faz com que os servidores atuem nos casos mais graves, apresentando o equipamento a condutores que dirigem veículos em “zigue-zague”, ou que se envolveram em acidentes, ou após denúncias e reclamações de usuários.

Cabe considerar que a oferta do equipamento ao condutor, ainda que sem sinais graves de embriaguez, também é útil como medida educacional, e para fomentar a mudança de comportamento diante da ação de dirigir sob o efeito de álcool. Este modelo de atuação não foca o aumento do número de notificações por embriaguez ao volante, mas de testes de etilômetro, com o objetivo de mudar o comportamento dos condutores da região.

O transporte irregular de passageiros é problema social que assola cidadãos que necessitam do transporte público para deslocamento residência x trabalho. Nota-se que muitos trabalhadores moram em regiões afastadas da capital, sendo obrigados a utilizar o transporte público, que está aquém das necessidades de seus usuários. Diante do notório problema social e econômico, não consideramos questão a ser combatida exclusivamente com policiamento, nem tão pouco deve ser encarada como primeira solução do problema.

Acidentes

O levantamento do dado foi realizado por meio do sistema Siger. Apresentamos quadro comparativo.

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Todos os Tipos de Acidentes	2.744	3.188	3.349	5,5%

Fonte: Siger.

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Acidentes com mortos	142	194	151	-32,17%
Acidentes com vítimas	1194	1431	1538	7,47%
Acidentes sem vítimas	1408	1563	1660	6,20%
Soma de Qtd Morto	237	216	204	-5,56%
Soma de Qtd Ferido Grave	670	613	641	4,56%
Soma de Qtd Ferido Leve	1713	1809	1961	8,40%

Fonte: Siger.

Em que pese o aumento absoluto na quantidade de ocorrências, houve queda na quantidade de acidentes com mortos e redução da quantidade de mortos.

A redução dos números de acidentes, feridos e vítimas fatais dependem de diversas variáveis. O policiamento ostensivo é apenas uma destas variáveis. Entretanto, independente de seu peso, é comumente entendida como a única forma de reduzir acidentes de trânsito, uma vez que são maiores as cobranças aos órgãos de fiscalização.

A grande maioria dos acidentes ocorre na região metropolitana, onde as rodovias federais possuem intenso fluxo de veículos e infraestrutura aquém da necessária para comportar a frota. Ainda é importante considerar que o efetivo disponível não é adequado para atender todas as demandas legais da instituição.

Em que pese a impossibilidade lógica de mensurar quantas ocorrências de acidente a presença da viatura evitou, entendemos que a ostensividade pode colaborar para que o comportamento do condutor seja regrado ao dirigir seu veículo. Desta forma, começamos a implantar equipes de ronda nas rodovias com trechos críticos em ocorrências de acidentes, por constatar que o modelo aumenta a presença ostensiva da viatura no trecho, favorecendo a redução dos índices de acidente.

A infraestrutura da via também é fator preponderante nas ocorrências de acidentes de trânsito. A PRF, no atendimento de acidentes, possui plenas condições de constatar falhas na infraestrutura da via. Sendo assim, foram designadas **Comissões de Análise de Pontos Críticos em Acidentes de Trânsito**, que ficou responsável pela análise dos acidentes ocorridos nos pontos críticos das BRs sob a circunscrição desta Regional.

As Comissões recomendaram alterações e melhorias na infraestrutura da via, com o objetivo principal de diminuir o alto índice de acidentes de trânsito, bem como aperfeiçoamentos nos sistemas de registro e nos procedimentos de confecção de Boletins de Acidente.

Os trabalhos estão registrados nos autos do Processo nº 08.650.001.763-2012-77 e 08.675.003.552-2013-71.

Ainda no que tange análise de dados de acidentes, estudamos formas de aumentar eficiência e eficácia de procedimentos administrativos. Um dado importante da eficácia dos serviços prestados pela instituição é a correção com que o servidor confecciona o documento público. Obviamente nem todos os pedidos de retificação de boletins de acidentes são válidos, e por sua vez deferidos.

Outro dado importante para mensurar a eficiência da prestação do serviço é o cumprimento do prazo legal para confecção do documento. Após trabalho de convencimento e diversas comunicações formais sobre a obrigação do cumprimento do prazo, bem como das consequências pelo descumprimento da norma, constatamos melhora significativa, ainda que os frequentes problemas do sistema BR/Brasil.

Fiscalização

O Rod on line é o meio utilizado para levantamento de dados relacionados à fiscalização, apreensões, prisões, etc. Apesar de suas inconsistências, o banco nos fornece dados úteis para orientação e mensuração da capacidade de produção, bem como a eficiência no desempenho das atividades na área fim.

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Veículos Fiscalizados	54.573	59.986	55.894	-6,83%
Pessoas Fiscalizadas	13.108	68.260	61.440	-10%
Veículos Retidos	1.936	1.631	1.573	-3,56%
Animais Recolhidos	3	1	137	13700%
CNH's Recolhidas	1.120	937	965	2,98%
Escolta/Batedor	183	184	103	-44,03%
Auxílio ao Usuário	384	489	525	7,36%

Fonte: Rod on line.

Apreensões

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2011/2012
Cocaína (gramas)	5.959	10.725	89.815	837,43%
Crack (gramas)	240	1.546	60.160	3.891,33%
Revolver (unidade)	12	23	31	34,78%
Pistola (unidade)	4	6	7	16,66%
Espingarda (unidade)	5	2	8	400%
Fabricação Caseira (unidade)	0	1	1	-
Munições (unidade)	314	521	845	62,18%
Maconha (gramas)	18.394	30.660	273.118	890,79%
CD/DVD/VHS (unidade)	2.846	0	4.000	4.000%
Equipamento Informática (unidade)	124	0	364	293,54%
Medicamentos (unidade)	0	0	30	-
Cigarro (pacote)	10.080	4.500	89.207	1.982,37%

Fonte: Rod on line.

Prisões

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Mandado de Prisão	108	57	80	40,35%
Tráfico de Entorpecentes	33	21	26	23,80%
Roubo Furto de Veículos	79	43	57	32,55%
Contrabando/Descaminho	13	12	14	16,66%

Crimes de Trânsito	179	165	302	83,03%
Outros	175	161	199	23,60%
Menores Infratores	22	19	30	57,89%
Menores Vítimas	2	0	2	200%
Crimes Ambientais	16	6	5	-16,73%
Total	627	484	715	49,20%

Fonte: Rod on line.

Ocorrências criminais

Descrição	2011	2012	2013	Varição 2012/2013
Veículos Recuperados	152	140	169	20,71%
Crimes Diversos	128	120	145	20,83%
Crimes de Trânsito	155	145	262	80,65%
Assalto a ônibus/particular	4	9	10	11,11%
Crimes c/ vida e patrimônio	12	8	17	212,5%

Fonte: Rod on line.

Operações programadas e sob demanda

O planejamento operacional é utilizado para aperfeiçoar a execução das missões da instituição. Entretanto, qualquer planejamento é prejudicado pelas demandas extraordinárias, que ocupam quase a totalidade de nossa capacidade operacional.

Em virtude da pobre estrutura administrativa da Regional, fica a cargo do NPF o planejamento, execução, acompanhamento e relatório das missões operacionais. Desta forma, ainda que não seja adequado, há uma centralização de atividades no Núcleo.

Segue relação resumida das de missões formalizadas e executadas pelo NPF no ano de 2013.

Local da Operação	Data início (Dia/Mês)	Data fim (Dia/Mês)	Nome da operação	Participantes
RJ	17/01/13	09/02/13	Reforço Policiamento RJ	PRF
DF	28/01/13	29/01/13	Escolta Fifa	PRF
1DR	08/02/13	13/02/13	Operação Carnaval	PRF
SC	01/02/13	16/02/13	Operação Carnaval	PRF
BR 020	02/02/13	02/02/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 070	03/02/13	03/02/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
SC	15/02/13	11/03/13	Operação Sentinela	PRF
RJ	25/02/13	08/03/13	Operação Retomada V	PRF
BR 070	23/02/13	23/02/13	Oepração Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 020	24/02/13	24/02/13	Oepração Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF

RJ	26/02/13	08/02/13	Operação Retomada	PRF
BR 070	05/03/13	05/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
RJ	13/03/13	09/03/13	Reforço Policiamento RJ	PRF
BR 020	14/03/13	14/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
BR 060	25/03/13	25/03/13	Operação Conjunta	PM/BM/PC/PF/Ibama/Ibram
MG	22/03/13	02/04/13	Otemoto Semana Santa	PRF
MS	01/04/13	05/04/13	Operação Sentinela	PRF
MT	02/04/13	27/04/13	Operação Sentinela	PRF
RJ	23/03/13	26/03/13	Transporte Fns	PRF
BR 040	19/03/13	19/03/13	Blitz Down	PRF/Comunidade
BR 040	10/04/13	10/04/13	Operação Conjunta	PRF/ANTT
BR 040	12/04/13	12/04/13	Motopoliciamento	PRF
BR 060	10/04/13	10/04/13	Comando Saúde	PRF/Sest/Senat
Alexânia-GO	05/04/13	05/04/13	Operação Conjunta	PRF/PCGO
BR 020	04/04/13	04/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 070	06/04/13	06/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
MA	09/04/13	19/04/13	Operação Libertos XX	PRF/MTE
BR 060	12/04/13	13/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 070	14/04/13	14/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 040	19/04/13	20/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 020	27/04/13	28/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 251	28/04/13	28/04/13	Operação Funil	PRF/PMDF/PCDF/CBDF/Detran-DF
BR 020	21/03/13	21/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
BR 020	22/03/13	22/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
BR 020	23/03/13	23/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
BR 020	30/03/13	30/03/13	Operação Conjunta	PRF/PMDF
DF	24/04/13	24/04/13	Educação para Trânsito I	PRF
MS	22/04/13	25/04/13	Transporte Bacen	PRF
GO	20/04/13	21/04/13	Grau Zero	PRF
DF	14/05/13	18/05/13	Agrobrasília 2013	PRF
SE	04/05/13	26/05/13	Perícia Sergipe	PRF
DF	06/05/13	15/05/13	II Comando d Saúde nas Rodovias	PRF
DF	15/05/13	18/05/13	Caravana Siga Bem 2013	PRF
DF	18/05/13		Copa das Confederações/Evento Teste	PRF
DF	26/05/13		Copa das Confederações/Evento Teste	PRF
DF/SP	30/05/13	03/06/13	Aniversário 110 Anos Harley Devyson	PRF

DF	29/05/13	03/06/13	Operação Trânsito Seguro 2013	PRF
DF	28/05/13		Apoio GDF Programa de Controle de Movimentação de Produtos Perigosos no Distrito Federal	PRF
DF	15/06/13	30/06/13	Copa das Confederações	PRF
DF/GO	08/06/13		Acompanhamento de Motociclistas	PRF
DF/MG	10/06/13	11/06/13	Transportes de Viatura de Brasília para Paracatu	PRF
GO	13/07/13	03/08/13	Cumprimento Ordem de Missão 032-2013/DCC	PRF
BA	13/07/13	03/08/13	Cumprimento Ordem de Missão 020-DFT	PRF
RJ	12/07/13	05/08/13	Cumprimento Ordem de Missão 036/CGO	PRF
DF	11/09/13	13/09/13	Comando Integrado de Fiscalização de Trânsito	PRF
DF	13/09/13	31/09/13	Operação Adestradores	PRF
GO	17/10/13	18/10/13	Combate ao Crime na BR 251	PRF/PMGO
RJ	18/10/13	22/10/13	Operação Libra/DCC	PRF
SE	30/10/13	01/12/13	Operação Perícia III	PRF
GO	01/11/13	10/11/13	Operação Temática de Motopolicciamento	PRF
MS	10/11/13	02/12/13	Operação Sentinela 2013	PRF
DF	07/11/13	07/12/13	Operação EPL 2013	PRF
DF	08/11/13	09/11/13	Operação Valorização do Servidor	PRF
GO	10/11/13	16/11/13	Operação OTDEH-GO	PRF
DF/GO	09/11/13		Operação Jaspion	PRF
MG	14/11/13	19/11/13	Operação Proclamação da República/MG	PRF
DF	14/11/13	17/11/13	Operação Proclamação da República/DF	PRF
BA	08/12/13	17/12/13	IV Oteveic	PRF
GO	09/12/13		Apoio à Unidade Prisional da Cidade Ocidental	PRF/PMGO
DF	12/12/13	13/12/13	Escolta do Presidente da França	PRF/Aeronáutica
DF	19/12/13	29/12/13	Operação Rodovida	PRF

Fonte: Relatórios Gerenciais do NPF e Ordens de Missão.

Entre as Operações citadas acima, a de maior vulto foi a Operação Copa das Confederações, realizada no período de 15 a 30 de junho de 2013. Naquele período o Brasil sediou a nona edição da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol – FIFA. O Evento serviu como preparação para

realização da Copa do Mundo de 2014. Teve a participação de oito equipes: a campeã da Copa do Mundo de 2010, os seis campeões continentais, além do Brasil, país-sede. Contou com a participação de quatro seleções campeãs mundiais: Brasil, Espanha, Itália e Uruguai.

A Operação de Segurança, coordenada pela Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos – SESGE, subordinada ao Ministério da Justiça, teve apoio do Ministério da Defesa, e foi realizada para garantir o compromisso assumido pelo Governo Brasileiro para realização dos jogos.

A missão da PRF foi promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando à fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana da cidade de Brasília, nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turística, com vistas à redução do índice de criminalidade bem como a segurança do trânsito, garantir a fluidez e a segurança do trânsito, no âmbito das rodovias federais, realizar a segurança de deslocamentos, com batedores motociclistas, de forma integrada com eixos de segurança pública e defesa, estabelecer plano articulado com os demais órgãos e entidades envolvidas no Grande Evento, definir as atividades, os níveis de coordenação e a forma de organização dos participantes da Operação, atender as Diretrizes para o Planejamento da Segurança para Copa das Confederações FIFA 2013 estabelecida pela Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos – SESGE/MJ.

Efetivo

A preocupação com o quantitativo de servidores disponível para a Regional é histórica e um dos grandes problemas da instituição. A partir da quantidade de policiais escalados para cada unidade operacional podemos entender processos e aperfeiçoar o planejamento para distribuição de recursos humanos, melhorando desempenho e capacidade da área fim.

Unidade	Quantidade
NPF	04
Posto Alfa	27
Posto Zarzur Pacheco	27
Posto Cristalina	15
Posto Formosa/Alvorada do Norte	39
GPT	12
CIOP	11
CADA	03
Setor de Multas	02
JARI	02
CMR	07
GOC	03
Radar	02
Total	157

Unidades operacionais

As ações do 1ºDRPRF/DF são desenvolvidas nas rodovias federais que cortam os Estados de Goiás e Distrito Federal, totalizando a circunscrição de 950,1 quilômetros de malha viária. Ao todo são 08

(oito) rodovias, e sua estrutura operacional é composta por uma Sede Regional e 05 (cinco) Postos de Fiscalização (bases fixas), denominados de Unidades Operacionais – UOP. Desses 950,1 quilômetros de rodovia sob sua circunscrição, 658 quilômetros estão situados no Estado de Goiás e apenas 292,3 no Distrito Federal. As rodovias radiais, que se originam em Brasília, são eminentemente trechos urbanos.

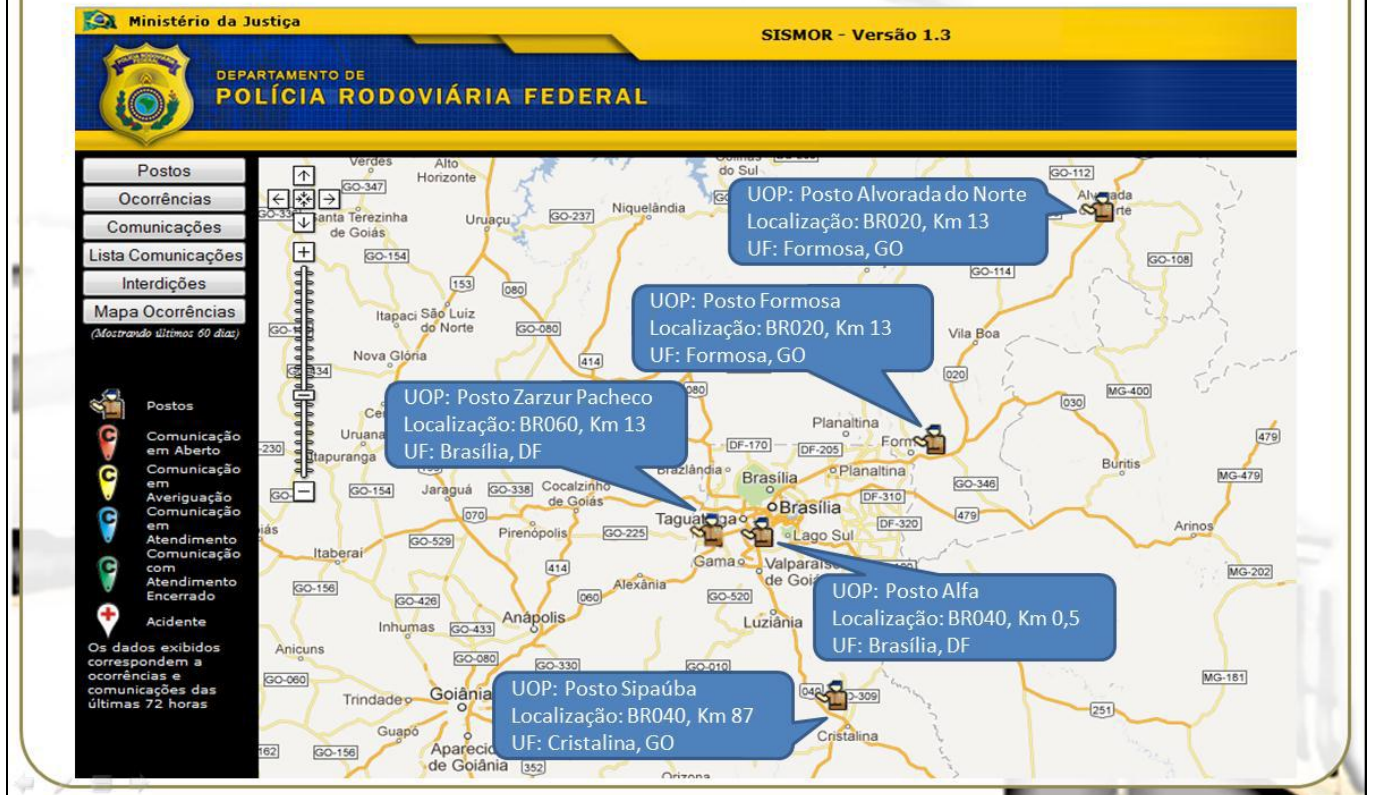
Conforme Portaria nº 51, de 24 de junho de 2009, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, publicada no Diário Oficial da União em 21 de julho de 2009, as rodovias sob a circunscrição do 1º Distrito estão distribuídas da seguinte forma.

Posto	BR	UF	Início	Fim	Km
Postos Alfa – BR 040, Km 0,6/DF	040	DF	0	8,4	8,4
		GO	0	61,3	61,3
	251	DF	0	98,6	98,6
		GO	0	34	34
	450	DF	0	36,8	36,8
	Total				
Posto Zarzur Pacheco – BR 060, Km 13/DF	060	DF	0	31,3	31,3
		GO	0	33,9	33,9
	070	DF	0	19,8	19,8
		GO	0	64,9	64,9
	080	DF	0	39,4	39,4
		GO	0	91,5	91,5
Total					280,8
Posto de Cristalina – BR 040, Km 87/GO	040	GO	61,4	157,3	95,9
	050	GO	95,7	120,0	24,3
Total					120,2
Posto de Formosa – BR 020, Km 12/GO	020	DF	0	58,0	58,0
		GO	0	105,0	105,0
Total					163,0
Posto de Alvorada do Norte – BR 020, Km 175/GO	020	GO	105,0	252,0	147,0
Total					147,0
Total da Regional					950,1

São dois Postos na BR 020, localizados no estado de Goiás, sendo um na cidade de Formosa/GO e outro na cidade de Alvorada do Norte/GO. Na BR 040 são dois Postos, um na cidade de Santa Maria/DF, com rodovias BR 040, 450 e 251 sob sua circunscrição, e outro na cidade de Cristalina/GO, com rodovias BR 040 e 050 sob sua circunscrição. Na BR 060, apenas um Posto, com as rodovias BR 060, 070 e 080 sob sua circunscrição, conforme demonstrado na figura abaixo.



Unidades Operacionais



Posto Alfa

Entendemos que a localização do Posto Alfa é adequada, pois está próxima a região que mais demanda atendimento da unidade ao longo do trecho sob sua circunscrição. Não obstante, foi negociado com o Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal – DER a mudança do Posto Alfa do centro da Rodovia para sua lateral, tendo em vista que viabiliza-se no centro da BR 040, onde estava localizado o referido posto, grande obra de mobilidade urbana do Governo do DF – BRT-SUL, por onde transitarão, aproximadamente, 600.000 (seiscentas mil) pessoas por dia, o que promete reduzir pormaneira o número de acidentes naquele trecho, pois tende-se a reduzir o fluxo de veículos bem como reduziu-se, consideravelmente, os cruzamentos em nível na aludida rodovia, fatos esses considerados essenciais para o grande número de ocorrências de acidentes de trânsito naquela região.

Posto de Cristalina

As rodovias sob a circunscrição da unidade apresentam alto índice de assalto a ônibus de passageiros. Este ilícito penal gera grande risco aos usuários, como também aos servidores. Evoluímos bastante no combate a esse crime, com a prisão de quadrilhas que atuam na região, aperfeiçoamento e definição de regras para realização de rondas ostensivas noturnas, bem como aproximação com o serviço de inteligência.

Após seis meses de investigação, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil do Entorno do Distrito Federal e de Goiânia, deflagraram em Cristalina, Cidade Ocidental, Luziânia e Ipameri (GO), a operação Faroeste Caboclo. O objetivo da ação foi deter uma quadrilha especializada em roubo a ônibus interestaduais que atuava na BR 040 e BR 050. O grupo também assaltava fazendas.

Foram expedidos 20 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão. Na operação foram presas 21 pessoas, encaminhadas à Delegacia de Cristalina – todos tinham passagem pela polícia. Câmeras fotográficas, adubo e produtos químicos também foram apreendidos.

Participam da operação 200 agentes, dentre eles, 90 da Polícia Civil e 110 da PRF. Apenas um balde de insumo agrícola roubado nas fazendas chegava a render R\$100 mil. A quadrilha atuava no Entorno há um ano, sendo que uma pessoa foi morta durante um dos assaltos a ônibus

Posto Zarzur Pacheco

Nesta unidade, os policiais são responsáveis por um trecho que inclui três BRs (060, 070 e 080), as quais possuem altos índices de acidentes. O posto fixo está localizado na BR 060 e as equipes se deslocam para as outras BRs para atenderem às ocorrências.

Está no planejamento para o ano de 2014 o estudo de viabilidade técnica para construção de uma unidade operacional na BR 070, pois o aumento populacional das cidades (Taguatinga e Ceilândia no DF e Águas Lindas em Goiás) que cercam aquela rodovia, tem sido desproporcional, trazendo um aumento significativo das demandas da PRF naquele local, bem como o aumento do número de acidentes, dentre outros.

Posto de Formosa

A unidade operacional está localizada no Km 13, da BR 020, no Estado de Goiás, porém, mudará para o Km 37/DF, próximo à cidade satélite de Planaltina/DF, uma vez que 80% da demanda concentra-se no trecho urbano do Distrito Federal. A referida mudança ocorrerá ainda no 1º semestre de 2014, decorrente de acordo de cooperação técnica firmado entre a PRF e a Secretaria de Fazenda do DF – ASEFAZ – o que proporcionará, além de um trabalho mais eficiente, mais conforto para o desempenho da atividade operacional naquela região. Com a mudança o posto ficará mais próximo do local onde se concentra a maioria das ocorrências, o que proporcionará um melhor tempo de resposta às demandas, implicando na melhoria da sensação de segurança na região.

Posto de Alvorada do Norte

Tem suas atividades desenvolvidas sem grandes alterações. A viatura de rendição e a escala diferenciada de 24 x 96 colaboram para que o efetivo trabalhe sem maiores problemas. Há que se resolver os problemas estruturais da unidade. Assim como o Posto de Cristalina, o poço artesiano é um grande passivo a ser resolvido.

CMR

O efetivo do Corpo de Motociclistas é composto por 8 (oito) policiais. Para melhoria dos serviços, constantemente vem se buscando a estipulação de diretrizes de trabalho, ajuste de procedimentos administrativos e proximidade com as unidades operacionais. Trata-se de uma ferramenta bastante útil para a Administração, composta por um efetivo disposto e produtivo. O CMR tem sido ferramenta primordial para o atendimento adequado às demandas dos Grandes Eventos vindouros. Atuou de forma exemplar durante a Copa das Confederações e Jornada Mundial neste ano de 2013 e inicia os

preparativos para atuação no serviço de batedores de delegações, árbitros e autoridades durante a Copa do Mundo em Brasília.

GPT

O Grupo de Policiamento Tático é composto por 12 (doze) policiais que se destacaram na Regional pelas ações e disponibilidade para o serviço, o qual apoia o policiamento rodoviário, no que diz respeito às ações corriqueiras e principalmente em combate a crimes específicos, bem como em treinamentos. Atua nas execuções de operações de prevenção e combate a diversos crimes, tais como roubo e furto de carga, assalto a veículos de transportes coletivos, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, armas, munições e produtos controlados, dentre outros ilícitos. Opera em conjunto com outros órgãos do Sistema de Segurança Pública, em missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo chefe do 1º DRPRF/DF.

Equipe Radar

O grupo é composto por 2 (dois) policiais. A ausência de medidores de velocidade fixos instalados ao longo da rodovia torna a ferramenta e a manutenção de equipe especializada para operar o equipamento extremamente importante para educação dos condutores e redução de acidentes. A grande maioria dos autos sem abordagem da regional é obtida por meio do equipamento.

No final de 2013 foram adquiridos dois equipamentos novos que passarão a ser utilizados a fim de buscar reduzir o número de acidentes provocados por excesso de velocidades nas rodovias.

Serviço de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária e de Estatística

O Serviço de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária e de Estatística funcionam com apenas um servidor, sendo o substituto policial da escala da CIOP.

O Serviço de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária desenvolve atividades administrativas de análise e encaminhamento de requerimentos de retificação; controle e gerenciamento das atividades relacionadas aos boletins de acidente. Esta atividade se desenvolve sem maiores problemas.

Além das atividades comuns, o servidor responsável por esse serviço desenvolve estudos estatísticos para auxiliar o trabalho dos policiais operacionais. Importante ressaltar, que esta ferramenta serve para auxiliar o gerenciamento das atividades dos Administradores do Distrito, bem como da área operacional.

Setor de Multas e Penalidades

Ao Setor de Multas e Penalidades compete: orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos; organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades; organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais; acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços; controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados; controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas; elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da

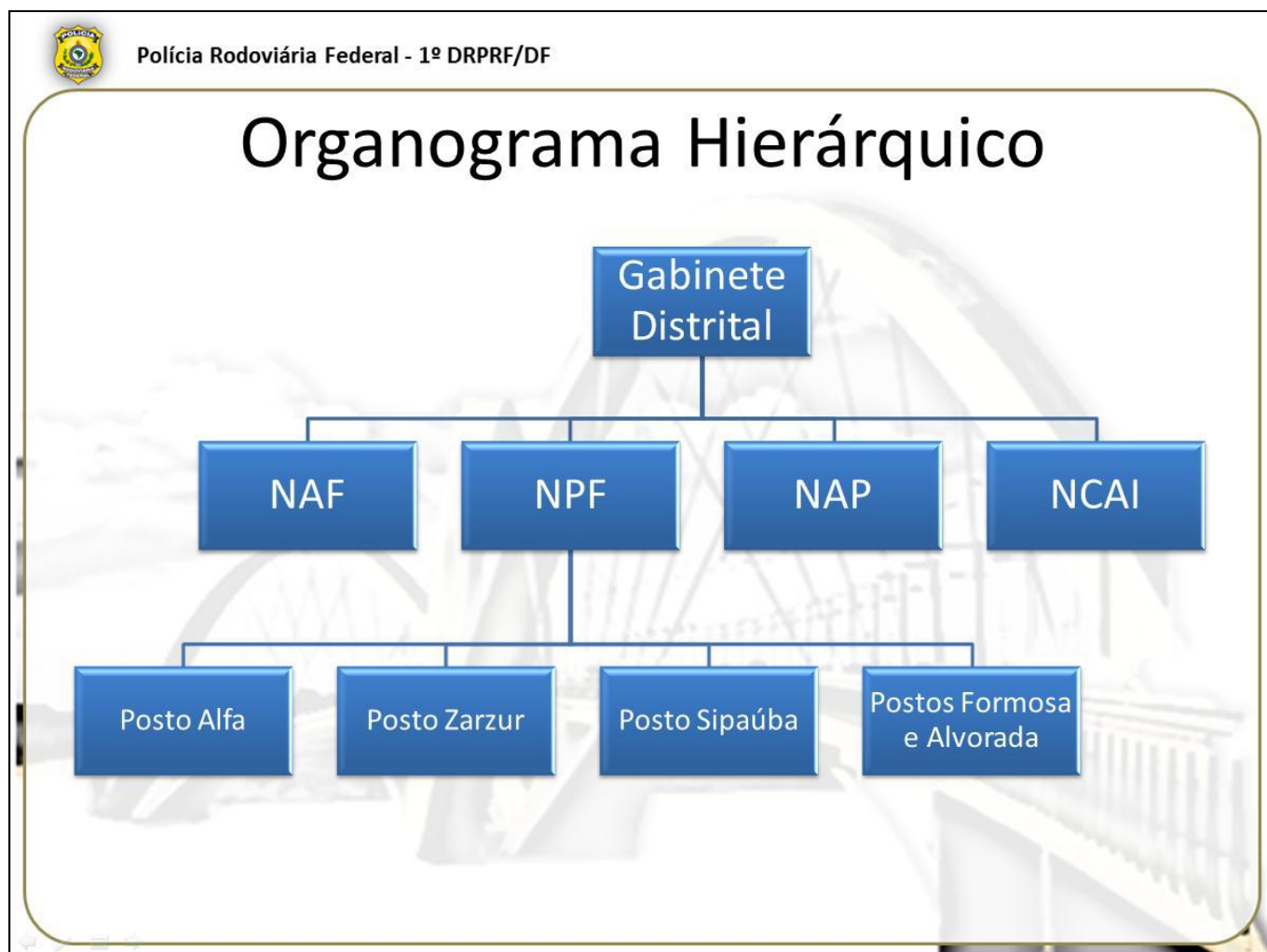
arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes; preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação – CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

CADA/JARI/ANTT/PP

Regimentalmente, as atividades exercidas pela Comissão de Análise e Defesa de Autuação, o processamento e controle de autos de Produto Perigoso e autos da ANTT, bem como da Junta Administrativa de Recursos de Infração devem ser gerenciadas pelo Núcleo de Policiamento.

1.3 Organograma funcional

O organograma hierárquico do 1º DRPRF/DF é definido conforme a figura abaixo.



Destacamos as competências dos núcleos que integra a estrutura do 1ºDRPRF/DF, aprovadas pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007. Vejamos:

Art. 97. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas;

...

Art. 98. Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

...

Art. 99. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

...

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

...

Além das competências dos núcleos listadas acima, incumbe, ainda, ao Chefe do 1ºDRPRF/DF e aos Chefes de Núcleo o seguinte:

Art. 107. Aos Superintendentes e Chefes de Distrito incumbe:

I - planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades administrativas vinculadas, com observância da legislação em vigor, do disposto neste Regimento Interno e nas diretrizes emanadas pela administração central do Departamento;

...

Art. 108. Aos Chefes de Divisão, Delegacia, Seção e Núcleos incumbem:

I - prestar assistência às autoridades superiores nos assuntos de sua competência, orientar, controlar, fiscalizar e executar as atividades administrativas na área de sua atuação, assim como distribuir os trabalhos ao pessoal que lhe for subordinado, além de alocar o pessoal à sua disposição pelas diversas áreas de atuação de sua unidade, de acordo com a conveniência e o interesse do serviço;

...

1.4 Macroprocessos finalísticos

Principais macroprocessos finalísticos	
Macroprocesso 1	Atendimento ao cidadão
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/ próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.

Os policiais da PRF são treinados para, durante o atendimento de acidentes, buscarem minimizar os riscos de novos acidentes no local do sinistro. Dessa forma, as viaturas são equipadas com equipamentos de sinalização e possuem inúmeros dispositivos para facilitar a sua identificação nas rodovias. Para o resgate dos usuários que se envolvem em acidentes, contamos com o apoio do Corpo de Bombeiros, SAMU, bem como das aeronaves da própria Polícia Rodoviária Federal. Durante o atendimento das ocorrências, os policiais orientam as vítimas no sentido de que o veículo acidentado somente poderá transitar apenas se os equipamentos obrigatórios estiverem em perfeito estado de funcionamento e as avarias provocadas pelo acidente não gerarem risco ao trânsito. Informam que antes de realizarem o reparo do veículo, os condutores/proprietários devem observar o que dispõe a Resolução 362/10 do CONTRAN, que trata das providências a serem adotadas em relação à classificação de danos do veículo (pequena, média ou grande monta). Há também orientações para a obtenção do Boletim de Acidente de Trânsito.

Possuímos um caminhão plataforma que auxilia na remoção dos veículos retidos ou acidentados, os quais são removidos para os pátios dos postos da PRF.

Em relação à análise e defesa de recursos a Comissão de Análise de Defesa Prévia elabora processamento de dados e faz a fundamentação de pareceres relacionados às notificações de autuações oriundas da Fiscalização de trânsito no âmbito das rodovias federais.

Macroprocesso 2	Condições das rodovias e regularidade da faixa de domínio
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.

Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato

imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na internet. Esse levantamento organizado se faz com o emprego da equipe de Inteligência. As invasões da faixa de domínio são imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.

Macroprocesso 3	Educação e informação para a segurança do trânsito
Cliente	Usuários, população litorânea às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
<p>O 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal possui uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual foi criada para coordenar, elaborar e executar ações de educação para o trânsito na Regional, no ano de 2013 as ações foram desenvolvidas em escolas e em empresas, por meio de ações sociais, comandos de saúde e cinema rodoviário. As palestras têm a duração mínima de uma hora; as aulas são aplicadas durante sete dias em cada escola; no cinema rodoviário a palestra têm duração de 15 a 20 minutos, sendo realizadas em postos da PRF, postos de gasolina e escolas.</p>	

Macroprocesso 4	Informação, inteligência e análise de riscos
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
<p>A atividade de inteligência no âmbito regional visa a atender às necessidades do Cliente Hierárquico, fomentando-o com informações capazes de ajudá-lo na tomada de decisão com assertividade, e técnico, atendendo aos seus pedidos cujo objetivo é auxiliar o dirigente maior do órgão na elaboração de estratégias de segurança pública. Cabe ao NUIINT preservar as fontes e o resultado final da produção do conhecimento gerando assim a confiabilidade necessária tanto para a divulgação ao público externo quanto no subsídio aos planejamentos elaborados pelos gestores do órgão.</p> <p>Dentre os trabalhos realizados, destaca-se o interminável combate ao crime de assalto a ônibus que apresentou como resultado positivo em setembro de 2013 a prisão de uma quadrilha que praticava esta modalidade criminosa em conjunto com o Núcleo de Inteligência deste Distrito.</p> <p>Em tempos de Grandes Eventos, cabe ao Núcleo de Policiamento, em conjunto com o Núcleo de Inteligência, acompanhar as ações de populares que utilizam como palco as rodovias federais para reivindicarem e coibir quando estas causam transtornos ao tráfego e, por muitas vezes, danos aos patrimônios público e privado. Durante a Copa das Confederações foram várias interdições com depredação de ônibus e enfrentamento às forças policiais que agiram para controle de distúrbio civil.</p> <p>Todavia, para atingir os objetivos esperados pela instituição busca-se sempre a integração com os demais órgãos de precípuas atribuições pela ordem pública, tais como: Polícias Civis, Polícia Federal, ANTT, Ministérios Públicos dos Estados, Polícias Militares e outros.</p>	

Sendo assim, fica-se estabelecido que, para atingir os objetivos institucionais, devemos assegurar a salvaguarda aos usuários dos quase mil quilômetros de rodovia federal sob a circunscrição do 1º DRPRF/DF. Ademais, cada equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, a equipe de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.

Macroprocesso 5	Fiscalização, fluidez e segurança do trânsito
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lideira, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
<p>O Núcleo de Policiamento e Fiscalização buscou, durante todo o ano de 2103, reforçar o policiamento e fiscalização de trânsito visando à redução e prevenção da violência do trânsito, bem como buscou aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais sob circunscrição do 1º Distrito de Policia Rodoviária Federal. Desenvolveu a fiscalização com foco na prevenção e redução de acidentes de trânsito relacionados ao excesso de velocidade, embriaguez ao volante, ultrapassagens proibidas e envolvendo motocicletas ou ciclomotores. Ressaltamos que nossos agentes, em virtude do enorme fluxo cotidiano e do risco iminente de novos acidentes, fazem uso do disposto na Lei 5.970/73, a qual versa que em caso de acidente de trânsito, a autoridade ou o agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato poderá autorizar, independente de exame do local, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos nele envolvidos, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego.</p>	

Macroprocesso 6	Escolta e batedor
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
<p>Inúmeras escoltas/batedores foram realizadas no ano de 2013. A Polícia Rodoviária Federal é reconhecida em todo o território nacional pela excelência na realização dessas atividades. Podemos citar como alguns exemplos de escolta que foram realizadas a escolta para membros da FIFA, o apoio ao Moto Grupo Distrito Zero, apoio ao aniversário de 110 anos da Harley Davidson e a escolta para o Presidente da França. Devemos citar também as incontáveis escoltas realizadas pelo efetivo dos postos em atendimento às solicitações das empresas credenciadas que transportam objetos superdimensionados pelas malhas viárias federais.</p>	

Macroprocesso 7	Operações de combate ao crime
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal, Estadual e Distrital), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, trafico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários,

	bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
<p>O Núcleo de Policiamento e Fiscalização realizou diversas operações no decorrer do ano de 2013 para combater a criminalidade, buscou reforçar as ações de policiamento e fiscalização, visando à redução e prevenção da violência no trânsito, bem como aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais sob a circunscrição do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal. Deu ênfase as áreas metropolitanas nos trechos de maior tráfego de veículos. Desempenhou ações de policiamento ostensivo, intensificou abordagens a pessoas e veículos, coibiu atos criminosos e infrações de trânsito nas rodovias sob fiscalização do 1ºDRPRF/DF.</p>	

Macroprocesso 8	Fiscalização do transporte de passageiros e cargas
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
<p>No decorrer do ano de 2013 o Núcleo de Policiamento e Fiscalização realizou operações temáticas objetivando reforçar as ações de policiamento e fiscalização com foco na prevenção e redução de acidentes de trânsito, bem como garantir a fluidez do tráfego e aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais, para tanto, buscou intensificar a fiscalização de transporte de passageiros com base no CTB e na legislação da ANTT. As ações foram realizadas pelo Grupo de Fiscalização de Trânsito, pelos efetivos dos postos e, em alguns momentos, em conjunto com outros órgãos.</p>	

Macroprocesso 9	Comando e controle
Cliente	Usuários da rodovia, população litorânea, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizados de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio de presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definidos.
<p>As ações de comando e controle foram realizadas pelo NPF por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A modernização da Central de Informações Operacionais por meio de aquisição de mobiliário técnico, Vídeo Wall, monitoramento de viaturas e rodovias foi essencial e trouxe vantagens tanto para Administração Pública quanto para a sociedade no Distrito Federal e Entorno. Houve uma melhoria significativa da qualidade das informações para tomada de decisão por parte dos gestores da Polícia Rodoviária Federal, mitigando os riscos envolvidos. Com a visualização e monitoramento preciso das áreas relevantes nas rodovias federais gerou-se uma redução de gastos públicos com servidores, pois o monitoramento das imagens das áreas críticas foi concentrado em um único local. Além disso, com a vinda dos Grandes Eventos esportivos para a capital federal como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, dentre outros, implantamos uma Central de Comando e Controle capaz de fornecer o apoio necessário à segurança desses eventos. O monitoramento de viaturas causa a diminuição do tempo de respostas das ações preventivas e corretivas de segurança pública, criando um modelo de referência relevante para a segurança pública, para a sociedade brasileira, principalmente no que se destina ao enfrentamento à violência no trânsito.</p>	

1.5 Macroprocessos de apoio

Macroprocesso 1	Desenvolvimento de pessoal
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
<p>O Núcleo de Administração de Pessoal - NAP, no decorrer de 2013, pautou suas atividades em observância ao Regimento Interno Instituído pela Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, artigo 91, que estabelece as atribuições do Núcleo, garantindo aos servidores os seus direitos, tais como: auxílios, aposentadoria, análise dos requerimentos recebidos em 2013, geração da folha de pagamento, concessão de benefícios, capacitação, etc., objetivando alcançar os resultados esperados nesse macroprocesso. Em relação à capacitação, cumpre-nos enfatizar que, apesar das dificuldades, realizamos, em 2013, a capacitação de 199 servidores policiais (96,6% do efetivo) no curso de habilitação para o uso da arma longa Metralhadora Taurus SMT.40, 20 servidores do PECPRF foram capacitados no curso de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC, 21 servidores policiais foram capacitados, no Workshop de Comando e Controle, para atuarem na organização da copa das confederações e em outros grandes eventos e 2 servidores policiais foram capacitados no curso padronização de procedimentos para fiscalização e utilização de equipamento medidor de velocidade (radar). Em relação à saúde e perícias médicas, esclarecemos que utilizamos do SIASS PRF-PF para a realização de perícias médicas e homologação de atestados médicos.</p>	

Macroprocesso 2	Apoio logístico
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
<p>A frota de viaturas da Regional foi atendida em suas necessidades de manutenção por contrato de fornecimento de peças e serviços pela empresa Ticket Car. O abastecimento da frota de veículos também foi realizado por meio de contrato com a empresa Ticket Car, para ambos contratos foi designado fiscal por intermédio de portaria específica. As estruturas físicas dos postos de fiscalização também serão mantidas por serviços de manutenção predial corretiva com fornecimento de materiais e equipamentos, na forma estabelecida nas planilhas desserviços e insumos diversos, descritos no SINAPI e nos respectivos contratos administrativos para a execução de tais manutenções, com a empresa Barreto Muniz Construção e Engenharia Ltda-ME, para todos os contratos também foi designado fiscal por intermédio de portaria. Ademais, a limpeza e conservação das unidades vinculadas ao Distrito é realizada pela empresa Cidade Serviços e Mão-de-Obra Especializada Ltda, por meio de contrato administrativo celebrado para a limpeza dos Postos localizados no Distrito Federal e em Goiás, para estes contratos também foi designado fiscal para acompanhar a execução dos mesmos. A limpeza e conservação das estruturas físicas também utilizou-se dos serviços da empresa Logus Dedetizadora Ltda-ME, para dedetizar e desratizar os ambientes diminuindo a insalubridade dos mesmos, como os demais contratos desta Unidade Gestora, foi precedido de licitação e nomeado fiscal para a execução do referido contrato administrativo. Quanto aos equipamentos de fiscalização do tipo Etilômetro, esta unidade contratou por meio de contrato administrativo próprio resultante de inexigibilidade de licitação junto ao Inmetro, a contratação de serviços de verificação metrológica (aferição) de equipamentos pertencentes ao 1º DRPRF/DF. Já a manutenção deste tipo de equipamento se deu por contrato administrativo próprio com a empresa F.B. GERA, também resultante de reconhecimento e declaração de inexigibilidade, contrato este também fiscalizado por fiscal formalmente designado. Todas estas ações visaram promover condições adequadas para a realização das atividades desenvolvidas na fiscalização e policiamento nas rodovias sob circunscrição desta Unidade Regional.</p>	

Macroprocesso 3	Infraestrutura física e serviços de TIC
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.

Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.

Quanto às atribuições do NUSEG, cabe a avaliação da situação atual de infraestrutura das unidades e proceder as medidas necessárias ou comunicar o Agente de Infraestrutura Predial (AIP) a respeito das irregularidades, conforme o caso.

Foi contratado no ano de 2013 empresa para execução dos serviços de cercamento e iluminação dos pátios das 05 (cinco) Unidades Operacionais do 1º DRPRF/DF. Também foi realizada contratação de empresa para realização de manutenção corretiva de 04 (quatro) unidades do 1º DRPRF/DF.

O SETEL desenvolveu suas atividades e projetos no ano de 2013 para ofertar serviços adequados aos clientes internos e externos, permitindo alta disponibilidade dos acessos de conectividade e serviços de telefonia, pública e privada, bem como serviços de radiocomunicação adequados parcialmente com pequena melhora da cobertura.

Macroprocesso 4	Correição, ética e disciplina
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em uma instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.

A Corregedoria Regional do 1ºDRPRF/DPRF, buscando contribuir para o alcance do reconhecimento da instituição como órgão promotor da excelência na segurança pública, tem inovado continuamente sua forma de atuar, aperfeiçoando o combate aos desvios funcionais e sempre buscando a integração e o alinhamento estratégico com os demais entes do sistema correicional do Poder Executivo Federal, em observância aos princípios da eficiência, e com direcionamento na inovação, agilidade, foco em resultados e a otimização dos recursos públicos.

Cabe esclarecer que o objetivo principal da seara correicional não é o de punir, mas buscar a verdade real dos fatos e, uma vez comprovada a autoria e materialidade de infração passível de punição, aplicá-la de acordo com a previsão legal, garantindo a efetividade da pretensão administrativa.

Desta forma, o presente Relatório de Gestão apresenta os resultados alcançados no exercício 2013 por esta Corregedoria Regional. O documento demonstra a eficiência da Corregedoria do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal, comprovado pela progressiva e consistente melhora de seu desempenho no ano de 2013.

A análise do cenário atual realizada no presente Relatório de Gestão levou em consideração os demonstrativos estatísticos de desempenho correicional disponíveis, além de alguns dados e documentos coletados em levantamentos realizados pela equipe desta Corregedoria Regional. Informações mais detalhadas serão tratadas no item “3.3 Sistema de Correição”.

1.6 Principais parceiros

O 1º DRPRF/DF conta com a parceria de diversos órgãos da Administração Pública distribuída nas esferas de governo Federal, Estadual e Distrital.

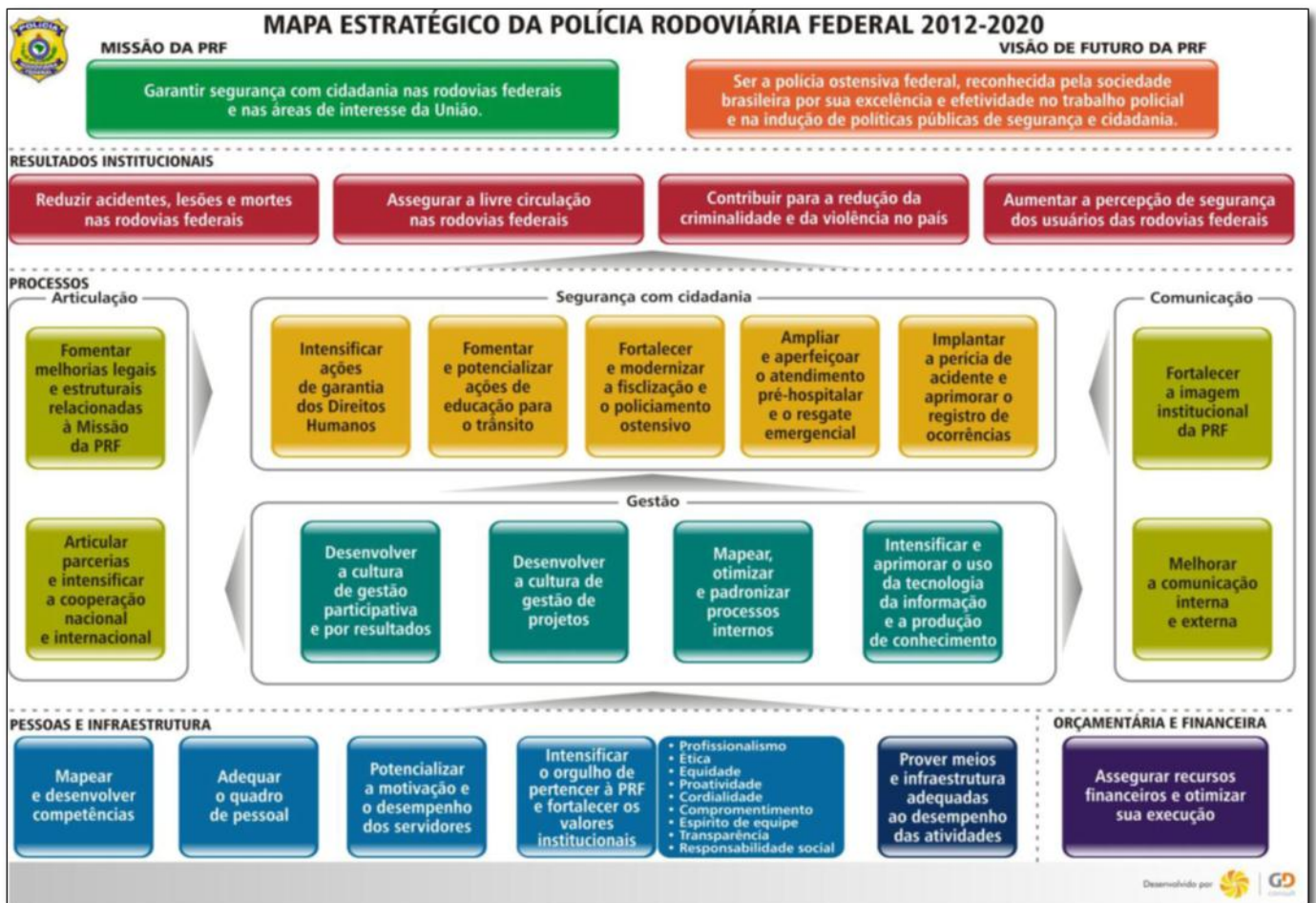
Como os órgãos federais destacamos a parceria com a Polícia Federal (PF), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Receita Federal do Brasil (RFB), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Exército Brasileiro (EB).

No âmbito do Estado de Goiás em 2012 as principais ações foram realizadas com a Polícia Civil (PCGO), Polícia Militar (PMGO), Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (DETRAN-GO), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Ministério Público do Trabalho de Goiás (MPTGO) e Ministério Público de Goiás (MPGO).

E por fim nas ações realizadas no Distrito Federal em 2012 as parcerias se concentraram na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-DF), Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Distrito Federal (SEOSP-DF), Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEFAZ-DF), Departamento Estadual de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF), Departamento de Estradas e Rodagem (DER-DF) e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

O Planejamento Estratégico que norteia na PRF as ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas, ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa:



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual – PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF diante da necessidade de aprimorar sua atuação estratégica estabeleceu a missão de “Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”, no seu Planejamento Estratégico para o período de 2012-2020. Os Macroprocessos instituídos para a consolidação da missão institucional ficaram distribuídos nos processos de ações de segurança com cidadania e gestão.

Em linhas gerais o processo de desenvolvimento “Segurança com Cidadania” é realizado através das seguintes estratégias: intensificar ações de garantia dos Direitos Humanos; fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;

ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; e implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências.

Com relação ao processo de “Gestão”, este é realizado através das seguintes estratégias: desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; desenvolver a cultura de gestão de projetos; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

Ocorre que o desenvolvimento institucional para a devida aplicação e efetivação desses macroprocessos está caminhando de forma efetiva na área mais estratégica, e começa a ser replicado nas ações do 1º DRPRF/DF, com a preocupação de instituir em 2013 um Plano Tático que auxilie no desdobramento das iniciativas estratégicas.

Os processos de Apoio previstos no PE são divididos nas áreas de articulação e comunicação institucional. As estratégias verificadas para a articulação institucional são: fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.

No que se refere à área de Comunicação nos deparamos com duas principais estratégias: fortalecer a imagem institucional da PRF; e melhorar a comunicação interna e externa. Essas questões auxiliam diretamente na transparência e estimulo a participação dos servidores para alcance da Visão de Futuro da PRF.

Existe ainda a preocupação com as ações de desenvolvimento do capital humano e aprimoramento da infraestrutura institucional para prover meios adequados ao desempenho das atividades. As estratégias de mapear e desenvolver competências, adequar o quadro de pessoal, potencializar a motivação e o desempenho dos servidores, bem como intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer os valores institucionais são destinadas ao gerenciamento do capital humano da instituição.

2.1 Planejamento da unidade

A ação fiscalizadora se consolida como principal atuação da Regional para a redução dos fatores críticos de acidentes graves e enfrentamento aos crimes nas rodovias federais. A fiscalização focada em temas específicos, geradores de acidentes a exemplo da direção sob a influência de álcool, otimiza o emprego dos meios e age de forma a obter o maior resultado com a mesma capacidade instalada.

Esta UJ realizou uma série de Operações e ações no exercício a fim dar cumprimento ao plano de ação e atingimento das metas estabelecidas. Para tal o planejamento operacional é utilizado para aperfeiçoar a execução das missões da instituição. Entretanto, qualquer planejamento é prejudicado pelas demandas extraordinárias, que ocupam quase a totalidade de nossa capacidade operacional. Em virtude da atual estrutura administrativa da Regional, fica a cargo do NPF o planejamento, execução, acompanhamento e relatório das missões operacionais. Desta forma, ainda que não seja adequado, há uma centralização de atividades no Núcleo.

Em relação aos feriados oficiais reforçaremos o policiamento e fiscalização de trânsito, visando a redução e prevenção da violência do trânsito, bem como buscaremos aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais sob a circunscrição do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal. Utilizaremos, inclusive, o efetivo policial que trabalha na área administrativa. Desenvolveremos fiscalizações com foco na prevenção e redução de acidentes de trânsito relacionados ao excesso de velocidade, embriaguez ao volante, ultrapassagens proibidas e envolvendo motocicletas ou ciclomotores.

Buscaremos aprimorar o Cinema Rodoviário e os Comandos de Saúde. O Cinema Rodoviário é um projeto da PRF que, através de palestras e filmes educativos, busca sensibilizar a sociedade para um

trânsito cidadão com objetivo de reduzir os índices de acidentes de trânsito. Os Comandos de Saúde são ações voltadas para a redução dos acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, por meio de atividades conjuntas com o SEST/SENAT. Tais ações visam detectar e alertar motoristas profissionais sobre alterações nos parâmetros de saúde que podem prejudicar ou impedir a condução de veículos automotores, educar e orientar motoristas profissionais quanto a questões relacionadas à saúde e ao trânsito, bem como, obter indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas profissionais.

Em face do aumento na incidência de assaltos a veículos de transporte rodoviário interestadual de passageiros na região de Luziânia e Cristalina e da necessidade de prover segurança aos passageiros dos veículos de transporte nas viagens interestaduais, criaremos Grupos de Patrulhamento Tático para atuarem nas áreas críticas. Dessa forma, implementaremos reforço de policiamento e fiscalização na rodovia BR 040, especialmente no trecho Luziânia – Cristalina, com vistas ao enfrentamento a criminalidade.

Em relação ao enfrentamento das demandas relativas aos condutores de motocicletas que fazem “racha” na BR 060, realizaremos operações com os radares e em conjunto com o efetivo operacional para coibir os excessos de velocidade praticado pelos condutores de motocicletas de alta performance, que utilizam a BR-060 no trecho compreendido entre Brasília/DF e Goiânia/GO, bem como identificaremos os grupos de motociclistas que praticam corrida.

Durante o período da realização dos jogos da Copa do Mundo contaremos com reforços de outras regionais para que possamos promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando à fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana da cidade de Brasília e nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turística, com vistas à redução do índice de criminalidade bem como a segurança do trânsito, desempenhando nossas missões constitucionais. Garantiremos a fluidez e a segurança do trânsito, no âmbito das rodovias federais. Realizaremos a segurança de deslocamentos, com batedores motociclistas, de forma integrada com eixos de segurança pública e defesa. Estabeleceremos plano articulado com os demais órgãos e entidades envolvidas no Grande Evento.

Em função desse esforço no planejamento das ações desenvolvidas, houveram melhorias nos resultados alcançados. Dados colhidos no site do DETRAN/DF revelam que o número de veículos no Distrito Federal dobrou nos 10 últimos anos. Passaram de 732 mil veículos, em 2003, para mais de 1,4 milhão, em 2013. Somente entre os anos de 2012 e 2013 a frota do Distrito Federal aumentou de 1.403.788 para 1.491.539, sendo que os automóveis representam 72,7% e as motocicletas representam 11,2% do total da frota.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo o mundo, os acidentes de trânsito são responsáveis diretos pela morte de 1,2 milhão de pessoas por ano. Perdas de vidas, internações, reabilitação ou mesmo o fim de uma carreira produtiva. Os acidentes de trânsito provocam grandes custos sociais para o país.

O 1º DRPRF/DF direcionou seus investimentos e suas ações para tentar minimizar os índices de acidentes nas rodovias federais sob nossa circunscrição, utilizamos a ferramenta Siger para mapear os locais com maior incidência de acidentes e elaboramos cartão programa para que os policiais e as viaturas estivessem nos locais e nos horários de maiores índices de acidentes.

Assim, intensificamos nossas atividades da seguinte forma:

- para coibirmos a incidência de condutores que dirigem veículos automotores sob a ingestão de bebidas alcoólicas, realizamos 6.077 testes de alcoolemia, dentre os quais foram lavradas 664 autuações e 259 prisões; e
- para combatermos as demais infrações de trânsito realizamos 30.169 autuações e recolhemos 965 CNHs.

Dessa forma, mesmo com o aumento considerável da frota de veículos automotores, conseguimos reduzir o número de mortes nas rodovias federais sob a circunscrição do 1º DRPRF/DF, o qual passou de 188 no ano de 2012 para 151 no ano 2013.

Outrossim, o tema da violência em geral, e o da criminalidade em particular, tem merecido crescente atenção nos últimos anos. Cinco cidades do entorno do Distrito Federal, e que estão situadas às margens das rodovias federais, aparecem entre as 70 mais violentas do país em um ranking divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela). Segundo o levantamento, que faz parte do “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil” e que levou em consideração localidades com mais de 20 mil habitantes, Luziânia é 21ª localidade mais perigosa do país. Valparaíso de Goiás (40º), Santo Antônio do Descoberto (68º), Cristalina (74º) e Águas Lindas de Goiás (70º) também compõem a lista.

Portanto, além dos investimentos voltados para tentarmos diminuir o número de mortos nas rodovias federais, intensificamos as ações no combate à criminalidade. Intensificamos nossas ações em conjunto com a inteligência, a qual mapeou os pontos críticos de maiores índices de criminalidade, bem como nos apoiou nos desfecho de operações e no cumprimento de mandados de prisão.

Com investimentos no combate ao crime obtivemos os seguintes números em 2013:

- apreendemos 6 anfetaminas, 89.815 gramas de cocaína, 60.160 gramas de craque, 273.118 gramas de maconha;
- apreendemos 31 revólveres, 7 pistolas, 8 espingardas, uma arma de fogo de fabricação caseira e um fuzil, 525 munições calibre 22/32, 143 munições calibre 38, 12 munições calibre .40, 19 munições calibre .380, 5 munições calibre 762, uma munição calibre 9mm e 140 munições de outros calibres; e
- recuperamos 169 veículos roubados e detivemos 692 pessoas envolvidas em diversos crimes.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programas temáticos

O PPA 2012-2015 inovou em relação ao PPA anterior (2008-2011). As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, buscando seguir o objetivo de comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta. Nesse sentido, o Plano está estruturado nas dimensões Estratégica, Tática e Operacional, cujos objetivos são concretizados por meio de Programas. Segundo a Lei 12.593/12 (Lei que institui o PPA 2012-2015), “o planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas” e continua esclarecendo que “o PPA 2012-2015 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável”. O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

- Programas Temáticos: pela definição contida na Lei 12.593/12, “expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Retrata a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Assim, os Programas Temáticos desdobram-se em Objetivos, que indicam o que deve ser feito. Para consecução desses Objetivos há fixação de metas, que é uma medida de alcance destes Objetivos (podendo ser de natureza qualitativa e quantitativa), e

utilização de indicadores, instrumentos que permitem identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação. Além disso, esses Objetivos são cumpridos com a implementação de Iniciativas, resultantes da coordenação de Ações Orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

- Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: pela definição da Lei 12.593/12, “expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental”.

Em síntese, no PPA 2012-2015 os Programas classificam-se em Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, e os Programas desdobram-se em Objetivos, e estes em Iniciativas, e estas em Ações Orçamentárias. No que diz respeito especificamente ao 1º DRPRF/DF, houve execução dos Programas Temáticos “2070 – Segurança Pública com Cidadania” e “2075 – Transporte Rodoviário”, que são detalhados nos quadros a seguir.

Quadro 2.2.1.1 – Programa temático

Identificação do programa de governo						
Código Programa	2070					
Título	Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	5.012.396,37	1.123.081,82	8.725,92	3.889.314,55	1.114.355,90

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

Quadro 2.2.1.2 – Programa temático

Identificação do programa de governo						
Código Programa	2075					
Título	Transporte Rodoviário					
Órgão Responsável	Ministério dos Transportes					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	244.741,18	0,00	0,00	244.741,18	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

2.2.2 Objetivos

Pela definição da Lei 12.593/12, “Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas”. Cada Programa Temático é composto por um ou mais Objetivos que devem expressar as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. Espera-se que o Objetivo não seja apenas uma declaração descomprometida com as soluções. Relacionar o planejar ao fazer significa, justamente, entregar um

Plano que ofereça elementos capazes de subsidiar a implementação das políticas com vistas a orientar a ação governamental. O Objetivo orienta taticamente a ação do Estado no intuito de garantir a entrega à sociedade de produtos ou serviços. Os Objetivos desdobram-se em Iniciativas, as quais declaram aquilo que deve ser ofertado na forma de bens e serviços ou pela incorporação de novos valores à política pública, considerando como organizar os agentes e os instrumentos que a materializam para o alcance das metas estipuladas. Tal orientação passa por uma declaração objetiva, por uma caracterização sucinta, porém completa, e pelo tratamento no território, considerando suas especificidades. No que se refere ao 1º DRPRF/DF, em relação ao exercício financeiro de 2013, a atuação foi orientada pelos seguintes Objetivos.

Quadro 2.2.2.1 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do objetivo						
Código	0825					
Descrição	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	521.768,42	78.043,00	0,00	443.725,42	78.043,00
Metas do Exercício						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade de Medida	a) Prevista PPA 2012-2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % de realização (c/a)
1	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	Unidade	100.500*	61.440	129.700	-

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Nota: As outras metas incluídas no PPA 2012-2015 que estão descritas dentro do Objetivo 0825 e que se referem a Polícia Rodoviária Federal, tratam de atividades relacionadas aos Estados de fronteira.

Metas do Exercício repassadas pelo NPF. Ressalta-se que a coluna “a) Prevista PPA 2012-2015” foi preenchida somente com a meta prevista para 2013, e não para os quatro anos do PPA. Dessa forma, não foi possível avaliar o percentual de realização para os dois primeiros anos do PPA (2012 e 2013).

Objetivando o alcance da meta, investimos R\$ 1.836,00 em equipamentos de proteção, segurança e socorro (aquisição de quatro coletes balísticos para os servidores da inteligência, os quais atuam em conjunto com os servidores lotados no policiamento), pagamos R\$ 929,88 em diárias no encontro de despacho de ocorrências objetivando qualificação para diminuirmos o tempo de resposta nas ocorrências e gastamos R\$ 519.001,54 na aquisição de equipamentos de Vídeo Wall, mobiliário para a Academia Nacional da PRF e despesas com instrutores e alunos em suas formações. A aquisição dos objetos trará enormes vantagens para a Administração Pública e para a sociedade, a aplicação dos referidos equipamentos, de alta tecnologia, servirá para apoiar as ações de segurança pública durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e nas ações de enfrentamento à violência no trânsito, pois visualizaremos e monitoraremos precisamente as áreas relevantes nas rodovias federais. Ademais, haverá melhoria significativa na qualidade das informações para a tomada de decisões da PRF, mitigando os riscos

envolvidos, reduziremos os gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes, acelerando o tempo nas ações corretivas de segurança pública. Dessa forma, criaremos um modelo de referência relevante para a segurança pública, para a sociedade brasileira, principalmente no que se destina ao enfrentamento à violência no trânsito.

Quadro 2.2.2.2 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do objetivo						
Código	0830					
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.707.613,84	65.719,19	3.879,92	1.641.894,65	61.839,27
Metas do Exercício						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade de Medida	a) Prevista PPA 2012-2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % de realização (c/a)
1	Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil.	Unidade	Não se aplica			
2	Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores.	Unidade	Não se aplica			
3	Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual.	Unidade	Não informado pela área responsável			
4	Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal	Unidade	Não definida	0	0	-
5	16.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência	Unidade	144	93	149	103%
6	Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos,	Unidade	DPRF			

	relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio.					
--	---	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

O PPA define metas para todo o DPRF. Dessa forma, não se conseguiu as metas específicas para o 1º DRPRF/DF para esse período. Oportuno esclarecer que no exercício de 2013 foi licitado e contratado manutenção predial para algumas unidades, porém não houve tempo hábil para execução do serviço, que será realizado logo no início de 2014. A questão da situação dos imóveis e as providências adotadas para melhoria das instalações será tratada em item específico.

Com relação ao indicador de documentos produzidos, somente com a quantidade de documentos produzidos até 2013, o NUIINT/DF já atingiu a meta estabelecida para o PPA 2012-2015. Cabe salientar que a previsão estabelecida para a regional não leva em consideração que o 1º DRPRF/DF recebeu em 2013 a Copa das Confederações provocando um aumento na produção de conhecimento.

Quadro 2.2.2.3 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do objetivo						
Código	0832					
Descrição	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	552.412,09	195.430,09	0,00	356.712,00	195.430,09
Metas do Exercício						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade de Medida	a) Prevista PPA 2012-2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % de realização (c/a)
1	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos	Unidade	Não informado			
2	Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos	Unidade	115	51	51	44,3%
3	Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções.	Unidade	Não informado			

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas

Nota: Nada obstante ainda não haver a implantação, foi adquirida toda infraestrutura necessária para implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, cuja previsão de implementação no 1º DRPRF/DF é para o 1º semestre de 2014, ainda para

atender aos Grandes Eventos (Copa do Mundo).

Para tentar alcançar nosso objetivo, investimos R\$ 356.712,00 na aquisição de aparelho e equipamentos de comunicação e mobiliário em geral – Vídeo Wall. A aquisição dos objetos trará enormes vantagens para a Administração Pública e para a sociedade, a aplicação dos referidos equipamentos, de alta tecnologia, servirá para apoiar as ações de segurança pública durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e nas ações de enfrentamento à violência no trânsito, pois visualizaremos e monitoraremos precisamente as áreas relevantes nas rodovias federais. Ademais, haverá melhoria significativa na qualidade das informações para a tomada de decisões da PRF, mitigando os riscos envolvidos, reduziremos os gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes, acelerando o tempo nas ações corretivas de segurança pública. Dessa forma, criaremos um modelo de referência relevante para a segurança pública, para a sociedade brasileira, principalmente no que se destina ao enfrentamento à violência no trânsito. Bem como pagamos R\$ 195.430,00 em diárias ao efetivo para cumprimento das ordens de missões relativas à Copa das Confederações. No referido evento policiais de outras Regionais deslocaram-se para atenderem a Ordem de Missão nº 031/2013 Oriunda Coordenação-Geral de Operações, a qual teve como missão promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando a fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana de Brasília, nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turísticas, com vistas à redução do índice de criminalidade, bem como à promoção da segurança do trânsito. Também foram pagas diárias em relação à Jornada Mundial da Juventude, tal evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no período de 23 a 28 de julho, o qual contou com a presença de milhares de peregrinos do Brasil e demais países da América do Sul. Dessa forma, várias equipes deslocaram-se para intensificarem a fiscalização dos serviços de transportes pela malha rodoviária federal, bem como para garantirem a segurança papal. Ademais, algumas equipes deslocaram-se para os Estados de Minas Gerais e Goiás para garantirem a segurança e fluidez dos usuários que saíram de Brasília para o evento.

Pela análise desse objetivo, conclui-se que o controle das ações voltadas para o cumprimento do objetivo macro é da área que coordena a capacitação na Sede/PRF, no entanto, não deixa de refletir nas ações de capacitação das Regionais, razão pela qual esclarecemos o seguinte:

Entendemos que todos os cursos realizados, especificamente para policiais rodoviários federais, são próprios para prepará-los para atuarem em qualquer época, como também em grandes eventos. Assim, os cursos de habilitação na submetralhadora SMT.40 e Padronização de Procedimentos para Fiscalização com a Utilização de Equipamento Medidor de Velocidade – RADAR, realizados em 2013, também foram importantes para que os policiais cumprissem sua missão em grandes eventos, tais como: a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014.

Em se tratando de capacitação de servidores em ações voltadas para grandes eventos, o único curso realizado nesta Regional, em 2013, com características próprias para grandes eventos, foi o *workshop* de Comando e Controle, que preparou 21 servidores para encargos de comando na Copa das Confederações.

Ressalta-se, ainda, que servidores desta Regional participaram de outros cursos voltados para grandes eventos realizados pela Sede/DPRF e SENASP, conforme demonstra a lista abaixo:

- Curso de Operações de Controle de Distúrbio-COCD: 5.
- Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime-TPCC: 3.
- Curso Básico de inteligência: 2.
- Curso de Motociclista Policial e Batedor: 3.
- Curso de Uso Diferenciado da Força: 1.
- Curso de Balística Forense Aplicada: 2.
- Condutores de Veículos de Emergência: 1.

- Identificação de Armas de Fogo: 1.
- Operação Temática de Motopolicamento: 8.
- Operação Temática de Combate às Fraudes Veiculares: 4.

Assim, se a meta geral da PRF era capacitar 5.000 servidores (metade do efetivo policial existente em dez/2013), no triênio 2013/2015, conclui-se, por razões óbvias, que as regionais também deverão capacitar metade de seu efetivo, nesse mesmo período.

Cumprido ressaltar, ainda, que não foram estabelecidas, no âmbito desta Regional, metas para a capacitação de servidores em ações voltadas para grandes eventos. Mesmo assim, tentamos capacitar servidores para o encargo de coordenação em grandes eventos por meio da realização do WORKSHOP de Comando e Controle e encaminhamos nossos servidores para realizar curso de capacitação ofertado pela SEDE/DPRF e SENASP, objetivando capacitá-los, para o trabalho em grandes eventos.

Como se vê, nesta Regional foi realizada 44,3% da meta esperada no exercício de 2013. No entanto, concluímos que para o atingimento da meta esperada, onde o ideal seria capacitar pelos menos 1/2 (metade) do efetivo até 2015. Por isso, evidenciaremos ações objetivando preparar metade do efetivo para atuar em quaisquer ações relacionadas a grandes eventos, tais como: Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e outros eventos importantes que ocorrem nesse entremeio.

Quadro 2.2.2.4 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do objetivo						
Código	0833					
Descrição	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.230.872,02	783.889,54	4.846,00	1.446.982,48	779.043,54
Metas do Exercício						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade de Medida	a) Prevista PPA 2012-2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % de realização (c/a)
1	Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.	Unidade	5.010*	13.190	Não informado	-
2	Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015	Unidade	Não informado pela área responsável			
3	Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional	Unidade	DPRF			
4	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015	Unidade	27.120*	6.077	9.404	-
5	Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	Unidade	100.500*	55.894	Não informado	-

6	Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico	Unidade	DPRF			
7	Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária	Unidade	DPRF			
8	Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados	Unidade	DPRF			
9	Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)	Unidade	DPRF			
10	Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes	Unidade	DPRF			
11	Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias	Unidade	Não informado pela área responsável			

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Notas:

Indicador 1: meta revisada, pois a meta anterior estabelecia 1.000.000 de pessoas para todo o quadriênio do PPA 2012-2015. Ressalta-se que a coluna "a) Prevista PPA 2012-2015" foi preenchida somente com a meta prevista para 2013 (dado repassado pelo NPF), e não para os quatro anos do PPA. Dessa forma, não foi possível avaliar o percentual de realização para os dois primeiros anos do PPA (2012 e 2013).

Indicador 2: meta revisada, pois a meta anterior estabelecia a cobertura de 200 trechos críticos. Estarão sendo implementada, ainda no 1º semestre de 2014, 25 câmeras de videomonitoramento bem como a modernização da central de TI, levando-se como critério de escolha os locais com maior índice de acidentes. Estão previstas instalações de outras 150 câmeras e radiocomunicação digital ainda em 2014;

Indicador 4: coluna "a) Prevista PPA 2012-2015" foi preenchida somente com a meta prevista para 2013 (dado repassado pelo NPF), e não para os quatro anos do PPA. Dessa forma, não foi possível avaliar o percentual de realização para os dois primeiros anos do PPA (2012 e 2013).

Indicador 5: coluna "a) Prevista PPA 2012-2015" foi preenchida somente com a meta prevista para 2013 (dado repassado pelo NPF), e não para os quatro anos do PPA. Dessa forma, não foi possível avaliar o percentual de realização para os dois primeiros anos do PPA (2012 e 2013).

Para alcançarmos nossos objetivos investimos Combustível, Ração Canina (pois possuímos um Grupo de Operações com Cães, os quais atuam no combate ao tráfico de drogas nas rodovias federais), Suprimento de EDA - Bobina para impressora, Suprimento de etilômetro, , Suprimento de EDA - 10 canetas, Suprimento de EDA – Baterias(necessitamos da aquisição dos referidos materiais, pois os EDA's são utilizados para a confecção das autuações de trânsito) Formulários Operacionais , Material para limpeza de armas, Manutenção de viaturas e adesivo "viatura em manutenção" (nossas viaturas quando vão para a manutenção, são adesivadas para ficar caracterizado que o veículo está sob os cuidados de particulares e que não estão em ronda ou em deslocamento operacional), Passagens aéreas, Manutenção e aferição de etilômetros pelo INMETRO, pois os aparelhos utilizados pela Polícia Rodoviária Federal devem ser aferidos pelo INMETRO para que fique assegurado ao usuário que vai soprá-lo que não há possibilidade de erro na medição da utilização de substância alcóolica.

Quadro 2.2.2.5 – Objetivo vinculado a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do objetivo	
Código	0280
Descrição	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Programa	2075 – Transporte Rodoviário						
Órgão Responsável	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	244.741,18	0,00	0,00	244.741,18	0,00	
Metas do Exercício							
Sequencial	Descrição da Meta		Unidade de Medida	a) Prevista PPA 2012-2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % de realização (c/a)
1	Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário		Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

2.2.3 Iniciativas

Pela Lei 12.593/12, as Iniciativas são definidas como “atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento”. Essas Iniciativas serão tratadas como referências para as Ações. No que se refere ao 1º DRPRF/DF, em relação ao exercício financeiro de 2013, a implementação dos Objetivos foi concretizada com a execução das seguintes Iniciativas:

Quadro 2.2.3.1 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da iniciativa						
Código	03DO					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	521.768,42	78.043,00	0,00	443.725,42	78.043,00
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação Apoiada	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Objetivando o alcance da meta, investimos R\$ 1.836,00 em equipamentos de proteção, segurança e socorro, pagamos R\$ 929,88 em diárias e gastamos R\$ 77.113,12 na aquisição de equipamentos de *videowall*, mobiliário para a Academia Nacional da PRF e despesas com instrutores e alunos em suas formações.

Quadro 2.2.3.2 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da iniciativa						
Código	03E1					
Descrição	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.707.613,84	65.719,19	3.879,92	1.641.894,65	61.839,27
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não definida	-				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Nota: Informações acerca de Metas do Exercício Execução Física não foram repassadas pela área responsável (SETEL).

Quadro 2.2.3.3 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da iniciativa						
Código	03EE					
Descrição	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Objetivo	0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	552.412,09	195.430,09	0,00	356.712,00	195.430,09
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Implementado	% de execução física				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Para tentarmos alcançar nosso objetivo, investimos R\$ 356.712,00 na aquisição de aparelho e equipamentos de comunicação e mobiliário em geral – Vídeo Wall. A aquisição dos objetos trará enormes vantagens para a Administração Pública e para a sociedade, a aplicação dos referidos equipamentos, de alta tecnologia, servirá para apoiar as ações de segurança pública durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e nas ações de enfrentamento à violência no trânsito, pois visualizaremos e monitoraremos precisamente as áreas relevantes nas rodovias federais. Ademais, haverá melhoria significativa na qualidade das informações para a tomada de decisões da PRF, mitigando os riscos envolvidos, reduziremos os gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes, acelerando o tempo nas ações corretivas de segurança pública. Dessa forma, criaremos um modelo de referência relevante para a segurança pública, para a sociedade brasileira, principalmente no que se destina ao enfrentamento à violência no trânsito. Bem como pagamos R\$ 195.430,00 em diárias ao efetivo para cumprimento das ordens de missões relativas à Copa das Confederações. No referido evento policiais de outras Regionais deslocaram-se para atenderem a Ordem de Missão nº 031/2013 Oriunda Coordenação-Geral de Operações, a qual teve como missão promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando a fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana de Brasília, nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turísticas, com vistas à redução do índice de criminalidade, bem como à promoção da segurança do trânsito. Também foram pagas diárias em relação à Jornada Mundial da Juventude, tal evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no período de 23 a 28 de julho, o qual contou com a presença de milhares de peregrinos do Brasil e demais países da América do Sul. Dessa forma, várias equipes deslocaram-se para intensificarem a fiscalização dos serviços de transportes pela malha rodoviária federal, bem como para garantirem a segurança papal. Ademais, algumas equipes deslocaram-se para os Estados de Minas Gerais e Goiás para garantirem a segurança e fluidez dos usuários que saíram de Brasília para o evento.

Quadro 2.2.3.4 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da iniciativa						
Código	03EH					
Descrição	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Objetivo	0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça - MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.230.872,02	783.889,54	4.846,00	1.446.982,48	779.043,54
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Procedimento realizado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Para alcançarmos nossos objetivos investimos Combustível (Gestão de Frota), Ração Canina, Suprimento de EDA - Bobina para impressora, Suprimento de etilômetro, Formulários Operacionais, Suprimento de EDA - 10 canetas, Suprimento de etilômetro, Suprimento de EDA – Baterias, Material para limpeza de armas, Adesivo "viatura em manutenção", Passagens aéreas, Taxa de corretagem de combustível e manutenção, Manutenção de etilômetros, Manutenção de viaturas, Aferição de etilômetros.

Quadro 2.2.3.5 – Iniciativa vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da iniciativa						
Código	00WD					
Descrição	Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário					
Objetivo	0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua					
Órgão Responsável	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	244.741,18	0,00	0,00	244.741,18	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Veículo Fiscalizado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Assim como informado anteriormente, houve dificuldade na fiscalização do controle de velocidade no ano de 2013 em virtude de problemas com a manutenção dos dois radares existentes, nada obstante foram adquiridos outros dois radares, mais modernos, que utilizam-se de tecnologia mais sofisticada, que estão em uso desde o primeiro trimestre de 2014, o que proporcionará se alcançar resultados mais satisfatórios.

2.2.4 Ações

Conforme comentado, para cumprimento dos Programas é necessário a implementação e coordenação de ações orçamentárias, que por definição são operações das quais resultam em produto (bem ou serviço) ofertado à sociedade ou que contribui para atender aos objetivos de um programa. A organização das ações orçamentárias do governo visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a constituição de um Programa pressupõe a necessidade de solucionar um problema da sociedade ou do próprio Estado, e esses Programas são concretizados por meio da implementação de um conjunto integrado e suficiente de ações orçamentárias e não orçamentárias que expresse uma relação consistente entre a causa e o efeito, entre o problema a resolver e o objetivo do programa, entre as metas

das ações e a evolução esperada dos indicadores do programa, assim as ações orçamentárias devem concorrer suficientemente para o alcance das metas estabelecidas.

Enfatiza-se que a regional só executa orçamento da Esfera Fiscal e Seguridade Social. Por se tratar de órgão da Administração Direta, não está incluída no Orçamento de Investimento. Dessa forma, os Quadros referentes a esse tipo de execução foram suprimidos.

Para o exercício financeiro de 2013 houve uma inovação, que foi a introdução do chamado Plano Orçamentário (PO) que constitui-se em uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (ou seja, não constante na LOA – Lei Orçamentária Anual), vinculada à ação orçamentária. Tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo (localizador de gasto) da Ação. Dessa forma, algumas Ações deixaram de existir e foram criadas como POs dentro de outras Ações, conseqüentemente a quantidade de Ações forma reduzidas. Nesse sentido, para que as Ações fossem mostradas de forma a refletir a gestão da unidade, os Quadros a seguir sofreram modificações para inclusão dos Planos Orçamentários dentro de algumas Ações. Assim, a análise deverá estar muito mais focada nos POs do que propriamente nas Ações.

No que diz respeito ao 1º DRPRF/DF, foram executas as Ações Orçamentárias (desdobradas por em Planos Orçamentários) detalhadas nos Quadros a seguir:

Quadro 2.2.4.1 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	20IC					
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Plano Orçamentário	0001 – Plano Estratégico de Fronteiras – Equipamentos Estratégicos para as Fronteiras 0002 – Plano Estratégico de Fronteiras – Inovações Tecnológicas 0003 – Plano Estratégico de Fronteiras – Desenvolvimento Institucional					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	521.768,42	78.043,00	0,00	443.725,42	78.043,00
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Nota: Informações acerca de Metas do Exercício Execução Física não foram repassadas pela área responsável (SETEL). Apesar da descrição da meta ser “Profissional Capacitado”, a grande parte do valor utilizado foi em função de aquisição de equipamentos de comunicação e tecnologia da informação.

Objetivando o alcance da meta, investimos R\$ 1.836,00 em equipamentos de proteção, segurança e socorro, pagamos R\$ 929,88 em diárias e gastamos R\$ 77.113,12 na aquisição de equipamentos de vídeo wall, mobiliário para a Academia Nacional da PRF e despesas com instrutores e alunos em suas formações.

Quadro 2.2.4.2 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	200G					
Descrição	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Plano Orçamentário	0001 – Reforma e Ampliação de Unidades da Polícia Rodoviária Federal					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	338.779,00	0,00	0,00	338.779,00	0,00
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade reformada/modernizada	Unidade	5	0		

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas

Foram realizadas contratações para realização de cercamento dos pátios de retenção das unidades operacionais, porém, devido a fatores logísticos não foi possível a realização dos investimentos no exercício 2013.

Quadro 2.2.4.3 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Plano Orçamentário	0000 – Man. e Modernização dos Sistemas de Tec. da Informação e Comunicação – Despesas Diversas					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.368.834,84	65.719,19	3.879,92	1.303.115,65	61.839,27
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantenido	(%) percentual	90%	97%	90%	97%

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

A ação trata de manutenção dos serviços atuais e implantação de novos serviços na área de tecnologia da informação e comunicações. Desta forma foram utilizados recursos para manutenção dos sistemas de rádio comunicação analógico, para custeio das despesas com telefonia, local e longa distância, tanto fixa quanto celular, serviço de reprografia e serviço de provimento de acesso a internet. Foram adquiridos equipamentos de comunicação de dados para interconexão entre a nova sede do distrito e o posto PRF localizado na localidade da antiga sede. Foram adquiridos equipamentos para implantar o sistema de vídeo-monitoramento de rodovias no total de 250 câmeras, incluindo o backbone de transporte de dados necessário, que serão instalados no decorrer do ano de 2014.

Quadro 2.2.4.4 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	7U23					
Descrição	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Plano Orçamentário	0003 – Grandes Eventos – Equipamentos e Sistemas para Operações de Segurança e de Inteligência em Grandes Eventos					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	356.712,00	0,00	0,00	356.712,00	0,00
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Equipamento Adquirido	Unidade	0%	0%	0%	0%

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Aquisição de equipamentos (racks de equipamentos, fontes para rádios e transeptores e repetidoras) para ampliar a cobertura de rádio-comunicação crítica, de segurança pública para atendimento da demanda relacionada com a escolta e segurança nas rodovias federais e nos trajetos das delegações durante a copa de 2014. O serviço está sendo realizado no ano de 2014 não havendo meta física e/ou financeira relacionada ao ano de 2013.

Quadro 2.2.4.5 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	7U23					
Descrição	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Plano Orçamentário	0007 – Grandes Eventos – Apoio à Realização das Ações de Segurança nos Grandes Eventos					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	195.430,09	195.430,09	0,00	0,00	195.430,09
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento Realizado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Nota: Informações acerca de Metas do Exercício Execução Física não foram repassadas pela área responsável (NPF).

Para tentarmos alcançar nosso objetivo, investimos R\$ 356.712,00 na aquisição de aparelho e equipamentos de comunicação e mobiliário em geral – Vídeo Wall. A aquisição dos objetos trará enormes vantagens para a Administração Pública e para a sociedade, a aplicação dos referidos equipamentos, de alta tecnologia, servirá para apoiar as ações de segurança pública durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e nas ações de enfrentamento à violência no trânsito, pois visualizaremos e monitoraremos precisamente as áreas relevantes nas rodovias federais. Ademais, haverá melhoria significativa na qualidade das informações para a tomada de decisões da PRF, mitigando os riscos envolvidos, reduziremos os gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes, acelerando o tempo nas ações corretivas de segurança pública.

Dessa forma, criaremos um modelo de referência relevante para a segurança pública, para a sociedade brasileira, principalmente no que se destina ao enfrentamento à violência no trânsito. Bem como pagamos R\$ 195.430,00 em diárias ao efetivo para cumprimento das ordens de missões relativas à Copa das Confederações. No referido evento policiais de outras Regionais deslocaram-se para atenderem a Ordem de Missão nº 031/2013 Oriunda Coordenação-Geral de Operações, a qual teve como missão promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando a fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana de Brasília, nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turísticas, com vistas à redução do índice de criminalidade, bem como à promoção da segurança do trânsito. Também foram pagas diárias em relação à Jornada Mundial da Juventude, tal evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no período de 23 a 28 de julho, o qual contou com a presença de milhares de peregrinos do Brasil e demais países da América do Sul. Dessa forma, várias equipes deslocaram-se para intensificarem a fiscalização dos serviços de transportes pela malha rodoviária federal, bem como para garantirem a segurança papal. Ademais, algumas equipes deslocaram-se para os Estados de Minas Gerais e Goiás para garantirem a

segurança e fluidez dos usuários que saíram de Brasília para o evento.

Quadro 2.2.4.6 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	2723					
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Plano Orçamentário	0003 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	13.004,92	8.004,92	0,00	5.000,00	8.004,92
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação Realizada	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Nota: Informações acerca de Metas do Exercício Execução Física e demais informações acerca dessa Ação Orçamentária não foram repassadas pela área responsável (NUIINT) conforme solicitado.

Em relação a esse Plano Orçamentário que está contido na Ação 2723, o NUIINT informou que: “De acordo com o decreto nº 7845 que regulamenta o tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo no âmbito do Poder Executivo Federal fica reservado a este núcleo não permitir o acesso à informações, pela natureza da atividade de inteligência. O acesso à informação classificada em qualquer grau de sigilo a pessoa não credenciada ou não autorizada por legislação poderá, excepcionalmente, ser permitido mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, constante do Anexo I, pelo qual a pessoa se obrigará a manter o sigilo da informação, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da lei. Sendo assim, não constará neste relatório o detalhamento das operações realizadas e, ou das atividades de inteligência desenvolvidas”.

Quadro 2.2.4.7 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação	
Código	2723
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.
Plano	0004 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Orçamentário						
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	903.065,30	741.274,04	0,00	161.791,26	741.274,04
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Procedimento Realizado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Investimos R\$ 741.272,04 em Encontro de Chefes de Delegacia (esporadicamente os Chefes das Delegacias da Polícia Rodoviária Federal se reúnem para discutirem e buscarem soluções dos procedimentos para buscarem uma melhoria nos serviços prestados à sociedade) Pesquisa de Segurança Rodoviária (referida pesquisa de opinião foi criada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal para fazer um raio-x da segurança pública em rodovias federais, os resultados servirão para avaliação e planejamento operacional da Polícia Rodoviária Federal), Curso TPFT (os curso de Técnicas Policiais de Fiscalização e Transportes é realizado rotineiramente e serve para preparar os servidores para a fiscalização de transportes de passageiros e cargas), Aquisição de 62 coletes balísticos nível III-A, pois Proteção nível III-A é recomendável para os serviços desenvolvidos pelos nossos servidores, porquanto resiste a impactos com velocidades médias de 427 metros por segundo. Armas como as pistolas 9 milímetros e as Magnum .44 estão entre as que produzem impactos dessa natureza.

Quadro 2.2.4.8 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	2723					
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Plano Orçamentário	0006 – Atividade de Saúde nas Rodovias Federais					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.846,00	4.846,00	4.846,00	0,00	0,00

Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Atendida	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas

Investimos R\$ 4.846,00 na compra de materiais para os Comandos de Saúde (referidos comandos são ações programadas da Polícia Rodoviária Federal desenvolvidas às margens das rodovias visando a abordagem dos usuários para fazerem um check-up da saúde. Para muitas pessoas, essas são as únicas oportunidade que possuem para auferirem com estão são seus índices. Para a operacionalização das ações são adquiridos inúmeros materiais tais como esparadrapos, fitas de coletas de sangue, lancetas para a perfuração do dedo dos usuários, álcool e demais materiais de primeiros socorros. Justifica-se a necessidade dos Comandos de Saúde nas Rodovias por se saber que na origem da maioria dos acidentes de trânsito, ocorridos nas rodovias e estradas federais, está o envolvimento precípua de motoristas profissionais e que, entre esses, há percentuais consideráveis de alterações nos parâmetros de saúde, alguns dos quais os tornam potenciais candidatos à morte súbita.

Quadro 2.2.4.9 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	2723					
Descrição	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Plano Orçamentário	000B – Acidentes de Trânsito – Educação para o Trânsito					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	13.590,55	9.375,05	0,00	4.215,50	9.375,05
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação Realizada	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

As ações de educação para o trânsito foram desenvolvidas em escolas, empresas, ações sociais, comandos de saúde, operação funil e cinema rodoviário, no DF e no entorno.. Cada palestra tem duração mínima de uma hora, e máxima de uma hora e meia; as aulas são aplicadas durante 7 dias em cada escola, sendo 1 aula para toda a escola e 6 aulas teóricas para o 5º ano, mais uma aula prática. No cinema

rodoviário as palestras tem duração de 15 a 20 minutos, sendo realizado em ações sociais, postos da PRF, postos de abastecimentos, etc.

Quadro 2.2.4.10 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	2723					
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Plano Orçamentário	000D – Acidentes de Trânsito – Inovações Tecnológicas					
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	519.934,72	0,00	0,00	519.934,72	0,00
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Implantado/Mantido	% de execução	0%	0%	0%	0%

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Implantação de sistema de vídeo monitoramento de rodovias federais que estão vinculadas ao eixo de atendimento do 1º Distrito PRF buscando a melhora no tempo de resposta do serviço de atendimento ao cidadão, englobando o total de 250 câmeras de monitoramento instaladas, incluindo backbone de transporte dos dados de imagens geradas. Os equipamentos e serviços serão instalados no decorrer do ano de 2014, não havendo meta física e financeira executada no ano de 2013.

Quadro 2.2.4.11 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação	
Código	2723
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.
Plano Orçamentário	000E – Acidentes de Trânsito – Policiamento e Fiscalização nos Trechos Críticos de Acidente
Programa	2070 – Segurança Pública com Cidadania
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	776.430,53	20.389,53	0,00	756.041,00	20.389,53
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Apoiado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

O 1º DRPRF direcionou seus investimentos e suas ações para tentar minimizar os índices de acidentes nas rodovias federais sob nossa circunscrição, utilizamos a ferramenta Siger para mapear os locais com maior incidência de acidentes e elaboramos cartão programa para que os policiais e as viaturas estivessem nos locais e nos horários de maiores índices de acidentes. Dessa foram, tentamos inibir os acidentes e diminuirmos o tempo de resposta aos acidentes.

Quadro 2.2.4.12 – Ação vinculada a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da ação						
Código	20UB					
Descrição	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário					
Iniciativa	00WD - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário					
Plano Orçamentário	0001 – Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros					
Programa	2075 – Transporte Rodoviário					
Órgão Responsável	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
Ação Prioritária () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	244.741,18	0,00	0,00	244.741,18	0,00
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Veículo Fiscalizado	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Realizamos operações específicas a fiscalização de ônibus interestaduais objetivando a segurança dos passageiros e dos demais usuários da rodovia.

2.2.5 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

No que diz respeito especificamente ao 1º DRPRF/DF, houve execução dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, “2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça”, “2125 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” e “2126 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes”, detalhados nos Quadros a seguir:

Quadro 2.2.5.1 – Programa de Gestão e Manutenção

Identificação do programa de governo						
Código Programa	2112					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.523.708,75	1.653.568,10	4.416,02	870.140,65	1.649.152,08

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

Este Programa se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, sendo basicamente utilizado para custear a atividade meio de cada UJ que o utiliza. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens e pagamento de diárias a servidores e colaboradores eventuais) daquelas atividades da área meio; pagamento de convênio de intermediação de estágio; materiais de expediente; contratação de empresas de terceirização de mão-de-obra; serviços prestados por empresas; pagamento de energia elétrica; publicações no Diário Oficial da União e demais despesas relacionadas à atividade meio necessárias à gestão e administração da unidade.

O detalhamento de cada despesa referente a este Programa será feito em outros Quadros, sendo analisado o gasto por ação orçamentária e por grupo e natureza de despesa.

Quadro 2.2.5.2 – Programa de Gestão e Manutenção

Identificação do programa de governo						
Código Programa	2126					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes					
Órgão Responsável	Ministério dos Transportes					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	14.797,81	14.797,81	0,00	0,00	14.797,81

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

Quadro 2.2.5.3 – Programa de Gestão e Manutenção

Identificação do programa de governo						
Código Programa	2125					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	257.623,50	257.623,50	0,00	0,00	257.623,50

Fonte: SIAFI Gerencial e PPA 2012-2015.

2.2.6 Ações

Quadro 2.2.6.1 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado

Identificação da ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Plano Orçamentário	0001 – Despesas Administrativas					
Programa	2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	2.444.305,06	1.582.107,43	4.416,02	862.197,63	1.577.691,41
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não definida	-				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Quanto a ação vinculada ao programa de gestão, manutenção e serviços, destacamos na Ação 2000, na conta de administração da unidade, no plano orçamentário despesas administrativas, esta unidade regional foi atendida em suas necessidades de manutenção utilizando serviços contratados por meio de procedimentos administrativos próprios, com a execução certames licitatórios ou por meio de renovações contratuais fundamentadas por termos aditivos, com o propósito de aditar mais prazo de execução.

Foi utilizada locação de mão de obra de atividades consideradas de apoio a atividade finalística, destaca-se o contrato de vigilância armada com a empresa Multserv Segurança e Vigilância Patrimonial, sendo pago o valor de R\$ 366.716,46 (trezentos e sessenta e e seis mil, setecentos e dezesseis reais e

quarenta e seis centavos). Foi executado contrato administrativo com a empresa TESE Terceirização de Serviços Ltda, sendo pago o valor de R\$ 414.428,97 (quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos) para o serviço de apoio administrativo, secretariado, motorista e copeiragem. A limpeza e conservação é outro serviço fundamental sendo executada pelo cumprimento do contrato administrativo com a empresa Cidade Serviços, para limpeza e higienização da Sede administrativa e dos Postos de Fiscalização, sendo pago o valor de R\$ 223.780,30 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta reais e trinta centavos). Com relação ao fornecimento de energia elétrica, os contratos de fornecimento foram executados pelas empresas CEB (Companhia Energética de Brasília), para fornecimento de energia elétrica à Sede e Postos de Fiscalização localizados no Distrito Federal, e pela CELG (Companhia de Eletricidade de Goiás), para os Postos de Fiscalização localizados no Estado de Goiás, sendo executados os valores de R\$ 52.162,87 (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos) e R\$ 34.619,91 (trinta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e um centavos), respectivamente. Destaca-se nesta gestão a locação do imóvel por meio de contrato administrativo para funcionamento da Sede administrativa firmado com a empresa Alissar Investimentos Imobiliários Ltda, no valor pago de R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais). O aluguel deste imóvel se tornou necessário para a mudança da Sede do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal até então situado na BR 040, Km 0,6 Área Alfa, Santa Maria-DF, para a Setor Comercial SIA, Trecho 03, lotes 145/155 Brasília-DF, esta mudança se fez necessária em razão da necessidade de espaço para o funcionamento do Distrito, que com a quantidade e alta demanda de serviços desenvolvidos pela Regional, aliado ao estado ruim de conservação das edificações até então utilizadas, respeitados o devido processo administrativo legal foi contratada a locação de imóvel com adequado espaço físico, dada a vantajosidade e economicidade, proporcionando o amplo acesso aos serviços públicos fornecidos por esta Unidade Regional.

Além das despesas citadas, também tiveram inúmeras outras de caráter administrativo, porém optou-se por citar somente aquelas de maior relevância. Todas estas despesas visaram promover condições adequadas para a realização das atividades desenvolvidas na fiscalização e policiamento nas rodovias sob circunscrição desta Unidade Regional, como os processos de contratação de fornecimento de energia elétrica imprescindíveis para o funcionamento do aparato de apoio as atividades de fiscalização, bem como os contratos de limpeza e vigilância que visam uma maior higiene, conservação do ambiente, salubridade e melhores condições de apresentação e preservação das condições ideais de fiscalização.

Quadro 2.2.6.2 – ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado

Identificação da ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Plano Orçamentário	0002 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Programa	2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	79.403,69	71.460,67	0,00	7.943,02	71.460,67
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	Unidade	230	249	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

A capacitação no 1º DRPRF/DF, no exercício de 2013, realizou os cursos relacionados abaixo:

- Curso de Habilitação na Submetralhadora Taurus SMT.40, sem custos. Apesar de a meta prevista ser capacitar 100% do efetivo, foram capacitados somente 199, correspondente a 96,6% do total, sendo que, os servidores que não fizeram o curso foi devido a motivos alheios a sua vontade, tais como: viagem a serviço, licenças e outros afastamentos, etc. Foram oferecidas 24 vagas nesse curso para servidores da Sede/DPRF, de outras Regionais e de outros órgãos;
- Curso de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sem custos, sendo capacitados 20 servidores do PECPRF, que se encontravam em exercício no 1º DRPRF/DF;
- Workshop de Comando e Controle, sem custos, sendo capacitados 21 servidores para atuarem no comando da copa das confederações e em outros grandes eventos;
- Padronização de Procedimentos para a Fiscalização com a Utilização de Equipamento Medidor de Velocidade – RADAR, sem custos. Foram capacitados dois servidores do 1º DRPRF/DF, que foram alocados para trabalhar com uso de radar; e
- Curso sobre a Lei 8.112/90, foram capacitados 51 servidores de todo o DPRF, sendo 7 servidores do 1º DRPRF/DF e 44 servidores da Sede/PRF e Regionais de todo o Brasil. O objetivo desse curso foi uniformizar o entendimento acerca da legislação de pessoal, bem como os procedimentos de recursos humanos em todas as Unidades de RH da PRF, com custo total de R\$ 51.062,40 (incluindo a contratação do instrutor, Prof. Paulo Diniz e as custas, materiais e encargos sociais).

Importante esclarecer que, do total de servidores capacitados neste 1º DRPRF/DF, 11 (onze) participaram de cursos realizados por outros órgãos, conforme tabela abaixo, a qual demonstra o custo com diárias.

Servidor capacitado	Curso	Custo com diárias
1	Análise e Produção do conhecimento	2.538,55
1	Curso de Chefes de Núcleo de Orçamento e Finanças	1.314,13
1	Semana de Administração Orçamentária e Contratações Públicas	1.803,83
3	10ª Semana de Administração Orçamentária	4.095,79
2	Curso Avançado de Procedimentos Disciplinares	2.628,26
1	Curso de Aperfeiçoamento de Fiscalização de Álcool e outras Drogas	485,89
1	Operação Temática de Direitos Humanos	2.472,16
1	Curso de Motociclista Policial	3.728,18

Enfatiza-se, ainda, que no final do exercício de 2013, foram comprados os materiais a seguir relacionados, para utilização na capacitação dos servidores:

- dois mil alvos, no custo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Esse material foi recebido no início do exercício de 2014;
- vinte e cinco rolos de obreias, totalizando 1000 obreias, no custo de R\$ 162,50 (cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Esse material foi recebido no início do exercício de 2014; e
- cinquenta protetores auriculares e cinquenta óculos de proteção, no custo de 1.331,48 (mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos). Esse material ainda não foi entregue à área de capacitação do NAP/DF.

Quadro 2.2.6.3 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado

Identificação da ação						
Código	14VN					
Descrição	Apoio à Realização de Grandes Eventos					
Plano Orçamentário	0003 – Apoio a Outras Iniciativas para Realização de Grandes Eventos					
Programa	2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Órgão Responsável	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	257.623,50	257.623,50	0,00	0,00	257.623,50
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Iniciativa Apoiada	Unidade				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

No apoio a realização de grandes eventos, gastamos R\$ 257.623,50. No ano de 2013, tivemos dois grandes eventos no Brasil, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude: na Copa das Confederações policiais de outras Regionais deslocaram-se para atenderem a Ordem de Missão nº 031/2013 oriunda da Coordenação-Geral de Operações, a qual teve como missão promover e intensificar as ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando a fiscalização e o controle do trânsito de pessoas, veículos e bens na região metropolitana de Brasília, nas divisas dos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, e nos principais eixos de ligação turísticas, com vistas à redução do índice de criminalidade, bem como à promoção da segurança do trânsito. Já a Jornada Mundial da Juventude ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no período de 23 a 28 de julho, o qual contou com a presença de milhares de peregrinos do Brasil e demais países da América do Sul. Dessa forma, várias equipes deslocaram-se para intensificarem a fiscalização dos serviços de transportes pela malha rodoviária federal, bem como para garantirem a segurança papal. Ademais, algumas equipes deslocaram-se para os Estados de Minas Gerais e Goiás para garantirem a segurança e fluidez dos usuários que saíram de Brasília para o evento.

Quadro 2.2.6.4 – Ação vinculada a programa de gestão, manutenção e serviços ao estado

Identificação da ação						
Código	8785					
Descrição	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC					
Plano Orçamentário	0000 – Plano Orçamentário não detalhado					
Programa	2126 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Despesas Diversas					
Órgão Responsável	Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	14.797,81	14.797,81	0,00	0,00	14.797,81
Metas do Exercício para a Ação						
Sequencial	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Não definida	-				

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA 2012-2015 e informações repassadas pelas áreas.

Os gastos com a pesquisa EPL ocorreram para dar cumprimento a Ordem de Serviço 152/2013-CGO, que trata sobre o Acordo de Cooperação nº 04/13, firmado entre a PRF e EPL (Empresa de Planejamento e Logística), objetivando garantir a segurança na execução e a eficácia da pesquisa de origem e destino de veículos de carga/passageiros e contagem volumétrica classificatória na circunscrição do 1º DRPRF/DF.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Conforme citado na Introdução, um dos grandes avanços promovidos no exercício de 2013 foi a reorganização da área administrativa e financeira, implantando práticas de boa gestão e capacitando as áreas a efetuarem as mudanças necessárias no órgão. Dentre as áreas que mais houve desenvolvimento foi o Setor de Licitações (SELIC), conforme detalhamento a seguir:

Ao Setor de Licitações (SELIC), subordinado ao Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro (NAF), do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, compete, nos termos da Portaria GAB - nº 100, de 3 de maio de 2013: elaborar editais e minutas de contratos; orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório; conduzir e executar os atos que envolvam as contratações de serviços ou aquisições de bens móveis e imóveis, exceto quando a licitação for dispensável ou inexigível; acompanhar o cronograma de realização de licitações e adotar as providências necessárias à publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório; executar a manifestação da unidade regional relativa às Intenções de Registro de Preço e demais atos pertinentes; executar os atos pertinentes às eventuais adesões a Atas de Registro de Preço de interesse da unidade regional; e verificar e proceder às eventuais adequações decorrentes da análise jurídica da Advocacia Geral da União relativa às minutas de editais e contratos.

A área desenvolve seus trabalhos de acordo com as demandas apresentadas pelos demais setores do 1º DRPRF/DF, que avaliam a necessidade, apresentam a justificativa e confeccionam o Termo de

Referência/ Projeto Básico. Após aprovação da documentação pelo Chefe do 1ºDRPRF, prossegue-se com as demais fases do procedimento de aquisição adequado à demanda, que pode ser por intermédio de licitação nos termos, dentre outras normas, da Lei 8.666/93 e 10.520/2002, ou adesão a Atas de Registro de Preços vigentes, nos termos do Decreto nº 7.892/2013.

Utiliza, como forma de controle interno, minimizando a ocorrência de erros e aumentando a possibilidade de êxito dos procedimentos, os modelos de Termos de Referência, Editais e Contratos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU, em seu sítio na internet (www.agu.gov.br) modelos para licitação e contratos. Ademais, os procedimentos passam pelo controle do Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, bem como, do Chefe do 1º Distrito.

No ano de 2013 passaram pelo SELIC em torno de 40 processos visando aquisições, dos quais 14 (catorze) tratavam-se de aquisições mediante Pregão eletrônico e 27 (vinte e sete), de Adesão à Ata de Registro de Preços vigentes.

Abaixo segue tabela com as principais aquisições conquistadas mediante Pregões Eletrônicos iniciados e concluídos no ano de 2013.

Pregão	Objeto	Valor total orçado da licitação	Valor total da licitação	Economia	Prazo de conclusão
1	Manutenção da Sede e Postos de Fiscalização do 1º DRPRF/DF	472.784,04	469.247,33	0,75%	93
2	Serviços de Dedetização da Sede e Postos de Fiscalização	13.071,23	7.471,83	42,84%	89
3	Aquisição de Link anual de Internet para nova Sede e Postos de Fiscalização	97.200,00	19.900,00	79,53%	127
4	Identificação Visual da nova Sede da Regional	19.438,33	11.751,53	39,54%	154
5	Aquisição de equipamentos de radiocomunicação analógica	19.994.098,93	15.954.731,54	20,20%	83
6	Aquisição de Conectividade para o sistema de videomonitoramento das rodovias	6.341.786,00	3.939.448,00	37,88%	40
7	Cercamento dos pátios dos Postos de Fiscalização	448.141,15	338.779,00	24,40%	107
8	Aquisição de Câmeras para o sistema de videomonitoramento das rodovias	9.466.790,61	7.257.230,00	23,34%	55
9	Aquisição de água mineral para Sede e Postos de Fiscalização	10.752,00	9.120,00	15,18%	134
Total / Média		36.864.062,29	28.007.679,23	24,02%	98

Fonte: SIASG e ComprasNet.

Quantidade bastante significativa quando comparado com o ano de 2012, quando houve apenas 01 (um) Pregão Eletrônico. Esse resultado decorre de uma maior alocação de Policiais Rodoviários Federais no Núcleo Administrativo e Financeiro, uma vez que a área estava desfalcada de servidores que optavam por trabalhar na área operacional. Foram lotados na área administrativa os servidores removidos para esta regional, bem como, convocou-se servidores da área operacional com experiência na área de licitações.

Com essa sistemática conseguiu-se arregimentar uma quantidade de servidores capaz de fazer fluir os procedimentos de aquisição de materiais e serviços. No entanto, encontramos dificuldades em conseguir mantê-los trabalhando nessa área meio da polícia. É que, em sua grande maioria, optam por trabalhar na área fim, qual seja: policiamento ostensivo das rodovias federais.

A área, que demanda conhecimentos específicos (jurídica e contábil, dentre outros), ainda carece de uma sistemática de preparação e formação dos servidores. Não há um calendário de cursos ou instrução, por exemplo. Isso traz uma insegurança para os servidores que não se sentem preparados para

atuar. Assim, a capacitação dos servidores torna-se imprescindível à conquista de recursos humanos comprometidos e engajados com os objetivos do órgão. Questão que deve ser superada nos que virão, pois um servidor bem preparado, além de minimizar os riscos, reduz a quantidade de pessoal necessária alocada num determinado setor.

Em que pese a dificuldade com a questão acima explicitada, podemos externar que no ano de 2013 o SELIC atuou e efetuou as contratações e aquisições priorizadas pela atual gestão. Conforme se depreende da tabela acima, foram demandas estruturais com o intuito de dar suporte aos trabalhos dos servidores da área operacional e administrativa no futuro.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de governança

As características e peculiaridades dos trabalhos realizados no âmbito da Administração Pública estão intimamente ligadas às questões da governança, que guardam estreita relação com a gestão de políticas públicas, o exercício de poder de polícia, o controle das execuções orçamentárias, dentre outros.

A governança pública demanda que os governos sejam mais eficazes, não apenas com uma atuação expressiva de sua capacidade de gestão, mas também respeitando os normativos e valores de uma sociedade democrática.

Nesse sentido, vejamos alguns conceitos de Governança Pública:

Governança Pública é mais do que uma forma eficaz e eficiente de executar o 'negócio governo', ela está relacionada à legalidade e legitimidade, sendo mais do que valores estritamente empresariais. Governança pública é uma atividade complexa que envolve o 'governo' de complexas redes sociais nos setores políticos. KICKERT, 1997 (p.732)

Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas. TIMMERS, 2000 (p. 9)

Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública. BRESSER-PEREIRA, 2001 (p.8)

Diante do contido nos conceitos acima epigrafados, pode-se concluir, em apertada síntese, que o objetivo implícito da Governança Pública é a gestão de recursos públicos para concretizar objetivos políticos e atender o interesse coletivo.

No âmbito do 1º DRPRF/DF, cumpre salientarmos que, as boas práticas administrativas implementadas pela Direção do Órgão possibilitam uma gestão dos recursos disponíveis (de pessoal, material, orçamentário e financeiro) de maneira transparente, legítima e acobertada pelos mandamentos legais vigentes, tudo, com vistas ao pleno alcance dos objetivos traçados. A opção por uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona à PRF uma crescente melhora na qualidade de sua execução orçamentária, o que culmina com o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Por fim, esclarecemos que esta regional, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF. A observância dos preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão fazem com que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 3.2 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que	X				

possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	X				
Informação e comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	X				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X				
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise crítica:					
<p>Cumpra registrar que esta Administração compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados.</p> <p>Como função administrativa, o controle precisa de um sistema de informação e avaliação, com a finalidade de assegurar o cumprimento do planejado, sob pena de a condução dos negócios públicos se transformarem em uma mera improvisação.</p> <p>Embora esta regional, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União – CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.</p> <p>Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU. Além disso, a regional tem feito o acompanhamento minucioso do Plano Permanente de Providências (PPP).</p>					
Escala de valores da avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Sistema de correição

A Corregedoria Regional do 1ºDRPRF/DPRF, buscando contribuir para o alcance do reconhecimento da instituição como órgão promotor da excelência na segurança pública, tem inovado continuamente sua forma de atuar, aperfeiçoando o combate aos desvios funcionais e sempre buscando a integração e o alinhamento estratégico com os demais entes do sistema correicional do Poder Executivo Federal, em observância aos princípios da eficiência, e com direcionamento na inovação, agilidade, foco em resultados e a otimização dos recursos públicos.

Cabe esclarecer que o objetivo principal da seara correicional não é o de punir, mas buscar a verdade real dos fatos e, uma vez comprovada a autoria e materialidade de infração passível de punição, aplicá-la de acordo com a previsão legal, garantindo a efetividade da pretensão administrativa.

Desta forma, o presente Relatório de Gestão apresenta os resultados alcançados no exercício 2013 por esta Corregedoria Regional. O documento demonstra a eficiência da Corregedoria do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal, comprovado pela progressiva e consistente melhora de seu desempenho no ano de 2013.

A análise do cenário atual realizada no presente Relatório de Gestão levou em consideração os demonstrativos estatísticos de desempenho correicional disponíveis, além de alguns dados e documentos coletados em levantamentos realizados pela equipe desta Corregedoria Regional.

Segundo o art. 100 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal compete ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos:

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

V - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;

VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do

Distrito Regional;

VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores do Distrito Regional;

IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

XII - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatório de gestão;

XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correccionais, às áreas competentes;

XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;

XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correccionais;

XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e

XVII - elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Quando ocorrem denúncias apócrifas de infrações administrativas ou criminais supostamente cometidas por servidores do 1º DRPRF, é necessário que a Administração adote medidas imediatas e efetivas.

Neste sentido a Corregedoria conta com servidores preparados para proceder a investigação dos fatos denunciados, tendo apurado todas as denúncias anônimas, que podem resultar em arquivamento, Sindicância Administrativa ou Processo Administrativo Disciplinar – PAD, como demonstrado na tabela.

Denúncias anônimas	Exercício 2013
Denúncias Anônimas inseridas no Sistema Protocolo	05
Denúncias Anônimas recebidas de outra Unidade	00
Denúncias Anônimas arquivadas sem autuação	04
Denúncias Anônimas que geraram autuação de processo	01

Com intuito de se verificar a procedência de denúncias registradas contra servidores desta Regional, notadamente naqueles casos em que não há elementos suficientes de autoria e/ou materialidade dos fatos apontados como irregulares, a Corregedoria Regional realiza uma instrução preliminar (IP), de modo a analisar a plausibilidade e a verossimilhança das denúncias.

A IP foi normatizada no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal por intermédio da Portaria 147, de agosto/2009, da Corregedoria-Geral do DPRF, e inserida no capítulo I, título II da Instrução Normativa nº 01 da Corregedoria-Geral, de 27 de maio de 2010. A finalidade da IP é obter informações indispensáveis ao juízo da autoridade instauradora, com fulcro no art. 143 e seguintes da lei 8.112/90.

Caso sejam verificados indícios suficientes de autoria e/ou materialidade, instaura-se Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD). No entanto, se não for verificados elementos informadores de desvio funcional sugere-se o arquivamento.

O procedimento da IP é mais célere e possui um prazo de 30 dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período quando o grau de complexidade dos fatos em apuração assim exigir.

Abaixo, segue o quadro demonstrativo das IPs em trâmite nesta Corregedoria.

Investigações preliminares	Quantidade
Investigações preliminares instauradas	47
Investigações preliminares concluídas	38
Total de investigações preliminares em apuração	09

Segundo apostila de texto da CGU orientadora dos procedimentos de apuração correicional no âmbito do poder executivo federal, a SAI é um procedimento administrativo investigativo (ou preparatório) discricionário (sem rito previsto em norma, à margem do devido processo legal) e de natureza inquisitorial (sem a figura de acusado a quem se concede ampla defesa e contraditório).

No entanto, tal matéria foi disciplinada na Instrução Normativa nº 01 da Corregedoria-Geral, de 27 de maio de 2010, em seu capítulo III, título II, estabelecendo que se trata de procedimento preliminar sumário que visa a coleta de provas para o juízo de admissibilidade quanto à instauração do procedimento disciplinar autônomo (SAD e PAD).

A SAI prescinde da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo ser composta por dois servidores. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período quando as circunstâncias do caso exigirem tal medida.

Da conclusão dos trabalhos da SAI podem ser tomadas três medidas: arquivamento ou instauração de SAD ou PAD.

Em apertada síntese, a diferença da SAI em relação na IP é que aquela somente será instaurada nos casos em que o objeto dos autos exigirem diligências preparatórias de alto grau de complexidade, que não puderem ser investigadas por meio da IP.

Na SAI tem-se a obrigatoriedade da sindicância ser composta por dois servidores, enquanto na IP não houve a delimitação da quantidade de integrantes do procedimento apuratório. Contudo, na prática, segundo a realidade defasada no nosso efetivo, nas IPs apenas um policial é designado para os trabalhos. Abaixo, segue o quadro demonstrativo das SAIs.

Sindicâncias administrativas investigativas	Quantidade
SAIs instauradas	08
SAIs concluídas	07
Total de SAIs em apuração	01

A SAD é um procedimento apuratório previsto pela lei 8.112/90 e normatizada no âmbito do DPRF pela Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2010, da Corregedoria-Geral, no capítulo I, título III, especialmente no art. 40.

Este tipo de sindicância é composta por comissão de três servidores estáveis, dentre os quais o presidente deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado. Ela é utilizada quando a pena em abstrato cominada à suposta infração disciplinar for de até trinta dias de suspensão, devendo observar todos os princípios do devido processo legal administrativo.

Cumpra esclarecer que em casos menos complexos esta sindicância pode ser composta por dois servidores. O prazo de conclusão da SAD é de 30 dias, podendo ser prorrogada por igual período em casos excepcionais quando as circunstâncias assim exigirem.

O quadro abaixo espelha a quantidade de SADs em trâmite nesta Corregedoria Regional.

Sindicâncias administrativas disciplinares	Quantidade
SADs instauradas	02
SADs concluídas	01
Total de SADs em apuração	01

O PAD, assim como a SAD, é um procedimento apuratório previsto pela lei 8.112/90 e normatizada no âmbito do DPRF pela Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2010, da Corregedoria-Geral, no capítulo I, título III, especialmente no art. 41.

O processo administrativo disciplinar é composto por comissão de três servidores estáveis, dentre os quais o presidente deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado. Ele é o meio apuratório adequado e obrigatório nos casos passíveis de aplicação de suspensão superior a trinta dias ou pena mais grave, devendo observar todos os princípios do devido processo legal administrativo.

O prazo de conclusão do PAD é de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período em casos excepcionais quando as circunstâncias assim exigirem.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de PADs em trâmite nesta Corregedoria Regional, vejamos.

Processos administrativos disciplinares	Quantidade
PADs instaurados	05
PADs concluídos	01
Total de PADs em apuração	05

O quadro abaixo mostra o total de procedimentos correicionais.

Processos	Exercício 2013
Processos no início do exercício	15
Processos no final do exercício	15
Entrada de processos	
Denúncia ou Representação Autuadas (Instauradas IP's)	46
Denúncia ou Representação Recebida de outra Regional	00

Denúncia ou Representação Recebida da Comissão de Ética	00
Processos Desapensados	00
Processos Desarquivados por Fatos Novos	00
Outras Entradas de Processos (inclusive processos encontrados)	01
Total	47
Representação/denúncias analisadas	
Decisão de Arquivamento após IP	23
Decisão de Instauração de SAI, SAD ou PAD	15
Total	38
Processos instaurados	
PAD	05
Sindicância Investigativa	08
Sindicância Acusatória	02
Sindicância Patrimonial	00
Total	15
Processos encerrados sem instauração	
Processos Arquivados por falta de objeto (Ordem de Missão)	23
Processos Arquivados por litispendência	00
Processos remetidos a Outra Unidade	01
Processos Apensados	00
Total	24
Processos encerrados com instauração	
Total de PADs julgados	06
PADs arquivados por falta de objeto ou materialidade	05
PADs com aplicação de penalidades	01

Observa-se que Sindicância Patrimonial é um procedimento investigatório, de caráter sigiloso e não-punitivo, destinado a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agente público federal, nas situações em que esse apresente uma evolução patrimonial incompatível com sua renda e disponibilidades.

Capacitação

A equipe da Corregedoria Regional é composta em sua maioria por policiais com formação superior em Direito. Dos cinco policiais que integram a Corregedoria apenas um ainda não concluiu essa especialização. Apesar disso, o referido policial tem larga experiência em Processo Administrativo Disciplinar, com especializações pela Controladoria Geral da União.

Os servidores Júlio César Matos de Oliveira e Anderson Farias participaram em 2013 de curso de capacitação sobre Processo Administrativo Disciplinar, na Escola de Administração Fazendária (ESAF), ministrado pela Controladoria Geral da União (CGU), os servidores Hudson Claus Silva Fraga e Júlio César Matos de Oliveira, respectivamente, participaram de Curso de Análise de Processos Administrativos e Curso sobre PAD avançado, ambos ministrados no presente ano pela CG do DPRF/MJ.

Resultados

A melhoria na qualidade da instrução processual, a diminuição do passivo e a qualificação técnica dos servidores foram fatores determinantes, que refletiram na apuração e solução das denúncias e representações protocoladas, tanto via portal ouvidoria/DPRF, como reduzida a termo nesta regional, bem como aquelas reconhecidas de ofício pela própria Administração Pública.

Os resultados satisfatórios e eficientes nos procedimentos correccionais espelham a qualificação técnica dos servidores lotados no NCAI, que aliás, é um dos objetivos da atual gestão, o compromisso com a capacitação técnica de toda a equipe, com vistas a maior produtividade e qualidade na prestação do serviço.

Gestão

A Corregedoria Regional implantou novos métodos de gestão que foram precursores de boas práticas no serviço público, elogiados e divulgados por vários colegas.

As inovações gerenciais possibilitaram alavancar e conferir notoriedade a esta Corregedoria, tendo sido bastante positivos os resultados dessa unidade na melhora da qualidade dos trabalhos desenvolvidos, além de propiciar ao órgão central uma visão mais acurada quanto às dificuldades sofridas pelas regionais, possibilitando a definição de ações e estratégias mais eficazes.

Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS

Programa de prevenção às infrações funcionais executado pelas chefias, cabendo às corregedorias regionais acompanhar sua execução.

De acordo com o programa, todas as chefias devem acompanhar minuciosamente, mesmo que de forma esporádica, as atividades realizadas pelos servidores no dia-a-dia, de forma a orientar quanto à melhoria de procedimentos, forma de abordagem aos cidadãos, apresentação pessoal, dentre vários outros aspectos.

Assim a corregedoria regional através das visitas correccionais elaboram os RVCs (Relatório de Visita Correicional), vejamos a tabela.

Acompanhamento gerencial de serviço	Exercício 2013
Quantidade de Relatórios de Visita Correicional (RVC)	28
Quantidade de Relatórios de Avaliação Gerencial (RAG) recebidos	00
Quantidade de Servidores auditados pelas RVC	138
Quantidade de Servidores auditados pela RAG	00
Reuniões Correccionais	12

Controle interno

O NCAI do 1ºDRPRF/DF registra as informações sobre os Processos Disciplinares instaurados nesta regional no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, conforme Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, paralelamente a este controle faz se também a inserção de informações dos procedimentos disciplinares do 1ºDRPRF/DF junto ao

SISCOR/DPRF (Sistema de Corregedoria do DPRF), onde além dos PAD`s (Processos Administrativos Disciplinares) são lançados as IP`s (Investigações Preliminares), SAI`s (Sindicâncias Administrativas Investigativas) e SAD`s (Sindicâncias Administrativas Disciplinares).

Através de planilhas que foram disponibilizada pela CG-DPRF/MJ (Corregedoria Geral do Departamento de Polícia Rodoviária) são informados mensalmente os procedimentos disciplinares desenvolvido pela regional, fomentando o Relatório Correicional Mensal do NCAI-1ºDPRF/DF, sendo este preenchimento e envio de caráter obrigatório, onde se extrai a estatística da regional e o andamento do serviço.

Além destas ferramentas de controle, o NCAI estabelece um rodízio entre os integrantes que compõe o efetivo do núcleo, onde o membro que realizar uma IP, a qual sugere a abertura de procedimento disciplinar, não participa do PAD, assim como na Análise Processual, ao final do processo, nomeia-se um servidor que não participou da instauração e do inquérito administrativo, sempre com o objetivo de se buscar a imparcialidade e transparência dos processos administrativos abertos nesta regional.

Demissões/cassações de aposentadoria

Em virtude do trabalho preventivo, temos o prazer de relatar que não houve demissões nem cassações de aposentadoria nesta regional no exercício de 2013.

Os dados informados neste relatório foram obtidos das planilhas internas de controle do NCAI-1ºDRRF/DF em conformidade com Relatório Correicional Mensal do NCAI-1ºDPRF/DF, dirimidos no item-8 do presente.

Destarte, de acordo com os resultados apresentados, encerramos o presente Relatório com a certeza de que a missão institucional da Corregedoria Regional do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013 foi integral e satisfatoriamente cumprida, orgulhando-nos de sermos responsáveis por tantos e vitais progressos para a construção de uma Polícia Rodoviária Federal cada vez melhor.

3.4 Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O NCAI do 1ºDRPRF/DF informa que registra as informações sobre os Processos Disciplinares instaurados nesta regional no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, conforme Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A UJ não implementou indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos, dessa forma esse item não se aplica.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Conforme orientações contidas na Portaria 175/2013-TCU, não foi preenchido o Quadro: “4.1.1 – Programação de Despesas”, pois esta regional é apenas unidade executora (e não unidade orçamentária), ou seja, executa somente créditos recebidos por movimentação interna, portanto não executa créditos iniciais originados diretamente da LOA nem créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Dessa forma, esse quadro não se aplica à UJ.

4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

4.1.2.1 Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Quadro 4.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Movimentação dentro de mesma unidade orçamentária entre unidades jurisdicionadas distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109	200141	30107-06.122.2112.2000.0001	-	-	2.413.484,98
			30107-06.122.2112.2000.0002	-	-	79.403,69
			30107-06.181.2070.20IC.0002	-	-	929,88
			30107-06.181.2070.20IC.0003	-	-	161.334,54
			30107-06.181.2070.2723.0003	-	-	13.004,92
			30107-06.181.2070.2723.0004	-	-	903.065,30
			30107-06.181.2070.2723.0006	-	-	4.846,00
			30107-06.181.2070.2723.000B	-	-	13.590,55
			30107-06.181.2070.2723.000E	-	-	175.685,53
30107-06.181.2070.8698.0000	-	-	-	-	111.190,72	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109	200141	30107-06.122.2112.2000.0001	30.820,08	-	-
			30107-06.181.2070.200G.0001	338.779,00	-	-
			30107-06.181.2070.20IC.0001	1.836,00	-	-
			30107-06.181.2070.20IC.0003	357.668,00	-	-

		30107-06.181.2070.2723.000D	519.934,72	-	-
		30107-06.181.2070.20IC.000E	600.745,00	-	-
		30107-06.181.2070.8698.0000	1.257.644,12	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Orçamento recebido pela UJ é descentralizado pela Unidade Orçamentária a que está vinculada, ou seja, a Unidade Sede da PRF (UG 200109, UO 30107).

4.1.2.2 Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

Quadro 4.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	201013	200141	47101-04.121.2125.14VN.0003	-	-	257.623,50
	393001		39250-26.782.2075.20UB.0001	-	-	244.741,18
	200094		30101-06.183.2070.7U23.0007	-	-	195.430,09
	395001		39253-26.122.2126.8785.0000	-	-	14.797,81
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200094	200141	30101-06.183.2070.7U23.0003	356.712,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Importante esclarecer que todo orçamento recebido pela UJ é descentralizado pela Unidade Orçamentária a que está vinculada, ou seja, a Unidade Sede da PRF (UG 200109, UO 30107). Dessa forma, a Unidade Orçamentária realiza “Repasse” ao 1º DRPRF/DF. Apesar de o Quadro 4.1.2.2 evidenciar que esta UJ recebeu orçamento de outros órgãos, o fato é que a forma de recebimento foi sempre por meio de Repasse, ou seja, foi feito “Destaque” à UO da PRF e esta efetuou Repasse a esta UJ. Optou-se por apresentar o Quadro dessa forma para evidenciar a origem do recurso, para que o leitor entendesse qual o órgão que concedeu o valor.

4.1.3 Realização da despesa

4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total

Conforme orientações contidas na Portaria 175/2013-TCU, não foi preenchido o Quadro: “4.1.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total”, pois esta regional é

apenas unidade executora (e não unidade orçamentária), ou seja, executa somente créditos recebidos por movimentação interna, portanto não executa créditos iniciais originados diretamente da LOA nem créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Dessa forma, esse quadro não se aplica à UJ.

4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ

Conforme orientações contidas na Portaria 175/2013-TCU, não foi preenchido o Quadro: “4.1.3.2 – Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ”, pois esta regional é apenas unidade executora (e não unidade orçamentária), ou seja, executa somente créditos recebidos por movimentação interna, portanto não executa créditos iniciais originados diretamente da LOA nem créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Dessa forma, esse quadro não se aplica à UJ.

4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

Conforme orientações contidas na Portaria 175/2013-TCU, não foi preenchido o Quadro: “4.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total”, pois esta regional é apenas unidade executora (e não unidade orçamentária), ou seja, executa somente créditos recebidos por movimentação interna, portanto não executa créditos iniciais originados diretamente da LOA nem créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Dessa forma, esse quadro não se aplica à UJ.

4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ

Conforme orientações contidas na Portaria 175/2013-TCU, não foi preenchido o Quadro: “4.1.3.4 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ”, pois esta regional é apenas unidade executora (e não unidade orçamentária), ou seja, executa somente créditos recebidos por movimentação interna, portanto não executa créditos iniciais originados diretamente da LOA nem créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Dessa forma, esse quadro não se aplica à UJ.

4.1.3.5 Despesas por modalidade de contratação – crédito de movimentação

Quadro 4.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.688.859,95	1.749.723,56	1.675.718,01	1.749.723,56
a) Convite	-	-		-
b) Tomada de Preços	-	-		-
c) Concorrência	-	-		-
d) Pregão	1.688.859,95	1.749.723,56	1.675.718,01	1.749.723,56
e) Concurso	-	-		-

f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações diretas (h+i)	404.172,04	152.935,39	404.172,04	152.767,39
h) Dispensa	352.991,96	125.922,82	352.991,96	125.754,82
i) Inexigibilidade	51.180,08	27.012,57	51.180,08	27.012,57
3. Regime de execução especial	1.526,34	352,44	1.526,34	352,44
j) Suprimento de Fundos	1.526,34	352,44	1.526,34	352,44
4. Pagamento de pessoal (k+l)	898.484,19	502.529,99	898.484,19	502.529,99
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	898.484,19	502.529,99	898.484,19	502.529,99
5. Outros	56.028,71	16.141,74	56.028,71	15.823,10
m) Taxa de Iluminação Pública	7.429,70	6.472,87	7.429,70	6.472,87
n) Remoção de Servidor/Auxílio Funeral	22.184,88	7.443,29	22.184,88	7.443,29
o) Convênio	-	2.225,58	-	1.906,94
p) Licenciamento de Veículos	17.321,83	-	17.321,83	-
o) Outros	9.092,30	-	9.092,30	-
6. Total (1+2+3+4+5)	3.049.071,23	2.421.683,12	3.035.929,29	2.421.196,48

Fonte: SIAFI Gerencial.

Comparando-se a execução do ano de 2013 com o de 2012, chama atenção dois itens da planilha: o primeiro é em relação a despesa por meio de Dispensa, que aumentou em cerca de 164%; o outro se deve ao aumento no valor da despesa com diárias (incluindo diárias a servidores e colaboradores eventuais), que aumentou em cerca de 78%. O aumento no gasto por meio de Dispensa de Licitação se deve ao fato de no exercício financeiro de 2013 ter havido mudança da Sede administrativa, dessa forma houveram muitos gastos para desmobilização, transporte e adequação do novo imóvel. Se evitou ao máximo efetuar Dispensa, porém os gastos foram devidamente justificados, embasados na legislação vigente e utilizando sempre da razoabilidade. Já o aumento nos gastos de diárias se deve à realização dos Grandes Eventos (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude), o que exigiu o deslocamento de muitos servidores e por tempo extenso com o objetivo de auxiliar, garantir a segurança e efetuar a escolta de autoridades e atletas. Além disso, grande parte dessas diárias foram gastas em atividades de treinamento e organização e planejamento para esses Grandes Eventos.

Importante ressaltar que a tabela só utiliza os valores de “Despesa Liquidada” e “Despesa Paga”. Talvez essa não seja a melhor forma de avaliar a gestão da unidade no exercício de 2013. Para se ter uma idéia, em 2012 foi empenhado o valor de R\$ 3.048.733,66. Já em 2013 foi empenhado R\$ 8.053.267,61. Ou seja, houve aumento em cerca de 164% do orçamento utilizado. Como grande parte desses empenhos foram emitidos nos último trimestre do ano, obviamente a maior parte teve que ser inscrita em Restos a Pagar. Porém, enfatiza-se que a maior parte dos produtos, obras ou serviços serão entregues, prestados e executados já nos primeiros meses de 2014. Assim, se tem uma visão mais abrangente e se tem uma boa noção do quanto o órgão foi melhor gerido no exercício de 2013 e o quanto se avançou em termos de realizações.

Além disso, dentro do item “5. Outros” foi incluída a rubrica “Licenciamento de Veículos”. Tal despesa se refere ao pagamento de Taxa de Licenciamento junto ao Detran/DF e de Seguro Obrigatório

DPVAT pago à Líder Seguradora com o objetivo de licenciar os veículos pertencentes à frota do 1º DRPRF/DF. Obviamente que essa despesa é executada todos os anos e em 2012 os empenhos foram emitidos pelo SIASG classificados como Inexigibilidade. Por orientação da Setorial Contábil do MJ, no exercício de 2013 os empenhos passaram a ser emitidos no próprio SIAFI classificados como “não se aplica”.

4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 4.1.3.6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Despesas correntes								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesa de pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras despesas correntes	4.589.128,69	2.824.243,91	3.017.900,33	2.404.025,12	1.571.228,36	420.218,79	3.004.758,39	2.403.538,48
33.50.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	2.225,58	-	2.225,58	-	0,00	-	1.906,94
33.90.08 – Benefícios Assistenciais do Servidor	22.184,88	-	22.184,88	-	0,00	-	22.184,88	-
33.90.14 – Diárias	918.650,68	497.485,49	887.067,69	497.485,49	31.582,99	0,00	887.067,69	497.485,49
33.90.30 – Material de Consumo	830.876,39	624.478,13	422.240,78	447.021,06	408.635,61	177.457,07	417.394,78	446.853,06
33.90.33 – Passagens Aéreas	44.464,82	10.115,84	42.294,30	0,00	2.170,52	10.115,84	42.294,30	0,00
33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	53.968,50	5.044,50	53.968,50	5.044,50	0,00	0,00	53.968,50	5.044,50
33.90.37 – Locação de Mão-de-obra	1.329.504,10	1.139.746,44	1.009.341,75	1.045.733,13	320.162,35	94.013,31	1.004.925,73	1.045.733,13
33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.147.891,24	484.729,91	543.492,39	367.506,07	604.398,85	117.223,84	539.612,47	367.506,07
33.90.47 – Obrigações Tributária e Contributivas	21.874,29	12.116,50	20.308,19	11.509,21	1.566,10	607,29	20.308,19	11.509,21
33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores	194.504,11	5.318,00	5.388,84	5.318,00	189.115,27	0,00	5.388,84	5.318,00
33.90.93 – Ajuda de Custo	-	7.443,29	-	7.443,29	-	0,00	-	7.443,29
33.91.39 – Serviços de Terceiros – OIO	16.117,38	35.266,90	2.520,71	14.465,46	13.596,67	20.801,44	2.520,71	14.465,46
33.91.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas - OIO	8.510,40	-	8.510,40	-	0,00	-	8.510,40	-
33.91.92 – Despesas de Exercícios Anteriores	581,90	273,33	581,90	273,33	0,00	0,00	581,90	273,33
Despesas de capital								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012

4. Investimentos	3.464.138,92	224.489,75	31.170,90	17.658,00	3.432.968,02	206.831,75	31.170,90	17.658,00
44.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	172.704,00	-	0,00	-	172.704,00	-	0,00	-
44.90.51 – Obras e Instalações	338.779,00	-	0,00	-	338.779,00	-	0,00	-
44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	2.952.655,92	224.489,75	31.170,90	17.658,00	2.921.485,02	206.831,75	31.170,90	17.658,00
5. Inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.053.267,61	3.048.733,69	3.049.071,23	2.421.673,12	5.004.196,38	627.050,54	3.035.929,29	2.421.196,48

Fonte: SIAFI Gerencial.

4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos em relação à UJ no exercício financeiro de 2013. Consulta efetuada no SIAFI Gerencial conforme Manual de Orientação Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a pagar não processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	627.050,54	316.306,68	0,00	310.743,86
2011	17.608,63	6.308,86	11.299,77	0,00
Restos a pagar processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	486,64	486,64	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial.

Com relação a Restos a Pagar Processados, percebe-se que no início do exercício de 2013 não havia nenhum valor inscrito. Já com relação às despesas de 2012, passou-se para 2013 o saldo de R\$ 486,64. Isso se deve a duas situações: a primeira teve o valor inscrito de R\$ 318,64 se refere ao Convênio de intermediação de estágio. Tal convênio teve vigência até setembro/2012, dessa forma a última nota fiscal foi devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e efetuada a liquidação no Sistema CPR pela Área Financeira, porém esse valor não foi pago no exercício de 2012, pois houveram alguns problemas quanto à contabilização das parcelas do Convênio no Sistema SIASG (Subsistema SICONV). Tais problemas só foram resolvidos em 2013 com o auxílio de técnicos da STN, assim o valor que já estava liquidado foi pago. A outra questão se refere ao valor de R\$ 168,00 em relação ao contrato de fornecimento de água mineral. No final do exercício de 2012 a empresa entregou a última remessa, e, como estava no final do ano, o setor de almoxarifado fez o recebimento e atestou a nota. E a área financeira fez a liquidação no CPR, mas não houve tempo hábil para pagamento, o qual foi providenciado logo no início de 2013.

No início do exercício de 2013 havia um saldo de R\$ 17.608,63 referente a empenhos de 2011. Tal fato se deve a atrasos na entrega de materiais sendo as empresas causadoras da demora. Tal situação gerou procedimento de apuração e, em alguns casos, rescisão contratual e punição às empresas. Dessa forma, o valor de R\$ 11.299,77 foi cancelado e o restante foi devidamente recebido e pago, assim até o final de junho de 2013 não havia mais qualquer saldo de Restos a Pagar de empenho emitido em 2011.

Já os empenhos que foram emitidos em 2012 e inscritos em Restos a Pagar não Processados para 2013, somaram R\$ 627.050,54. Grande parte desse valor é em relação aos contratos de terceirização, os quais foram liquidados e pagos no início de 2013. O restante se refere a bens e serviços até então não entregues nem prestados. Tal fato se deve em partes à gestão do órgão, o qual possui um quadro de servidores bastante reduzido (inclusive na área administrativa) e não possui carreira voltada para área de servidores. Isso afeta bastante o processo de recebimento e liquidação. Porém, o fator que mais influencia

esse atraso e, conseqüentemente, um valor alto de inscrição em Restos a Pagar é a forma que o Governo Federal gere a liberação de orçamento e financeiro. Esse atraso e contingenciamento no orçamento ocasiona atraso no início da elaboração de licitações, assim as licitações só são homologadas no último trimestre do exercício financeiro. Assim, não há tempo hábil para entrega do produto ou prestação do serviço pela empresa e o devido recebimento pela administração pública. Dessa forma, não resta outra alternativa ao órgão a não ser emitir o empenho e inscrever em Restos a Pagar na mudança do exercício e recebimento, ateste e pagamento efetuados somente no exercício subsequente.

De qualquer forma, a inscrição em Restos a Pagar é devidamente efetuada conforme preconiza a legislação, notadamente a Lei 4.320/64, e Acórdãos do TCU.

4.4 Transferências de recursos

Este item não se aplica à UJ. Dessa forma, não foram preenchidos os Quadros referentes a este item nem aos demais subitens que se desdobram. Ressalta-se que a regional possuía Convênio com o Instituto Fecomércio para intermediação de vagas de estágio, porém tal instrumento de repasse foi devidamente concluído em setembro/2012 e todas as prestações de contas foram aprovadas no prazo. Mais informações a respeito desse instrumento de repasse devem ser consultadas nos Relatórios de Gestão anteriores desta UJ.

Atualmente está vigente Acordo de Cooperação Técnica 01/2013 com o Detran/DF, assinado em 14/03/2013 e validade por 60 (sessenta) meses. Porém, esse instrumento não prevê repasse de recurso nem contrapartida. A única despesa referente a esse Acordo é em relação ao pagamento de diárias aos servidores daquela Autarquia para os casos de deslocamentos aos Postos de Formosa, Alvorada do Norte e Cristalina (todos no Estado de Goiás) com o intuito de efetuar levantamentos e vistorias para realização de leilão de veículos retidos/apreendidos. Essas diárias foram pagas na rubrica “33.90.36 – Diárias a Colaboradores Eventuais”, que foram detalhadas no Quadro referente à execução da despesa por Elemento de Despesa (Quadro 4.1.3.6).

4.5 Suprimento de fundos

4.5.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo

Quadro 4.5.1 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de fundos							
Exercícios	Conta tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	2	1.526,34	1.526,34
2012	-	-	-	-	2	352,44	352,44
2011	-	-	-	-	3	3.541,49	3.541,49
2010	-	-	-	-	4	13.036,87	13.036,87

Fonte: SIAFI Gerencial.

Pela avaliação da série histórica dos gastos com utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) percebe-se a drástica redução desde o exercício de 2010 até 2012. Isso em parte se deve ao fato de terem sido implementados controles mais rigorosos na avaliação da utilização, do tipo de gasto, da utilização de outras formas de execução etc. Além disso, a gestão e planejamento foi mais bem implantados de forma a se conseguir prever algumas despesas e já tomar providências para que não se tornassem emergenciais. Ou para aquelas de pequeno valor foi se tomando outras providências. Já em 2013 a despesa executada dessa forma voltou a aumentar em função da mudança de Sede administrativa em meados do ano, dessa forma foi necessária a utilização do cartão para gastos referentes à adequação das instalações.

4.5.2 Suprimento de fundos – conta tipo “B”

No exercício financeiro de 2013 não houve utilização de Contas Tipo “B” pela regional, dessa forma o “Quadro 4.5.2 – Suprimento de fundos – Conta Tipo “B” não se aplica à UJ.

4.5.3 Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)

Quadro 4.5.3 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200141	Limite de utilização da UG	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual			
Laerte Maurício da Silva	885.694.111-20	8.000,00	-	-	-
Carlos Otávio Rodrigues de Oliveira	344.991.051-53	8.000,00	-	1.526,34	1.526,34
Gabriel Oliveira Eduardo	016.377.211-88	8.000,00	-	-	-
Odon Dantas Pinto	006.621.651-60	8.000,00	-	-	-
Raufer Rodrigues Gonçalves	703.789.081-20	6.000,00	-	-	-
Rodrigo Faustino de Araújo Lima	159.508.638-28	8.000,00	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	1.526,34	1.526,34

Fonte: SIAFI Gerencial e Produção e Autoatendimento Setor Público do Banco do Brasil.

Lista com os servidores que estão cadastrados e possuem o CPGF, sendo que somente um deles utilizou o cartão no exercício de 2013, sendo concedido o Suprimento de Fundos em dois momentos.

Além disso, o servidor Rodrigo Faustino de Araújo Lima não está mais lotado nesta regional, assim será providenciado o devido descredenciamento imediatamente junto ao Banco do Brasil. Já o servidor Gabriel Oliveira Eduardo atualmente encontra-se lotado na área operacional, sendo suas atividades incompatíveis com a natureza administrativa e conseqüentemente fica inviabilizado o acompanhamento das despesas necessárias à utilização do cartão. O servidor Odon Dantas Pinto está licenciado do órgão para participação em curso de formação em outra instituição.

4.5.4 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

Quadro 4.5.4 – Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)

Suprimento de fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	1.526,34	2	352,44	4	3.541,49

Fonte: SIAFI Produção, NovoCPR e processo físico.

Quadro contendo a prestação de contas do Suprimento de Fundos executado pela regional, envolvendo os três últimos exercícios, a quantidade de processos de prestação de contas e os valores envolvidos. Ressalta-se que nos últimos exercícios todas as prestações de contas foram devidamente aprovadas pelo Ordenador de Despesa, o que demonstra a utilização conforme os preceitos da legislação e respeito aos princípios da moralidade, economicidade, razoabilidade, de forma a evidenciar boas práticas de gestão no uso de recursos públicos. Porém, para o exercício de 2013 houve atraso na liquidação das duas faturas do cartão e, conseqüentemente, houve atraso no pagamento, o que gerou incidência de juros/multa nas faturas posteriores. Mas o suprido efetuou o recolhimento do valor por meio de GRU e efetuou o pagamento diretamente da fatura remanescente. Tal fato foi evidenciado no processo de prestação de contas e não comprometeu a lisura da utilização do recurso.

4.6 Renúncias sob a gestão da UJ

O Item “4.6 – Renúncias sob a gestão da UJ” e os respectivos subitens e quadros correspondentes não foram preenchidos, justamente por não se aplicarem a essa Unidade Jurisdicionada, visto a não previsão legal de arrecadação nas modalidades solicitadas.

4.7 Gestão de precatórios

O Item “4.7 – Gestão de Precatórios” e os respectivos subitens e quadros correspondentes não foram preenchidos, justamente por não se aplicarem a essa Unidade Jurisdicionada, pois a gestão desse tipo de despesa é feita de forma centralizada pela unidade central.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

Nos quadros 5.1.1.1 e 5.1.1.2, abaixo, busca-se demonstrar a força de trabalho do 1º DRPRF/DF e sua evolução no exercício de 2013. Analisando os dois quadros, observamos que ingressaram na UJ 14 servidores e 17 saíram. Observamos, ainda, que 7 servidores permanecem cedidos a outros órgãos, 1 servidor encontra-se de licença para mandato eletivo, 2 servidores estão de licença sem remuneração e 1 servidor está afastado por determinação judicial, com remuneração.

Ressalta-se, por importante, que no exercício de 2013, 3 servidores estiveram de licença capacitação, por três meses, no entanto, em 31/12 todos já haviam retornado. Tendo em vista os afastamentos citados e, considerando que o número de servidores egressos superou o número de servidores ingressos, conclui-se que houve diminuição da forma de trabalho, em comparação com o exercício de 2012.

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro 5.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	230	230	14	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	230	230	14	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	0	0	0	0
4. Total de servidores (1+2+3)	230	230	14	17

Fonte: SIAPE (TRANSAÇÕES: >ACAEMFORCTR e CACOLOTPER).

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

Quadro 5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	7
1.2. Exercício de Função de Confiança	0

1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	15
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	9
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	6
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras situações (Servidor afastado por determinação judicial, com remuneração)	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	18

Fonte: SIAPE (TRANSAÇÕES >CACOOCORSE e CAEMFORCTR).

Além da análise já feita sobre a força de trabalho da UJ, faz-se mister esclarecer, ainda, que atualmente, a força de trabalho do 1º DRPRF/DF, está composta por 206 policiais e 23 servidores do PECPRF, ocupantes de cargos diversos, intitulados, carinhosamente, de “administrativos”, isto é, aqueles que não são policiais. Desse total, 2 servidores “administrativos” e 8 policiais estão cedidos para prestar serviços em outros órgãos e 5 policiais estão licenciados, o que diminui a força de trabalho da UJ para 193 policiais e 21 “administrativos”.

Quanto aos “administrativos”, a maioria, considerando o tempo de contribuição e a idade, se aposentará nos próximos quatro ou cinco anos, e, em relação aos policiais, é muito provável que, a partir do segundo semestre de 2014, muitos pedirão a aposentadoria, pois, aproximadamente, 14% do total do efetivo completarão 20 anos de serviço estritamente policial no próximo mês de julho.

Nesse sentido, devemos avaliar a possível egressão que pode ocorrer, objetivando minimizar, ao máximo, as suas consequências no trabalho de excelência que esta Instituição deve prestar à sociedade.

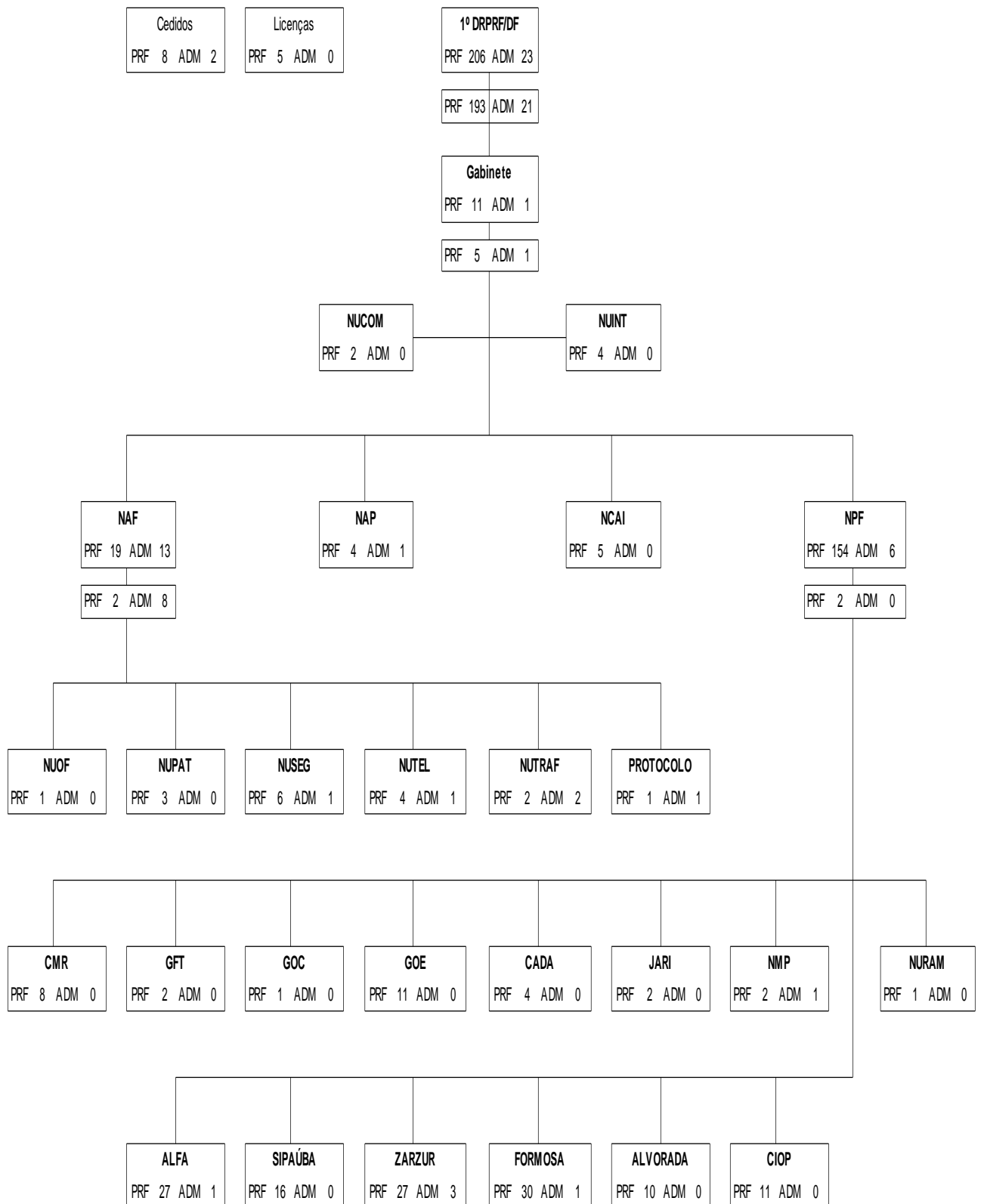
Por outro lado, observando a distribuição do efetivo atual da UJ, constante abaixo, em comparação com as atribuições da PRF e considerando ainda outros aspectos, tais como: (1) aproximadamente 900 KM de rodovia a ser fiscalizado pelo 1º DRPRF/DF, (2) os servidores do 1º DRPRF/DF, pela

proximidade da Sede/PRF são sempre sendo convocados para prestar serviço nas Unidades da Administração Central, (3) vários servidores são instrutores, sendo convocados pela COEN para ministrar instrução aos servidores e aos concursados, ficando afastado de suas atribuições neste Distrito por longo período durante o ano, etc., conclui-se que o número de efetivo desta Regional está muito aquém do ideal. Se considerarmos as atribuições de cada Núcleo que compõem a estrutura do 1º DRPRF/DF, reforça essa conclusão, haja vista que o número de servidores lotados nos núcleos não atende à demanda do serviço.

Em que pese o número afastamentos não ser tão significativos, é importante ressaltar a necessidade de se promover ações no sentido de minimizar os afastamentos dos servidores, por qualquer motivo, pois esses afastamentos acabam por prejudicar sobremaneira a instituição, mormente, quando se trata de uma instituição que presta serviço à sociedade brasileira.

Porquê fazer essa correlação com a força de trabalho atual? Porque sabemos das dificuldades que passamos no exercício de 2013, relativamente a falta de efetivo na Regional. Então, devemos, de alguma forma, otimizar a força de trabalho existente, bem como buscar meios de aumentar o efetivo, por meio da entrada de novos servidores concursados, tanto da carreira policial quanto da Carreira “Administrativa” - PECPRF, para que possamos suprir a Regional do número de servidores suficientes para atendimento às demandas existentes.

Distribuição da força de trabalho por áreas



Fonte: NAP.

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

O detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções de confiança da UJ, constante do quadro 5.1.2.1, foi elaborada com estrita observância às disposições do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 combinado com a Portaria Ministerial nº Portaria no 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada do DOU nº 150 de 6 de agosto de 2007, que aprovou o Regimento Interno do DPRF, sendo importante esclarecer que todos os cargos e funções estão sendo exercidos por servidores ocupantes de cargos efetivos do DPRF, das Carreiras Policial rodoviário Federal e PECPRF.

5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

Estrutura de cargos extremamente deficitária. Sendo a Regional um Distrito, possui, regimentalmente, apenas cinco cargos de chefia, a saber o Chefe do Distrito (DAS-101.1) e os Chefes dos Núcleos de Policiamento e Fiscalização (NPF), de Corregedoria e Assuntos Internos, de Administração de Pessoal e de Administração e Finanças (FG3), o que dificulta sobremaneira o desenvolvimento dos serviços administrativos e operacionais. Nas demais Regionais de mesmo porte, em nível nacional, existem outras funções gratificadas, que embora já deficitárias seja quanto aos valores quanto aos quantitativos, possibilitam uma melhor distribuição das demandas. Para se ter uma idéia, embora tenha havido a redistribuição de encargos do NPF à três áreas operacionais, por intermédio da Portaria nº 209, de 27/09/2013, Publicada no B.S. Nº XXXII de 30/09/2013, a falta de estruturas de Delegacias nas referidas áreas causam uma obstrução do fluxo de comando o que dificulta e por vezes inviabiliza o desenvolvimento das atividades da Polícia Rodoviária Federal.

Quadro 5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	4	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	5	5	5	5

Fonte: SIAPE (Transação >CACOCHEFIA).

5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

É importante esclarecer que, analisando a idade dos servidores do 1º DRPRF/DF, considerando o tempo de contribuição de cada um, constatamos:

1. A maioria dos servidores do Plano Especial de Cargos do DPRF - PECPRF poderão se aposentar voluntariamente em, aproximadamente, cinco anos ou menos. Essa constatação é preocupante e demonstra a necessidade da realização de concurso público para o preenchimento de cargos do PECPRF, objetivando suprir a carência de servidores para o exercício de atribuições pertinente à atividade-meio.
2. Do total de servidores contantes do citado quadro, 206 são policiais rodoviários federais e analisando as informações, constatamos que a maioria dos policiais estão com idade entre 31 e 60 anos. Sabemos que as atividades desses profissionais são demasiadamente desgastantes, pois atuam em área de risco permanente e em horário que exige enorme esforço físico e mental. Pela excepcionalidade das atribuições dessa categoria profissional, seria conveniente começar a se pensar em políticas próprias e meios que possam atenuar as consequências da idade no desempenho das atividades, pois durante toda a vida profissional é exigida do policial a obrigação de prestar um serviço de qualidade e excelência à sociedade.

Quadro 5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de servidores por faixa etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	30	123	45	21	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	30	123	45	21	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	1	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	1	3	0	0
3. Totais (1+2)	30	124	49	21	6

Fonte: SIAPE (módulo extrator).

5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

De acordo com os dados constantes desse quadro, 44,34% dos servidores, policiais e PECPRF-”Administrativos”, possuem escolaridade em nível de 2º grau ou técnico, com 54,78% possuindo 3º grau completo e 0,87% possuindo Pós-graduação.

Apesar de mais da metade dos servidores terem formação de 3º grau, o número de servidores que possuem escolaridade em nível de 2º grau é bastante elevado. Isso se deve à falta de políticas públicas que incentivem os servidores a se qualificarem. Os incentivos do governo federal beneficiam somente pessoas de baixa renda, assim, os servidores públicos estão, de pronto, excluídos desses incentivos, haja vista ganharem remuneração/subsídio um pouco melhor.

Também, não há, no DPRF, um programa específico para aqueles servidores que pretendem continuar seus estudos. Muitas vezes, não é desinteresse, é falta de condições financeiras para pagar uma faculdade ou um curso de especialização.

As pessoas sempre colocam em 1º lugar na vida a subsistência da família. Pode-se dizer que os servidores públicos ganham bem, se compararmos a categoria à grande massa da população brasileira, que ganha salário-mínimo. No entanto, se considerarmos o custo das necessidades básicas de todo ser humano, dá-se para concluir que a remuneração/subsídio dos servidores públicos não é suficiente para manter a família e, ao mesmo tempo, aplicar parte do que ganha nos estudos e melhorias profissionais.

Assim sendo, somente políticas públicas próprias, que apoiam e incentivam os servidores a se capacitarem, poderão mudar esse quadro.

Quadro 5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	101	124	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	101	124	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	1	2	2	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	1	2	1	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	102	126	2	0	0
Legenda									
Nível de escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE (módulo extrator).

5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis					Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	24.475.585,51	2.279,39	3.879.424,58	850.546,47	1.129.023,52	589.488,12	53.832,06	0,00	20.598,11	31.000.777,76
	2012	20.491.960,06	838,05	4.296.000,75	798.202,76	808.262,31	484.741,47	37.345,87	50.365,77	91.074,55	27.058.791,59
	2011	20.003.376,34	0,00	3.031.881,49	714.643,79	808.852,42	734.093,87	33.838,48	0,00	6.511,47	25.333.197,86
Servidores com contratos temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos de natureza especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2013	133.109,28	15.497,64	18.575,86	4.318,09	5.495,00	3.976,28	0,00	0,00	261,20	181.233,35
	2012	420.144,04	9.170,66	100.947,70	21.644,80	21.907,41	10.656,00	0,00	0,00	3.608,90	588.079,51
	2011	113.312,76	14.593,43	25.590,39	9.389,28	3.648,00	2.081,00	1.129,12	0,00	375,32	170.124,30
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2013	343.789,92	4.741,27	92.392,76	22.732,70	20.857,73	7.952,66	0,00	0,00	391,86	492.858,90
	2012	361.636,65	4.108,10	74.403,03	13.063,07	18.259,41	10.060,00	835,92	0,00	2.772,98	485.139,16
	2011	531.695,97	6.454,65	103.708,59	22.341,80	19.627,00	10.200,00	135,87	0,00	1.556,88	695.720,76

Fonte: SIAPE (transação: FINDDP, Somatórios Contábeis).

5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 5.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12

Regime de proventos/regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	11	1
1.1 Voluntária	11	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	3	2
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	3	2
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	17	3

Fonte: SIAPE (módulo extrator e transações: >GRCOSERRUB 0005/82484/85526).

5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

O quadro 5.1.4.2 demonstra a situação das pensões de dependentes de servidores falecidos do 1º DRPRF/DF.

Em 2013, faleceram 02 (dois) servidores, policiais rodoviários federais, aposentados, sendo concedida a pensão à viúva e a ex-esposa com percepção de pensão alimentícia. Esses benefícios, portanto, vitalícios, nos termos dos artigos 216, § 1º e 217, inciso I, letras “a” e “b”, da Lei nº 8.112/90, cujo valor foi calculado nos termos do art. 2º da Lei nº 10.887/2004. Esses dois servidores percebiam, em vida, proventos integrais.

Em 2013, houve ainda a transferência de 01 (um) benefício de pensão, oriundo da 10ª SRPRF-BA para este 1º DRPRF/DF.

Os outros benefícios, num total de 07 (sete) beneficiários, foram concedidos em anos anteriores, cujo valor foi calculado em observância às normas legais em vigor à época do óbito dos instituidores.

Quadro 5.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de beneficiários de pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1 Integral	5	2

1.2 Proporcional	4	0
2. Em atividade	1	0
3. Total (1+2)	10	2

Fonte: SIAPE (transação: >CDCOPSDABE).

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac

De acordo com o art. 49 da Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, que instituiu o Regimento Interno da PRF, compete a Seção de Aposentadoria e Pensões/DIREC controlar, orientar, e executar as atividades relacionadas à concessão de aposentadorias e pensões dos servidores do Departamento e de seus dependentes. Portanto, as informações constantes no quadro 5.1.5.1 não são de competência das áreas de recursos humanos das regionais, sendo o controle do cadastramento de atos de aposentadoria e pensão, de todo o DPRF, da Seção de aposentadoria e pensão/DIREC/CGRH.

5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU

De acordo com o art. 49 da Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, que instituiu o Regimento Interno da PRF, compete a Seção de Aposentadoria e Pensões/DIREC controlar, orientar, e executar as atividades relacionadas à concessão de aposentadorias e pensões dos servidores do Departamento e de seus dependentes. Portanto, as informações constantes no quadro 5.1.5.2 não são de competência das áreas de recursos humanos das regionais, sendo o controle do cadastramento de atos de aposentadoria e pensão, de todo o DPRF, da Seção de aposentadoria e pensão/DIREC/CGRH.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

De acordo com o art. 49 da Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, que instituiu o Regimento Interno da PRF, compete a Seção de Aposentadoria e Pensões/DIREC controlar, orientar, e executar as atividades relacionadas à concessão de aposentadorias e pensões dos servidores do Departamento e de seus dependentes. Portanto, as informações constantes no quadro 5.1.5.3 não são de competência das áreas de recursos humanos das regionais, sendo o controle do cadastramento de atos de aposentadoria e pensão, de todo o DPRF, da Seção de aposentadoria e pensão/DIREC/CGRH.

5.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

De acordo com o art. 49 da Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, que instituiu o Regimento Interno da PRF, compete a Seção de Aposentadoria e Pensões/DIREC controlar, orientar, e executar as atividades relacionadas à concessão de aposentadorias e pensões dos servidores do Departamento e de seus dependentes. Portanto, as informações constantes no quadro 5.1.5.4 não são de competência das áreas de recursos humanos das regionais, sendo o controle do cadastramento de atos de aposentadoria e pensão, de todo o DPRF, da Seção de aposentadoria e pensão/DIREC/CGRH.

5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quanto à cumulação ilegal de cargos, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, esta UJ mantém nas pastas funcionais dos servidores declaração de não acumulação de cargos, observado o disposto no § 5º do art. 13 da Lei nº 8.112/90, o qual estabelece que “*No ato da posse, o servidor apresentará... e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.*” Todos os servidores, novos concursados, que tomaram posse em 2013 apresentaram a declaração de não acumulação de cargos. Dessa forma, não houve ocorrência do item 5.1.6 no exercício de 2013.

5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Conforme indicado no item anterior, não houve ocorrência de acumulação ilegal de cargos, funções e empregos públicos no exercício de 2013.

5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não existem indicadores gerenciais de recursos humanos desenvolvidos no âmbito deste 1º DRPRF/DF.

O NAP/DF, por estar, regimentalmente, subordinado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atua em observância as orientações que são repassadas pela citada Coordenação-Geral.

5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro 5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2013	2012	2011		
Agente Administrativo: executa atividades-meio, auxiliando nos serviços de recepção, movimentação de documentos, análise de processos, elaboração de Ofícios, Memorandos, planilhas etc.	16	16	16	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Até 11/12/2013 existiam 16 postos de trabalho terceirizado, com atribuições semelhantes às atribuições do cargo efetivo de Agente Administrativo. Todos os colaboradores foram substituídos por servidores concursados para o cargo de Agente Administrativo. Atualmente, as atribuições dos postos de serviços terceirizados existentes nesta Regional não guarda correlação com atribuições de cargos efetivos pertencentes ao plano de cargos do Órgão.					

Fonte: Portaria nº 254, de 13/12/2013, publicada no DOU de 16/12/2013 c/c Portaria nº 254, de 13/12/2013, publicada no DOU de 16/12/2013 e com a Portaria nº 259, de 11/12/2013, publicada no DOU nº 241, de 12/12/2013, Seção 2. Processo nº 08.675.000.226/2012-21, que trata da fiscalização dos contratos firmados com a TESE – Terceirização de Serviços Ltda.

5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Foi autorizada a nomeação de 16 servidores ocupantes do cargo efetivo de Agente Administrativo, por meio das Portaria MP nº 338, de 09/08/2012, publicada no DOU de 10/08/2012 e Portaria MP nº 498, de 09/12/2013, publicada no DOU nº 239, de 10/12/2013, Seção 1, página 40, para a substituição de 16 terceirizados do 1º DRPRF/DF. No entanto, somente 9 servidores foram nomeados para exercício nesta Regional e, destes, 1 desistiu da posse. Assim, esta Regional perdeu 16 colaboradores e recebeu somente 8 servidores concursados, ficando em defasagem, o que dificultou sobremaneira a realização das atividades de alguns núcleos que compõem a estrutura regimental do 1º DRPRF/DF.

Quadro 5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
CESPE/UnB	Portaria 338, de 09/08/2012	DOU 10/08/2012	16
	Portaria 498, de 09/12/2013	DOU 10/12/2013	

Fonte: Portaria nº 254, de 13/12/2013, publicada no DOU de 16/12/2013 c/c Portaria nº 254, de 13/12/2013, publicado DOU de 16/12/2013 e com a Portaria nº 259, de 11/12/2013, publicada no DOU nº 241, de 12/12/2013, Seção 2.

5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

Quadro 5.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade contratante													
Nome: 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200141/00001							CNPJ: 00.394.494/0136-29						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	Vigilância	Ordinária	011/2009	04.689.445/0001-81	15/12/2009	14/12/2010							Ativo Prorrogado
2011	Limpeza	Ordinária	014/2011	26.414.755/0001-26	28/11/2011	27/11/2012							Ativo Prorrogado
2011	Limpeza	Ordinária	015/2011	26.414.755/0001-26	28/11/2011	27/11/2012							Ativo Prorrogado
Observações: Não fora exigido nível de escolaridade para os cargos referentes a estes contratos.													
Legenda Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG e ComprasNet. Processo: Contrato de Vigilância – 08.675.002.972/2009-54. Contrato de Limpeza, Conservação e Higienização e Jardinagem – 08.675.002.464/2011-91.

Notas:

Contrato 011/2009: 02 postos de trabalho para vigilância armada, sendo noturno e diurno. Como trabalham 2 vigilantes em cada turno numa escala de 12h por 36h de descanso, perfazendo um total de 8 funcionários;

Contrato 014/2011: 07 postos de trabalho para serventes de limpeza para atender a Sede (com e sem insalubridade) e Postos de Fiscalização localizados em Goiás. Além disso, 01 posto de trabalho de jardineiro para atender a Sede;

Contrato 015/2011: 03 postos de trabalho para serventes de limpeza para atender os Postos de Fiscalização localizados em Goiás (Cristalina, Formosa e Alvorada do Norte).

5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 5.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade contratante														
Nome: 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal														
UG/Gestão: 200141/00001							CNPJ: 00.394.494/0136-29							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	Transporte	Ordinária	018/2011	05.122.892/0001-17	15/12/2011	14/12/2012								Encerrado
2011	Copeiragem	Ordinária	016/2011	05.122.892/0001-17	15/12/2011	14/12/2012								Encerrado
2011	Secretaria	Ordinária	017/2011	05.122.892/0001-17	15/12/2011	14/12/2012								Encerrado

Observações: Não fora exigido nível de escolaridade para os cargos referentes a estes contratos.

Legenda
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis
 9. Manutenção de bens imóveis
 10. Brigadistas
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG e ComprasNet. Processo 08.675.003/034/2011-96.

Em relação ao posto de trabalho de motorista, cumpre-nos enfatizar que, pela demanda de serviço do 1º DRPRF/DF, o ideal seria ter, pelo menos, dois postos de trabalho terceirizado de motorista, vez que, o único motorista que temos fica sempre à disposição do Gabinete e, quando os outros setores necessitam dos seus serviços, é necessário aguardar o momento oportuno, em que ele não tem demanda no Gabinete, ou seja, não existe motorista para atendimento às demandas dos outros setores.

Quanto aos outros dois postos de trabalho, analisando o dia a dia neste Distrito Regional, conclui-se que uma só secretária atende bem a demanda do gabinete, no entanto, entende-se necessário a contratação de atendentes para auxiliar não só o gabinete como também cada um dos núcleos da Regional. Uma só copeira não é suficiente para atender todas as unidades que compõem a estrutura regimental deste 1º DRPRF/DF, haja vista que o prédio possui cinco andares, mais o térreo. O ideal seria contratar mais um posto de trabalho de copeira ou garçom, com a finalidade de prestar um serviço de qualidade aos servidores que trabalham na Sede deste Distrito, o que, por si só, já seria um meio de valorização dos servidores

5.2.6 Composição do quadro de estagiários

No exercício de 2013, de acordo com o contrato firmado com a Agência Futura, contamos com 18 vagas de estágio de nível médio e 1 de nível superior. Destas, somente 12 vagas de nível médio e 01 vaga de nível superior estavam ocupadas em 3/12/2013.

Esclarece-se, por oportuno, que não foram preenchidas todas as vagas de estágio no exercício de 2013 devido a restrições orçamentárias e financeiras, no entanto, diante da saída de 16 terceirizados, que não foram todos substituídos por servidores concursados, como já demonstrado no quadro 5.2.2, temos a necessidade de, neste exercício de 2014, preencher todas as vagas existentes, estando este NAP/DF, fazendo gestões junto às áreas competentes, para verificar a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para esta finalidade.

No entanto, faz-se mister esclarecer que encontramos muitas dificuldades na contratação de estagiários, devido às seguintes questões: (1) valor irrisório da bolsa de estágio; (2) falta de atrativos, isto é, os estagiários, no âmbito do Poder Executivo, só fazem jus à bolsa e auxílio-transporte, enquanto que nos outros poderes da União e em várias empresas privadas possuem outros direitos, como por exemplo: auxílio-alimentação, e, além disso, o valor da bolsa chega a ser mais de três vezes o valor pago no Poder Executivo; (3) Diante das diferenças de direitos citadas no item anterior, só estamos conseguindo estagiários que pertencem a famílias de baixa renda e que moram muito longe. Esses estagiários acabam ficando pouco tempo, pois o que ganham não é suficiente para manter suas necessidades (alimentação e transporte) fora de casa no período de estágio, pois esses jovens utilizam o pouco que ganham para contribuir com o sustento da família.

Quadro 5.2.6 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
1. Nível superior	1	1	1	1	4.368,00
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	1	1	1	1	4.368,00
2. Nível médio	10	11	9	12	49.464,06
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00

2.2 Área Meio	10	11	9	12	49.464,06
3. Total (1+2)	11	12	10	13	53.832,06

Fonte: SIAPE (transação: >GRCOSERRUB mensal) (Relatório Mensal de Fiscalização de Contrato).

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, é a seguinte:

- Instrução de Serviço nº 02, de 1º de abril de 2008, do Chefe do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – 1º DRPRF/DF. Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais de serviços comuns (viaturas descaracterizadas) e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral – DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A Polícia Rodoviária Federal tem como competências realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, fazer cumprir a legislação e demais normas pertinentes; fiscalizar o trânsito; prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais; executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas; realizar perícias, levantamentos de locais; credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis; assegurar a livre circulação nas rodovias federais, entre outras.

A UJ, em sua esfera de atuação, é responsável por toda a malha viária federal, não somente nos limites territoriais do DF, como também em trechos extensos no estado circunjacente de Goiás.

Portanto, a viatura se revela como principal ferramenta de trabalho cotidiano do Policial Rodoviário Federal. Dada a sua inegável importância, é compreensível que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservada, com manutenção adequada, a despeito do seu uso severo, oferecendo segurança aos servidores que as conduzem e aos demais usuários das vias. Além disso, a frota de veículos ainda serve a missões específicas em outras regionais, quando possível, e a missões nacionais, sob demanda do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Os veículos da UJ, conforme Decreto 6403/08, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estão classificados conforme a tabela abaixo.

Classificação e caracterização dos veículos oficiais					
Grupo	Utilização		Característica	Usuário	Quantitativo
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta representação	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	000
II – Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				000
III – Veículos de Transporte Institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel – Capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	001
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	No transporte de pessoal	Veículo básico – automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	013
		No transporte coletivo	Veículo básico – ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	002
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico – automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up capacidade motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	000
		Transporte de carga pesada	Veículo básico – Caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi-reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	001
		Atividades específicas	Veículo de tração – trator de rodas, de esteira, ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servido na execução de atividades específicas	000
	V- Veículos de serviços especiais	Na realização das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização e segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados
Total					128

Fonte: SIPAC.

Idade média da frota, por grupo de veículos

Tipo de veículo	Quantidade	Idade média (anos)
Administrativo	15	6,5
Representação	01	04
Operacional Caracterizado	62	2,8
Operacional Descaracterizado	05	2,2
Motocicleta Caracterizada	45	03
Total	128	

Fonte: SIPAC.

Custos associados à manutenção da frota

Custos associados à gestão da frota	
Descrição	Valor (R\$)
Manutenção (preventiva e corretiva)	137.874,33
Combustíveis	370.152,39
Taxa de Administração dos Contratos	9.407,10
Licenciamento (Taxa e Seguro Obrigatório)	17.151,57
Total	534.585,39

Fonte: SIPAC.

Plano de substituição da frota

Diversas medidas internas, necessárias a uma adequada recomposição veicular, são adotadas pelas áreas técnicas competentes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que anualmente promove leilões de veículos que se tornam antieconômicos, e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados maiores dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajosa à Administração.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Como instrumentos de controle os gestores da frota do 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, que possui, entre diversas funcionalidades, o módulo Transportes, de onde se extraem dados para a gestão/controle da frota de veículos.

As manutenções preventivas e corretivas das viaturas do 1ºDRPRF/DF, atualmente são realizadas por intermédio de contrato firmado com a Ticket Serviços S/A, empresa responsável pelo gerenciamento serviços utilizando uma ampla rede de oficinas credenciadas. Utilizando um sistema de gerenciamento via WEB, a empresa disponibiliza um sistema em que são feitas solicitações de orçamentos e agendamentos para avaliações mecânicas dos veículos leves e pesados da frota. Para a aprovação dos serviços são solicitados 03 orçamentos, sendo aprovado o mais vantajoso para administração.

O gerenciamento de combustíveis das viaturas, atualmente, também é realizado pela empresa Ticket Serviços S/A, que mediante contrato firmado com o 1ºDRPRF/DF apresenta uma rede nacional de postos credenciados. A plataforma é a mesma utilizada para a administração dos serviços de manutenção.

Lá é possível a extração de relatórios, emissão de notas fiscais, cadastramento de veículos, alteração e atualização de dados. Este sistema representa a principal fonte de subsídios para a Fiscalização e Acompanhamento dos gestores, com o fulcro de evitar lesões ao erário por condutas inadequadas dos servidores do órgão, tanto quanto dos postos que fornecem o combustível.

É indispensável que para a melhor consecução dos objetivos definidos, em virtude da multiplicidade de atividades que são de competência do setor de Gestão de Frota, haja uma provisão racional de pessoal. Nesse sentido a atual Gestão da UJ tem empregado esforços para recompor o efetivo de sua área administrativa, mesmo diante da escassez de servidores que a administração pública vem atravessando, equacionando a relação entre servidores ingressos/egressos na estrutura administrativa. Somente há pouco tempo o DPRF passou a contar com uma carreira de servidores administrativos exclusiva, porém em quantidade muito pequena diante dos desafios a serem enfrentados para uma gestão eficiente.

Em relação à quantidade de veículos empregada nas atividades durante o ano de 2013, e sua disponibilização aos postos, grupos operacionais, e atividade administrativa sofreu variação ao longo do ano, em virtude dos seguintes fatores:

Decréscimo

- Sinistros em acidentes de trânsito.
- Alto custo de manutenção, associado ao envelhecimento do veículo, o que obrigou a gestão a priorizar manutenção de veículos mais novos.

Acrécimo

- Aquisição de novos veículos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sobretudo para fornecer aparato para a realização do Mundial de Futebol que acontecerá no ano corrente.

O incremento de novos veículos à frota, bem como suas novas características, acabaram por sobrecarregar os contratos de manutenção e abastecimento, baseados em estimativas feitas em 2010 e 2008, respectivamente. Atividades extraordinárias desempenhadas e apoiadas pela UJ, como Copa das Confederações, Jornal Mundial da Juventude, entre outras, também influenciaram neste cenário.

Visando evitar um cenário de parada das viaturas, e em virtude da perspectiva de encerramento dos trabalhos para criação de novos termos nacionais para a manutenção e abastecimento no âmbito do DPRF, foi solicitado apoio contratual nos meses de agosto, setembro e outubro à outra UJs, para a continuidade das atividades de manutenção e abastecimento.

Em Dezembro foi firmado novo contrato de abastecimento nos novos termos definidos pelo DPRF. Isto garantirá o desenvolvimento das ações para o ano corrente e os próximos anos. O contrato nacional para manutenção das viaturas deverá ser assinado nos próximos dias.

6.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros

A UJ não utiliza em sua frota veículos de terceiros; portanto, esse item não se aplica.

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 6.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
Brasil	Distrito Federal	5	4
	Brasília (antiga Sede)	2	2
	Brasília (Posto Alfa)	1	1
	Brasília (Posto Zarzur Pacheco)	1	1
	Brasília (Posto de Planaltina)	1	0
	Goiás	3	3
	Cristalina (Posto)	1	1
	Formosa (Posto)	1	1
	Alvorada do Norte (Posto)	1	1
Subtotal Brasil		8	7
Exterior	-	-	-
Subtotal exterior		-	-
Total (Brasil + exterior)		8	7

Fonte: SPIUnet.

Importante esclarecer que o imóvel denominado Posto de Planaltina não é de propriedade da União, e sim foi cedido pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, conforme mais informações no próximo item.

6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 6.2.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel			Despesa no exercício	
				Valor histórico	Data da avaliação	Valor reavaliado	Com reformas	Com manutenção
200141	9701 18837.500-9	12	6	380.058,31	11/07/2000	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	9701 18838.500-4	12	6	87.686,27	01/01/2000	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	9701 18844.500-7	12	6	72.487,32	01/01/2000	Não consta no SPIUnet	-	-

200141	9701 27262.500-2	12	6	137.954,44	28/09/2009	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	9325 00020.500-5	12	6	140.100,00	01/10/2002	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	9361 00261.500-2	12	6	180.355,65	29/09/2009	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	9215 00005.500-0	12	6	157.648,04	29/09/2009	Não consta no SPIUnet	-	-
200141	-	5	4	-	-	-	-	-
Total							-	-

Fonte: SPIUnet, SIAFI e SIASG

Nota: Tabela com detalhamento dos 07 (sete) imóveis de propriedade do órgão e mais 01 (um) que foi cedido pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Cabe ressaltar que essa regional nem sua unidade Sede (DPRF) não realizam reavaliação nem depreciação/amortização dos imóveis, dessa forma, o valor que consta no SPIUnet é meramente o valor histórico, o que não necessariamente reflete seu valor atual de mercado. Cabe informar que já foram feitas diversas tentativas junto à unidade central no sentido de regularizar essa situação, mas até então nada se conseguiu avançar nesse sentido.

Importante esclarecer que em 2013 a UJ celebrou Acordo de Cooperação Técnica 02/2013 com a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, assinado no dia 12/11/2013. Tal Acordo prevê a cessão do posto de fiscalização localizado na BR 020 – Km 37/DF (Posto de Planaltina), pelo prazo de 60 (sessenta) meses e sem ônus para a PRF (sem contrapartida nem repasse de valores). Após a assinatura do Acordo a regional tomou providência no sentido de efetuar licitações para adequar a estrutura às necessidades da PRF no sentido de viabilizar a fiscalização e a escala de revezamento ininterrupto dos policiais. Além disso, foi assinado contrato com empresa para cercamento e iluminação do pátio para veículos retidos/apreendidos. Não há campo próprio para inclusão desse imóvel nas outras tabelas, pois esse imóvel foi cedido por outro órgão, já as outras tabelas tratam de imóveis de propriedade do órgão, imóveis funcionais e locados. Por não ser de propriedade da União, não tem número de RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) e não foi informado os valores históricos nem de reavaliação, pois essas informações não foram fornecidas a esta unidade.

Com relação ao estado de conservação, necessário esclarecer que em 2013 a situação dos imóveis era péssima. Porém, ao longo do ano foram feitos esforços para licitar reforma e manutenção predial para esses imóveis. O resultado é que se conseguiu contratar manutenção predial para o imóvel da antiga Sede, para o Posto de Cristalina e para o Posto de Planaltina (BR 020, Km 37/DF, imóvel cedido pela Secretaria de Fazenda do DF). Como o orçamento demorou a ser liberado, só foi possível emitir o empenho e assinar os contratos já no fim do exercício. Dessa forma, a execução da manutenção predial só começou no início de 2014. Em relação ao Posto Zarzur Pacheco, não foi feita contratação de manutenção predial, pois a rodovia BR 060 foi objeto de concessão e a reforma ficará por conta da empresa vencedora do certame. O contrato de concessão já foi assinado e a reforma deverá ser feita ainda em 2014. Já com relação ao Posto Alfa, necessário esclarecer que é localizado no canteiro central da rodovia BR 040, Km 01/DF. Nesse trecho estão sendo feitas as obras pelo Governo do Distrito Federal para implantação do Veículo Leve sobre Pneu (VLP, também conhecido como Expresso DF) e a faixa para passagem dos veículos coletivos será junto ao canteiro central (faixa da esquerda), dessa forma se tornou inviável a permanência desse Posto no local. Assim, as atividades foram transferidas para a antiga Sede do 1º DRPRF/DF, a qual passou por manutenção predial para adequação das instalações. Em relação ao Posto de Alvorada do Norte/GO, não tiveram empresas interessadas na prestação desse serviço, principalmente em função da distância, o que torna o serviço inviável ou muito oneroso para a administração pública. E também não há na cidade empresas em condições de concorrer.

Além disso, foi licitado para os 05 (cinco) Postos de Fiscalização (incluindo o Posto cedido, e excluindo o Posto de Formosa) o cercamento e iluminação dos pátios de retenção/apreensão de veículos. Como houve demora na descentralização do orçamento, o exercício foi encerrado apenas com emissão do empenho e assinatura dos contratos. A execução das obras será feita no início de 2014.

6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

O quadro 6.2.3 não se aplica à UJ, pois esta não possui imóveis funcionais sob sua responsabilidade.

6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

Quadro 6.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Localização geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
Brasil	Brasília	1	0
	Brasília (atual Sede – SIA Trecho 3/4)	1	0
Subtotal Brasil		1	0
Exterior	-	-	-
Subtotal exterior		-	-
Total (Brasil + exterior)		1	0

Fonte: SIAFI e SIASG.

Em função das péssimas condições dos 02 (dois) imóveis em que estava instalada a antiga Sede (BR 040, Km 0/DF), devido a vários fatores que dificultavam a boa gestão da unidade e a inadequada localização comprometendo a logística de funcionamento administrativo do 1º DRPRF/DF, desse modo em 2013 foi instituída Comissão para efetuar estudo de viabilidade técnica e chegou-se a conclusão de que seria adequado haver a mudança daquele local. Dessa forma, foi feito novo estudo para decidir a melhor localização e buscar um imóvel que atendesse às necessidades e peculiaridades da regional. A solução encontrada foi alugar um prédio recém-construído (e até então nem tinha sido ocupado) no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA Trecho 3/4), por meio da assinatura do Contrato 03/2013 em maio/2013, e posteriormente houve a mudança do efetivo administrativo para este local. Toda tramitação ocorreu conforme preceitua a legislação.

6.4 Manutenção predial

Os imóveis do 1º DRPRF/DF encontram-se em sua maioria em condições inadequadas para a realização das atividades operacionais ou administrativas da unidade. Diversos relatórios foram encaminhados à administração em gestões anteriores a 2013 relatando as condições inadequadas das edificações, tais como infiltrações, curtos-circuitos, vazamentos, pintura desgastada entre outros.

No exercício de 2013 foi realizado o pregão eletrônico 01/2013 cujo objeto foi a contratação de empresa para realização dos serviços de manutenção predial nos imóveis do 1º DRPRF/DF, através do Registro de Preços de serviços. Durante a realização do pregão não houve propostas para os Postos de Fiscalização Zarzur Pacheco e Alvorada do Norte, unidades que permanecem inadequadas para funcionamento das atividades ordinárias da PRF.

A manutenção predial do Posto de Fiscalização de Formosa foi executada no imóvel Posto de Fiscalização de Planaltina (imóvel cedido), uma vez assinado o Termo de Cooperação entre a Secretaria de Fazenda do DF e 1º DRPRF/DF a qual prevê o uso compartilhado da edificação, que vem a substituir o atual Posto de Formosa.

Não foi realizado nenhum serviço de manutenção predial na Sede Administrativa do 1º DRPRF/DF por se tratar de edificação nova.

À época da realização do referido pregão não se previa a alteração de endereço da Sede do 1º DRPRF/DF para uma nova edificação, assim como não era certo a mudança de endereço do Posto de Formosa para o Posto de Planaltina, motivo pelo qual foi previsto no Termo de Referência do pregão 01/2013 a realização de serviços em unidade diversa da prevista no caso houvesse alteração de endereço da unidade.

O total de recurso, conforme Portaria 023/DPRF, de fevereiro de 2013, e posteriores alterações, destinado à manutenção predial foi de R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais), sendo contratado R\$185.224,82 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), ou seja, 92,15% do recurso disponibilizado, conforme detalhado na tabela abaixo.

Unidade	Valor registrado	Valor contratado	Executado 2013	Restos a pagar
Posto Alfa	117.668,61	43.725,32	0,00	43.725,32
Sede Administrativa	116.029,82	0,00	0,00	0,00
Posto Zarzur Pacheco	0,00	0,00	0,00	0,00
Posto de Planaltina	117.888,63	95.718,80	0,00	95.718,80
Posto de Cristalina	117.660,26	45.780,70	0,00	45.780,70
Posto de Alvorada do Norte	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	469.247,32	185.224,82	0,00	185.224,82

Fonte: SIASG, SIAFI e ComprasNet.

6.5 Cercamento de pátios

Foi registrado em 2013 a ocorrência de diversos furtos de veículos retidos nos pátios dos Postos de Fiscalização do 1ºDRPRF/DF, tanto de peças dos próprios veículos, acessórios e objetos em seu interior.

Observa-se que as unidades estavam desprovidas de pátios com segurança adequada para guarda dos veículos retidos e que estes eram “guardados” na faixa de domínio da rodovia, sem qualquer cercamento, iluminação ou barreira para controle de entrada de pessoas.

Visando a solução dos problemas relatados foi contratado no mês de dezembro de 2013 os serviços de cercamento e iluminação dos pátios de todos os 05 (cinco) Postos de Fiscalização (incluindo o Posto de Planaltina, e excluído o Posto de Formosa), conforme processo 08675.002.795/2013-92

Os serviços, porém, não foram executados no ano de assinatura do contrato em função das festividades e recessos de fim de ano. Destaca-se também a interferência de veículos estacionados sobre o

alinhamento da cerca a ser construída, onde foi necessária a remoção de vários veículos, serviço não previsto no contrato assinado. Deste modo não foi possível o imediato início dos serviços de cercamento dos pátios, sendo iniciado somente após a remoção dos veículos pelo 1ºDRPRF/DF.

A tabela abaixo demonstra a estimativa dos valores orçados antes da licitação e o valor que de fato foi registrado no Pregão, e assim comparando a economia que se conseguiu.

Unidade operacional	Valor estimado	Valor empenhado	Economia %	Executado 2013	Restos a pagar 2014
Posto Alfa	215.767,12	160.000,00	25,85%	0,00	160.000,00
Posto Zarzur Pacheco	73.366,56	60.999,00	16,86%	0,00	60.999,00
Posto de Planaltina	53.124,94	33.480,00	36,98%	0,00	33.480,00
Posto de Cristalina	53.124,94	37.700,00	29,04%	0,00	37.700,00
Posto de Alvorada do Norte	52.757,59	46.600,00	11,67%	0,00	46.600,00
Total	448.141,15	338.779,00	24,40%	0,00	338.779,00

Fonte: SIASG e ComprasNet.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 7.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.

	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).

8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Poderia ser adotada metodologia de mensuração qualitativa das questões apresentadas, similar à qualificação do item 7, para permitir uma análise mais completa dos demais itens, uma vez que por vezes opta por registrar uma opção ainda que sua implantação seja apenas parcial	

A gestão de TIC no 1º Distrito PRF está alinhada aos objetivos organizacionais, visando atender às demandas do segmento operacional, concentrando seus projetos inovadores para aprimorar a capacidade de fiscalização nas rodovias federais (missão institucional). A Alta Administração oferta um suporte adequado às demandas do segmento de TIC interno interconectando os responsáveis operacionais com os responsáveis técnicos na formulação dos projetos.

O Setor de Telemática é segmento técnico especializado subordinado ao Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF, designado na Portaria nº 100, de 3/5/2013 com as seguintes competências:

- I. executar as atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
- II. desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;
- III. treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Regional;
- IV. pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir opinião para aquisição e utilização de recursos de Tecnologia da Informação, bem como sua implantação e operação; e
- V. promover e supervisionar a execução dos serviços de Tecnologia da Informação, técnicos de instalação, telefonia e radiocomunicação.

Para o desenvolvimento de suas atividades o SETEL contou com 3 (três) servidores Policiais, 1 (um) assistente administrativo terceirizado e 1 (um) estagiário.

O SETEL desenvolveu em 2013 atividades rotineiras de suporte aos usuários e ainda os seguintes projetos:

- I. rede estruturada lógica do edifício sede do 1º Distrito PRF;

- II. modernização do sistema de radiocomunicação analógica;
- III. implantação do sistema de radiocomunicação digital; e
- IV. modernização do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, solução de videomonitoramento de rodovias.

O SETEL exerceu a fiscalização dos contratos:

- I. Telefonia Fixa Local;
- II. Longa Distância Nacional, através da Telefonia Fixa;
- III. Conectividade à internet;
- IV. Telefonia Móvel; e
- V. Reprografia.

O SETEL realizou a implantação da ferramenta de gestão de chamados de atendimento de suporte OTRS, software livre, em julho de 2013, estabelecendo o canal de atendimento suportado como o correio eletrônico nutel.df.manutencao@prf.gov.br, sendo recebidos 809 (oitocentos e nove) chamados de atendimento, com tempo de resolução.

O SETEL trabalhou em conjunto com os responsáveis pelo SICC no planejamento das ações para a Copa do Mundo, havendo participado de uma reunião junto à SECOPA/GDF para viabilidade de integração com as outras forças de segurança que operarão nas atividades do evento.

O SETEL apresentou demandas de aquisição em 2013 para contratação de:

- I. Conectividade com Internet: Pregão Eletrônico 3/2013;
- II. Aquisição de equipamentos de rádio enlace: Cotação Eletrônica;
- III. Equipamentos e Materiais de Radiocomunicação Analógica: Pregão Eletrônico 5/2013;
- IV. Solução de Conectividade para Solução de Videomonitoramento: Pregão Eletrônico 6/2013; e
- V. Solução de Videomonitoramento: Pregão Eletrônico 8/2013.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 8.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
1.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
1.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
1.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
1.					
	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
1.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				

9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
<input type="checkbox"/>					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
Legenda Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

O Núcleo de Serviços Gerais pretende implementar, a partir de 2014, Programas de Sustentabilidade que abrangerão os seguintes aspectos, levando em consideração os itens do Quadro 8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:

- Aquisição de bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).
- Dar preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).
- Considerar aspectos de logística reversa, no modelo de execução do objeto, quando aplicáveis ao objeto contratado.
- Incentivar e controlar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação.
- Manter a política de aquisição de produtos pela unidade, dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).
- Manter a aquisição de papéis reciclados e avaliar demais bens/produtos que possam ser reciclado (ex: papel reciclado).

8.2.1 Programa de Coleta Seletiva do 1º DRPRF/DF

Especificamente a respeito do Programa de Coleta Seletiva a ser implantado no âmbito deste 1ºDRPRF/DF, estará alinhado ao programa de coleta seletiva implementado pelo Governo do Distrito Federal.

Objetivo Geral: incentivar e controlar a separação dos resíduos sólidos no âmbito das Sede deste 1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal, para uma melhor destinação final.

Ações a serem feitas:

- Aquisição de lixeiras específicas para resíduos úmidos (orgânicos) e resíduos secos (descartáveis, recicláveis ou não), a serem instaladas em cada andar, edifício, para o acondicionamento temporário até a coleta do serviço público de coleta de lixo.
- Orientação e informação aos servidores e terceirizados a respeito deste programa, por meio de material informativo impresso e digital (folders, cartazes, e-mails), para a sensibilização dos servidores e terceirizados.
- Realizar constantemente controle da efetividade da implementação deste programa, numa periodicidade quinzenal, por meio de verificação se os resíduos estão sendo separados e acondicionados separadamente, de forma adequada, no container geral da sede. Recomenda-se que este container seja dividido em 2 (dois) compartimentos, devidamente identificados, em resíduos úmidos e secos.

Periodicidade da Coleta Seletiva: os resíduos secos deverão estar devidamente embalados em separado dos resíduos úmidos e estarem disponíveis no container geral, Todas Segundas e Quartas-Feiras no Turno da Manhã, uma vez que o caminhão da coleta seletiva passa no local da Sede (SIA Trecho 3), toda Segundas e Quartas-Feiras, das 15h às 17h. Os resíduos úmidos deverão estar devidamente embalados em separado dos resíduos secos e estarem disponíveis no container geral a qualquer tempo, uma vez que a periodicidade de coleta deste tipo de resíduo continua sendo diária.

Implantação e gerência do programa: a implantação, que estará prevista para Abril/2014, e a gerência deste Programa de Coleta Seletiva estará a cargo do Núcleo de Serviços Gerais (NUSEG/NAF).

8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 8.3 – Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do programa		Ano de adesão			Resultados	
Ainda sem previsão		-			-	
Recurso consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	400	538	525	3.800,00	5.275,00	2.928,11
Água mineral	2.160	1.674	1.703	6.307,20	5.842,26	6.284,37
Água CAESB	338	-	-	5.518,92	-	-

Energia elétrica	131.352	252.037	276.715	111.023,58	114.245,68	114.154,37
			Total	126.649,70	125.362,94	123.366,85

Fonte: Contas de Energia elétrica (CEB e CELG) e água (CAESB) de 2013; Contratos de fornecimento de papel e água mineral fornecidos em 2013.

Notas:

Quantidade de papel expressa em resmas com 500 folhas cada.

Quantidade de água mineral expressa em galões de com 20l cada.

Quantidade de água fornecida pela CAESB expressa em m³ (metros cúbicos). Importante esclarecer que a água passou a ser fornecida pela CAESB à nova Sede administrativa. Na antiga Sede o fornecimento de água era por meio de poço artesiano.

Quantidade de energia elétrica expressa em kWh (quilowatt-hora).

Coluna de Valor expressa em R\$ (reais).

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

No exercício de 2013 não houve qualquer Deliberação do TCU que implicasse em mudanças na forma de gestão da regional nem que fosse passível de atendimento. Assim, o Quadro “9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício” não foi preenchido, pois não houve ocorrência no exercício de 2013.

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

A UJ cumpre todas as deliberações emanadas do TCU, dessa forma não há pendências em relação a qualquer determinação ou recomendação. Assim, o Quadro “9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício” não foi preenchido, pois não houve ocorrência no exercício de 2013.

9.2 Tratamento de recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

Quadro 9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
01	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 021 Impropriedades verificadas no Contrato nº 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: Ausência da descrição das atividades, dos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários, da comprovação dos valores dos salários na proposta da Empresa na licitação e da comprovação de alteração dos valores nas repactuações;			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
Quanto à descrição das atividades, estas foram informadas no Projeto Básico, que compõe o processo 08675.000013/2004-90 às folhas 85 a 91, bem como integrou o correspondente Edital da Concorrência n.º 02/2004, em seu Anexo I (fls. 165 a 167 do citado processo administrativo).			

Síntese dos resultados obtidos
A solicitação de informação foi devidamente prestada.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
02	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 021</p> <p>Impropriedades verificadas no Contrato nº 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: Ausência da descrição das atividades, dos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários, da comprovação dos valores dos salários na proposta da Empresa na licitação e da comprovação de alteração dos valores nas repactuações;</p> <p>Recomendação 001</p> <p>d) Comprovar, por meio de dissídios ou acordos coletivos ou outro instrumento legalmente permitido, as alterações salariais das categorias de Assistentes Administrativos I e II, em atenção aos termos do art. 5º do Decreto nº 2.271/97 e ao item 7 da IN MARE nº 18/97, os quais exigem a comprovação analítica da variação dos componentes do custo para concessão de repactuações do valor do contrato.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
<p>Quanto aos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários e da comprovação dos valores dos salários nas alterações resultantes das repactuações, estes foram apresentados conforme indicado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em relação à 1ª Repactuação (3º Termo Aditivo), encontramos às folhas 57 a 63 do processo administrativo n.º 08.675.000.986/2005-18 a planilha de detalhamento dos valores que compõem os salários dos servidores, a qual tem por base o percentual (6%) estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho juntada às folhas 64 a 91 dos mesmos autos; - Contudo, a repactuação realizada por meio do 3º Termo Aditivo ajustou apenas as parcelas seguintes à sua assinatura, restando ainda um passivo relativo aos meses de maio e junho, o qual foi regularizado por meio de apostilamento, que teve por base a mesma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que amparou o ajuste referido no item anterior, sendo, portanto, aquela planilha e a citada CCT, os fundamentos desse apostilamento, realizado nos autos do processo administrativo n.º 08.675.001.423/2005-39; - O processo administrativo n.º 08.675.001.355/2005-16 trata da solicitação de ajuste do contrato em virtude da necessidade de se pagar adicional de periculosidade correspondente a 30% do salário. A fim de instruir os autos, foi juntada às folhas 37 a 43 do citado caderno processual nova planilha de custos apresentando o novo adicional, a qual tomou por base o art. 193 da CLT, conforme Despacho do NAF contido às fls. 63 a 66 dos autos. Porém, como a situação de risco cessou no mês de novembro, o pagamento se restringiu apenas aos meses de abril a novembro, segundo a Cláusula Primeira do 6º Termo Aditivo (fls. 156 e 157) e Laudo Pericial n.º 003/2005 (fls. 4 a 19); 			

<p>- O processo administrativo n.º 08.675.000.587/2008-91 trata da solicitação de reajuste resultante da CCT de 2006 (fls. 26 a 45) e do Decreto n.º 26.501, de 29 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 247, de 30 de dezembro de 2005 (fls. 17 a 25), sendo estes os critérios e parâmetros da repactuação correspondente realizada por meio do 14º Termo Aditivo.</p> <p>- O processo administrativo n.º 08.675.001.333/2007-18 trata da solicitação de repactuação apresentada pela empresa em 23 de fevereiro de 2007 (fls. 12 a 20), a qual tem por fundamento a CCT de 2007 (fls. 21 a 44) e o Decreto n.º 26.501, de 29 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 247, de 30 de dezembro de 2005 (fls. 45 e 53), sendo estes os critérios e parâmetros para a repactuação correspondente realizada por meio do 10º Termo Aditivo;</p> <p>- A repactuação referente à CCT de 2008 foi realizada por meio do processo administrativo n.º 08.675.002.109/2009-05, sendo os seus critérios e parâmetros a correspondente Convenção Coletiva de Trabalho, registrada por meio do 15º Termo Aditivo; e</p> <p>- A repactuação referente à CCT de 2009 foi realizada por meio do processo administrativo n.º 08.675.002.110/2009-21, sendo os seus critérios e parâmetros a correspondente Convenção Coletiva de Trabalho, registrada por meio do 16º Termo Aditivo.</p>
Síntese dos resultados obtidos
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
03	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 021</p> <p>Impropriedades verificadas no Contrato n.º 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: prorrogação do prazo de vigência do contrato depois de expirado seu prazo; prorrogação da vigência por prazo não previsto no instrumento contratual e na Lei de Licitações; divergência quanto aos valores da repactuação concedida por meio do 10º Termo Aditivo; Ausência do 11º Termo Aditivo; ausência de manifestação da Unidade para a não concessão de repactuação; existência de minutas dos 14º, 15º e 16º Termos Aditivos com manifestações favoráveis da Unidade sem que tenham sido efetivados.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
Quanto à prorrogação do prazo de vigência após expirar a anterior, temos que as prorrogações realizadas referentes ao Contrato n.º 001/2004 são as seguintes:			
Contrato inicial	08/06/2004 a 07/06/2005	Contrato 1/2004	

Primeira Prorrogação	02/06/2005 a 01/06/2006	2º Termo Aditivo
Segunda Prorrogação	03/06/2006 a 02/06/2007	5º Termo Aditivo
Terceira Prorrogação	03/06/2007 a 02/07/2007	7º Termo Aditivo
Quarta Prorrogação	03/07/2007 a 02/06/2008	8º Termo Aditivo
Quinta Prorrogação	03/06/2008 a 02/06/2009	12º Termo Aditivo
Sexta Prorrogação	03/06/2009 a 02/06/2010	13º Termo Aditivo

Desta forma, como se vê no quadro acima, as prorrogações ocorreram a partir do dia 02/06/2005, sendo que o contrato inicial vigia até o dia 07/06/2005. Assim, verificamos que houve apenas um equívoco na indicação da vigência da primeira prorrogação, o que teve reflexo nas demais. Esse equívoco, que foi ocasionado pela antecipação da publicação da primeira prorrogação. Prorrogou-se a vigência ainda quando o contrato estava válido. Mas, aplicando os prazos estabelecidos nos termos aditivos, cada uma das prorrogações de doze meses, não se verifica prazo não coberto pelas prorrogações sucessivas.

Quanto à divergência em relação aos valores da repactuação concedida por meio do 10º Termo Aditivo, analisando-se o contido no processo n.º 08.675.001.333/2007-18, verifica-se que a divergência apontada é decorrente do contido no Despacho do Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro (NAF) constante às folhas 90 a 95 dos autos, o qual é devido às reduções e ajustes apontados no despacho enviado à CGU.

A ausência do 11º Termo Aditivo, de que trata o processo n.º 08.675.000.002/2008-33, deve-se ao fato de este não ter sido assinado à época, pois o seu objeto foi contemplado integralmente nas repactuações realizadas por meio dos 14º, 15º e 16º Termos Aditivos. Porém, na mesma época também tramitava o 12º Termo Aditivo, que tinha por finalidade a prorrogação da vigência do contrato original, razão pela qual manteve a sua numeração (12º Termo Aditivo), com reflexo na numeração dos demais instrumentos de avença.

Quanto à ausência de manifestação da Unidade para a não concessão de repactuação, caso esta se refira à repactuação de que foi objeto o 10º Termo Aditivo, as justificativas estão apresentadas no Despacho de que foi enviado à CGU.

Quanto à apontada existência de minutas dos 14º, 15º e 16º Termos Aditivos com manifestações favoráveis da Unidade sem que tenham sido efetivados, informa-se o que se segue:

- Em relação ao 14º Termo Aditivo, este foi publicado no D.O.U. n.º 27, de 9 de fevereiro de 2010, sendo o objeto do processo n.º 08.675.000.587/2008-91;

- Em relação ao 15º Termo Aditivo, este foi publicado no D.O.U. n.º 41, de 3 de março de 2010, sendo o objeto do processo n.º 08.675.002.109/2009-05; e

- Em relação ao 16º Termo Aditivo, este foi publicado no D.O.U. n.º 52, de 18 de março de 2010, sendo o objeto do processo n.º 08.675.002.110/2009-21.

Síntese dos resultados obtidos

A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há.

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
04	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal		013428
Descrição da recomendação		
Constatação 021		
<p>Impropriedades verificadas no Contrato nº 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: ausência de informações consolidadas evidenciando os valores efetivos do Contrato, com as correções referentes à exclusão do Grupo "E" e redução do percentual do FGTS; existência de pendências de pagamentos à Empresa; ausência da comprovação de substituição dos terceirizados e divergência entre a quantidade de terceirizados informada nas Folhas de Pagamento.</p>		
Recomendação 001		
<p>h) Comprovar a reposição ao Erário dos valores referente à exclusão do Grupo "E" da planilha de composição de custos do serviço.</p> <p>m) Comprovar e fazer constar dos respectivos processos, as substituições dos terceirizados afastados nos períodos de férias, atestados médicos ou outro tipo de afastamento, referente aos meses de janeiro a abril/2009, adotando o procedimento como prática rotineira, a cada fatura apresentada para pagamento.</p>		
Providências adotadas		
Sector responsável pela implementação		Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal		013428
Síntese da providência adotada		
<p>Quanto à apontada ausência de informações consolidadas evidenciando os valores efetivos do Contrato, com as correções referentes à exclusão do Grupo "E" e redução do percentual do FGTS, estas foram apresentadas nos autos do processo n.º 08.675.000.587/2008-91, em cujo bojo consta às folhas 99 a 108 o Despacho n.º 65/2009-NAF com a correspondente memória de cálculo, através do qual se quantifica o valor devido pela empresa e o abate do montante correspondente à repactuação que foi objeto do 14º Termo Aditivo, pagando-se à empresa apenas a diferença. O mesmo ocorreu no 15º e 16º Termos Aditivos, os quais, respectivamente com base no Despacho n.º 66/2009-NAF e n.º 67/2009-NAF, nos autos dos processos 08.675.002.109/2009-05 (fls. 101 e 102) e 08.675.002.110/2009-21 (fls. 120 e 121), que, em relação aos exercícios financeiros a que se referiam, realizaram o abate do valor correspondente à alíquota do FGTS.</p> <p>Quanto à existência de pendências de pagamentos à Empresa e à ausência de comprovação de substituição dos terceirizados e divergência entre a quantidade de terceirizados informada nas Folhas de Pagamento, esclarece-se que, o valor solicitado pela empresa correspondente à repactuação referente ao dissídio coletivo da CCT de 2009, objeto do processo 08.675.002.110/2009-21, foi pago por meio do documento hábil 2010OB800131, de 24 de março de 2010, após a apresentação da Nota Fiscal n.º 1892, da empresa Patrimonial Serviços Especializados Ltda. (fl. 152), conforme documentos anexos. Quanto à informação de não pagamento da fatura correspondente ao mês de novembro de 2008, o correspondente pagamento foi realizado por meio do documento hábil 2009OB800522, de 4 de setembro de 2009, cuja cópia foi enviada à CGU.</p>		
Síntese dos resultados obtidos		
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há.		

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida

05	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.3.1	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 029 Pagamento de faturas em atraso e pagamento de multas e encargos na utilização de Cartão Corporativo. Recomendação 002 Providenciar o ressarcimento ao erário público dos valores pagos, no total de R\$ 6,10, referentes a multas e encargos resultantes de falhas administrativas, bem como adotar procedimento semelhante sempre que este tipo de situação se repetir.			
Providências adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
Após se constatar não ter havido a devolução do valor apontado, foi realizado o ressarcimento através de GRU, no dia 30/10/2013, código de recolhimento 28830-6, número de referencia 201203619, competência 140/2013, vencimento 29/11/2013, contribuinte 1º DRPRF/MJ/DF, sendo a mesma Unidade favorecida, no valor de R\$ 6,10, cujo comprovante foi enviado à CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
06	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.4.1	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 030 Falhas na mensuração do serviço de limpeza e conservação licitado, indicação do quantitativo de mão-de-obra no edital, adoção excepcional do critério de remuneração por posto de trabalho sem justificativa, inclusão de serviço sem a devida definição de suas características no Termo de Referência, emissão de empenho simbólico e classificação equivocada da despesa. Recomendação 001 Promover a readequação dos contratos assinados em decorrência do Pregão Eletrônico nº 06/2011, com a finalidade de: a) Reduzir o quantitativo de trabalhadores que executam o serviço de limpeza e conservação da Sede do 1ºDRPRF/DF e no Posto Alfa, de 6 para 5 serventes.			

d) Excluir o serviço de limpeza de viaturas, tendo em vista que tal serviço não foi devidamente definido naquele certame, promovendo a terceirização deste em outra contratação.	
Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal	013428
Síntese da providência adotada	
As readequações foram realizadas, especificamente a supressão de um posto de trabalho, realizado através do 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 14/2011, publicado no D.O.U. em 10 de dezembro 2012, conforme cópia enviada à CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
07	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.9	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 012			
Prazos de garantias dos Contratos com duração inferior à prevista; classificação contábil inapropriada da despesa; não prorrogação dos prazos das garantias prestadas; ausência de comprovação das vantagens em se prorrogar os contratos e de motivação para a redução no objeto do contrato; alteração no valor do contrato sem a anuência da CONJUR; emissão de empenho com valor simbólico; ausência de comprovação de defesa prévia de empresa que teve contrato rescindido unilateralmente.			
Recomendação 001			
Rever os 1º Termos Aditivos ao Contrato nº 05/2010 e ao Contrato nº 09/2010, fazendo constar os quantitativos e valores a serem pagos no que se refere ao contido na alínea “ f e j”.			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
O contrato já foi encerrado e esta observação portanto perdeu o objeto e a finalidade, no entanto esta Unidade Gestora se compromete a não mais incorrer neste tipo de erro, não havendo ao caso em tela dano ao erário.			
Síntese dos resultados obtidos			
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
08	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	3.1.1.2	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 032</p> <p>Ausência da caracterização da inviabilidade de licitação e da singularidade dos serviços; ausência de ratificação da autoridade superior quanto à inexigibilidade, bem como da publicação desta; contratação e pagamento de serviços sem a prévia comprovação de habilitação e regularidade fiscal do fornecedor; Ausência de certificado de conclusão de curso.</p> <p>Recomendação 001</p> <p>a) Configurar e caracterizar a inviabilidade de licitação e a singularidade dos serviços a serem contratados, por meio das inexigibilidades de licitação, feitas com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, evidenciando que os serviços são técnicos profissionais, em natureza singular e que as empresas contratadas são de notória especialização, sob pena de responsabilização;</p> <p>b) proceder a convalidação dos atos de inexigibilidade de licitação, ante a ausência de procedimentos de ratificação, com observância dos procedimentos e ritos previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>c) Rever e compor todos os processos de inexigibilidade de licitação com os comprovantes de publicação na imprensa oficial, em atenção aos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>d) Realizar consulta de regularidade fiscal (SICAF), previamente à contratação por inexigibilidade e dispensa de licitação e quando dos pagamentos de obrigações, em atenção aos termos dos artigos 195, § 3º, da Constituição Federal, e 29, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>e) Compor o processo nº 08675.002207/2011-59 com os certificados de conclusão de curso dos participantes, tão logo eles seja fornecidos pela entidade promotora.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Síntese da providência adotada			
<p>Quanto à ausência de caracterização da inviabilidade de licitação e da singularidade dos serviços; ausência de ratificação da autoridade superior quanto à inexigibilidade, bem como da publicação desta; pagamento e contratação sem a prévia comprovação de habilitação e regularidade fiscal do fornecedor; Ausência de certificado de conclusão de curso, nos processos de inexigibilidade de licitação n.º 08.675.001.462/2011-84, 08.675.002.207/2011-59, 08.675.002.344/2011-93 e 08.675.003.357/2011-80, informa-se o que se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quanto à convalidação dos atos de inexigibilidade de licitação, este Ordenador de Despesas atual está avaliando a viabilidade de se realizar a convalidação/ratificação dos atos administrativos recomendada; - Quanto à recomposição dos processos de inexigibilidade, instruindo-os com cópia da publicação dos correspondentes atos administrativos que autorizaram as contratações diretas no Diário Oficial da União, seguem anexos os comprovantes; e - Quanto à juntada aos autos do processo n.º 08.675.002.207/2011-59, esta foi realizada, conforme cópias anexas. 			

Síntese dos resultados obtidos
A solicitação de informação foi devidamente prestada e a documentação enviada à CGU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 9.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
01	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 021</p> <p>Impropriedades verificadas no Contrato nº 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: Ausência da descrição das atividades, dos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários, da comprovação dos valores dos salários na proposta da Empresa na licitação e da comprovação de alteração dos valores nas repactuações;</p> <p>Recomendação 001</p> <p>"b" e "c") Comprovar de forma efetiva e clara e nos termos da Instrução Normativa MARE nº 18/97, em vigor à época da vigência do Contrato, Instruções Normativas SLTI nº 02/2008 e 03/2009, e Decreto nº 2.271/97, o valor dos salários para os cargos de Assistentes Administrativo I e II, informados no item 4 - DA PROPOSTA, do Edital de Concorrência nº 01/2004 e utilizados na proposta das Empresas a época da licitação. Recomenda-se, ainda, que a Unidade abstenha-se de fixar salários de categorias que prestam serviços terceirizados sem que haja a correspondente comprovação por meio de acordo ou dissídio coletivo da categoria.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			013428
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Quanto aos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários e da comprovação dos valores dos salários dos Assistentes Administrativos Nível I e II, ainda não foi possível identificar o que motivou a Administração a preestabelecer, nos autos do processo 08675.000013/2004-90, o valor da remuneração desses cargos, tampouco a memória de cálculo correspondente. A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa deste Distrito. Porém, os atuais servidores estão envidando esforços no sentido de obter a informação requerida e, assim, comprometem-se a encaminhar esses dados tão logo sejam identificados, ou comunicar o insucesso definitivo da busca no menor espaço de tempo possível, caso se esgotem os meios disponíveis.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ausência de memória de cálculo e a equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito.			

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
02	Relatório de Auditoria 244055 – Gestão de 2009	1.1.7.2	Solicitação de Auditoria 2013 14174/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 021</p> <p>Impropriedades verificadas no Contrato nº 01/2004 relacionadas aos postos de Assistentes Administrativos I e II: Ausência da descrição das atividades, dos critérios e parâmetros utilizados para estabelecer os valores dos salários, da comprovação dos valores dos salários na proposta da Empresa na licitação e da comprovação de alteração dos valores nas repactuações;</p> <p>Recomendação 002</p> <p>g) Promover junto à Empresa prestadora de serviços o imediato recolhimento do valor de R\$ 4.384,80, corrigido monetariamente e criar mecanismos de controle interno com vistas a evitar falhas da mesma natureza.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			013428
Justificativa para o seu não cumprimento			
<p>Quanto à recomendação para que se promova junto à Empresa prestadora de serviços o imediato recolhimento do valor de R\$ 4.384,80, corrigido monetariamente e para que se crie mecanismos de controle interno com vistas a evitar falhas da mesma natureza, informa-se que, apesar das prorrogações atenciosamente concedidas por esse órgão de controle interno, não logramos êxito em localizar o ajuste de contas em que houve a glosa em algum pagamento ou o abatimento desse valor em alguma memória de cálculo referente a repactuação. No entanto, não foi possível ainda analisar todos os processos de pagamento referentes ao contato em questão. Assim continuamos no levantamento de todos os documentos e processos referentes às repactuações e pagamentos realizados à empresa, a fim de verificar se houve alguma restituição ao Erário relativa aos fatos apontados na auditoria e, tão logo sejam identificados, cópia do documento correspondente será encaminhado a essa Controladoria. Comprometemo-nos ainda a, caso com o resultado desse trabalho não se localize os referidos documentos, de imediato, informar a Vossa Senhoria.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito.			

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida

03	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.3	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 006 Pagamentos efetuados sem a comprovação da prestação integral dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem. Recomendação 002 Rever os valores pagos em relação aos serviços efetivamente prestados e, no caso de pagamento a maior, providenciar a compensação desses valores nas próximas faturas.			
Providências adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Justificativa para o seu não cumprimento			
No que diz respeito a pagamentos efetuados sem a comprovação da prestação integral dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, o tempo destinado à apresentação dos documentos comprobatórios não foi suficiente, apesar das prorrogações atenciosamente concedidas pelo órgão de controle interno. Continuamos no levantamento de todos os documentos e processos referentes às repactuações e pagamentos realizados à empresa, a fim de verificar se houve alguma restituição ao Erário relativa aos fatos apontados na auditoria e, tão logo sejam identificados, cópia do documento correspondente será encaminhado à CGU. Comprometemo-nos ainda a, caso com o resultado desse trabalho não se localize os referidos documentos, de imediato, informar ao órgão de controle interno.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito e o prazo fixado para apresentação dos documentos não foi suficiente.			

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
04	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.6	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 009 Pagamentos efetuados sem a comprovação da prestação integral de serviços de vigilância armada por parte da prestadora. Recomendação 001 Rever os valores pagos em relação aos serviços efetivamente prestados e, no caso de pagamento a maior, providenciar a restituição desses valores ao erário.			
Providências adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG

1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal	013428
Justificativa para o seu não cumprimento	
No que diz respeito a pagamentos efetuados sem a comprovação da prestação integral dos serviços de vigilância armada por parte da prestadora, a empresa Multserv Segurança e Vigilância Ltda, o tempo destinado à apresentação dos documentos comprobatórios não foi suficiente, apesar das prorrogações atenciosamente concedidas pelo órgão de controle interno. Continuamos no levantamento de todos os documentos e processos referentes às repactuações e pagamentos realizados à empresa, a fim de verificar se houve alguma restituição ao Erário relativa aos fatos apontados na auditoria e, tão logo sejam identificados, cópia do documento correspondente será encaminhado à CGU. Comprometemo-nos ainda a, caso com o resultado desse trabalho não se localize os referidos documentos, de imediato, informar ao órgão de controle interno.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito e o prazo fixado para apresentação dos documentos não foi suficiente.	

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
05	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.7	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 010 Ausência de consulta ao SICAF; falta de formalização de redução contratual; aceitação de comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS com dados divergentes; falta de atesto em notas fiscais; e falta de glosas. Recomendação 005 Analisar a pertinência da glosa dos valores informados pelo fiscal do Contrato nas notas fiscais nº 0310, 0322, 0352 e 0355, providenciando a devida restituição, se for o caso.			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Justificativa para o seu não cumprimento			
No que diz respeito à ausência de consulta ao SICAF no pagamento (janeiro a setembro 2011); falta de formalização da redução contratual; aceitação de comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS com dados divergentes; falta de atestado em notas fiscais; e falta de glosas, em relação à empresa Plena Serviços Gerais Ltda – Pregão 3/2010 – Contratos 5/2010, 6/2010, 7/2010, 8/2010 e 9/2010 – processo administrativo de contratação n.º 08.675.001.419/2009-02, o tempo destinado à apresentação dos documentos comprobatórios não foi suficiente, apesar das prorrogações atenciosamente concedidas pelo órgão de controle interno. Continuamos no levantamento de todos os documentos e processos referentes às repactuações e pagamentos realizados à empresa, a fim de verificar se houve alguma restituição ao Erário relativa aos fatos apontados na auditoria e, tão logo sejam identificados, cópia do documento correspondente será encaminhado à CGU. Comprometemo-nos ainda a, caso com o resultado desse trabalho não se localize os referidos documentos, de imediato, informar ao órgão de controle interno.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito e o prazo fixado para apresentação dos documentos não foi suficiente.

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
06	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.8	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
<p>Constatação 011</p> <p>Ausência de providências a respeito do desaparecimento do processo de contratação da Empresa Cidade Serviços e Mão-de-Obra Especializada Ltda.</p> <p>Recomendação 002</p> <p>Apurar a responsabilidade de quem deu causa ao desaparecimento do Processo nº 08.675.000.923/2005.</p>			
Providências adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Justificativa para o seu não cumprimento			
Foi aberto o processo n.º 08.675.003.658/2012-94, pelo Núcleo de Corregedoria deste Distrito, o qual visa apurar o desaparecimento do processo 08.675.000.923/2005-53, sendo que a sua fase de instrução já se encontra finalizada, já com Relatório Final da comissão processante, aguardando apenas decisão da autoridade julgadora, conforme consta em cópia enviada à CGU.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
07	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	2.1.5.9	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			

Constatação 012	
<p>Prazos de garantias dos Contratos com duração inferior à prevista; classificação contábil inapropriada da despesa; não prorrogação dos prazos das garantias prestadas; ausência de comprovação das vantagens em se prorrogar os contratos e de motivação para a redução no objeto do contrato; alteração no valor do contrato sem a anuência da CONJUR; emissão de empenho com valor simbólico; ausência de comprovação de defesa prévia de empresa que teve contrato rescindido unilateralmente.</p>	
Recomendação 004	
<p>Verificar junto à setorial contábil sobre a adequação e correção dos contratos em que as despesas de prestação de serviços foram classificadas na Natureza de Despesa 33.90.37 – Locação de Mão-de-obra, promovendo a correta classificação de acordo com a natureza dos serviços, no que se refere ao contido na alínea "b".</p>	
Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal	013428
Justificativa para o seu não cumprimento	
<p>Ao pedir respeitosamente vênias, discordamos, pois verifica-se, em consulta ao sistema SIAFI, em plano de contas, que o detalhamento da conta 37, bem como a função da mesma, assim está definida: “registra despesas orçamentárias com prestação de serviços por pessoas jurídicas para Órgãos públicos, tais como limpeza e Higiene, vigilância ostensiva e outros ...”, enquanto que o da conta 39 especifica o seguinte “registra o valor das despesas com outros serviços de terceiros”, como segue pesquisas do SIAFI anexo. Portanto, comprova-se a regularidade do enquadramento da conta para empenhos dos serviços desta natureza na conta 37.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há.	

Unidade jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
08	Relatório de Auditoria 2012 03619 – Gestão de 2011	4.1.2.2	Solicitação de Auditoria 2012 03619
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal			013428
Descrição da recomendação			
Constatação 035			
<p>Ausência no Termo de Referência de itens estabelecendo a periodicidade e a forma como seria feita a manutenção preventiva; o limite máximo de horas na execução de manutenções preventivas e corretivas; divergência entre o teor do contrato e do edital; ausência no processo do Edital do Pregão nº 02/2011, devidamente alterado, numerado, assinado e rubricado pelo Pregoeiro; distorção na pesquisa de preços.</p>			
Recomendação 004			
<p>Fazer o levantamento dos preços efetivos de mercado das peças pagas por meio das Notas Fiscais 000129 e 000151, à época da prestação dos serviços, com vista a calcular os valores pagos indevidamente, promovendo o seu imediato ressarcimento aos cofres públicos; estabelecer critérios claros para aferição dos valores das peças a serem pagos futuramente, com utilização de tabelas de preços do fabricante e/ou pesquisa de preços em quantidade suficiente para comprovar o efetivo valor de mercado.</p>			

Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
1º Distrito de Polícia Rodoviária Federal	013428
Justificativa para o seu não cumprimento	
<p>Buscou-se junto ao fiscal do contrato em questão informações referentes à apontada pesquisa de mercado. Este informou que os valores pagos tiveram por base uma pesquisa de mercado realizada por ocasião da prorrogação do prazo de vigência contratual. Contudo, em razão da recente mudança da sede administrativa deste Distrito, anteriormente situada em Santa Maria, para a Zona Industrial do Guará (SIA), o acesso a alguns dos processos ficou dificultado, pois os mais antigos permaneceram ainda nas instalações antigas. Como o processo de pagamento em questão se refere ao exercício financeiro de 2011, faz-se necessária uma busca nos arquivos ainda localizados na sede antiga deste Distrito para localizar o processo de prorrogação do prazo de vigência do contrato para, então, comparar os preços registrados na correspondente pesquisa de mercado com aqueles efetivamente pagos pela prestação do serviço. Esse procedimento se faz necessário em razão de que a realização de uma pesquisa de mercado neste momento dificilmente refletirá o valor comercial do material no momento de seu pagamento (2011). Destaca-se que este Distrito está envidando esforços para apresentar as informações no menor prazo possível e que, tão logo seja localizado o processo e suas informações sejam verificadas, concluir-se-á a prestação de informações referentes a este tópico.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>A equipe que trabalhou à época dos fatos não se encontra mais atuando na área administrativa e financeira deste Distrito e o prazo fixado para apresentação dos documentos não foi suficiente. Além disso, em função da mudança de Sede administrativa o acesso ao processo ficou dificultado.</p>	

9.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/1993

9.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993

Quadro 9.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de cargos e funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da ocorrência da obrigação de entregar a DBR		
		Posse ou início do exercício de cargo, emprego ou função	Final do exercício de cargo, emprego ou função	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	12	12	12
	Entregaram a DBR	12	12	12
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Pastas Funcionais e Rol de Responsáveis.

9.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

No exercício de 2013, doze servidores ocuparam cargo efetivo ou função gratificada neste 1º DRPRF/DF e todos entregaram o termo de compromisso autorizando o acesso às declarações anuais apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º, do artigo 13, da Lei 8.429/92, em vista do disposto no § 2º do artigo 3º do Decreto n.º 5.483 de 30 de junho de 2005, combinado com os arts. 1º, inciso I e da Portaria Interministerial MP/CGU N.º 298 de 06/09/2007, publicada no DOU de 11/09/2007.

Os demais servidores, ocupantes de cargos efetivos, também assinaram o referido termo de compromisso.

Os novos servidores que tomaram posse e entraram em exercício em 2013, entregaram a última declaração de imposto de renda ou declaração de bens assinada de próprio punho, além de assinarem o termo de compromisso autorizando o acesso às declarações anuais apresentadas a Secretaria da Receita Federal.

A unidade responsável pelo gerenciamento das DBR, no âmbito deste 1º DRPRF/DF é o Núcleo de Administração de Pessoal – NAP/DF, que adota as providências necessárias para que todos os servidores apresentem o termo de compromisso ou a declaração de imposto de renda apresentada à Receita Federal, com o comprovante de entrega.

Apesar dos servidores terem assinado o termo de autorização de acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal, não há nenhum acesso a esses dados, vez que nenhum servidor lotado no NAP/DF possui senha de acesso ao Sistema da Receita.

Não existe sistema informatizado para o gerenciamento das declarações de imposto de renda dos servidores, apenas, recebemos o documento, em papel, e os arquivamos nas pastas funcionais. Esclarecemos, ainda, que somente os servidores lotados no NAP/DF têm acesso às pastas funcionais dos servidores, objetivando preservar o sigilo das informações.

Esclarecemos, ainda, que não há nenhum tipo de análise das informações fiscais dos servidores, objetivando identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, haja vista que essa atribuição não se encontra no rol de atribuições contido no art. 91 da Portaria Ministerial nº 1375, de 02/08/2007, publicada no DOU nº 150, de 06/08/2007, que estabelece as atribuições do Núcleo de Administração de Pessoal – NAP/DF, no entanto, compete ao NAP manter atualizado o acervo funcional dos servidores, inclusive, com o documento pertinente ao fisco, ou seja: a cópia da declaração de imposto de renda apresentada à Receita Federal, com o comprovante da entrega ou o termo autorizando o acesso aos dados constantes da Receita Federal.

9.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Quadro 9.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de contas especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento débito	Não comprovação	Débito < R\$ 75.000			
3	3	-	-					

O quadro abaixo traz mais detalhamento a respeito das situações que configuraram dano ao erário ocorridas no exercício de 2013.

Processo	Objeto	Situação	Valor
08.675.003.444/2013-07	Acidente envolvendo veículo oficial caracterizado (Viatura MMC/Pajero)	Conserto já realizado. Despesa paga pelo usuário que causou o acidente	2.150,00
08.675.003.826/2013-22	Acidente envolvendo veículo oficial caracterizado (Viatura GM/Trail Blazer)	Conserto já realizado. Despesa paga pelo usuário que causou o acidente	5.823,96
08.675.001.315/2013-76	Extravio de arma de fogo	Gerada GRU e aguardando pagamento pelo servidor que deu causa	1.856,45

9.5 Alimentação Siasg e Siconv

DECLARAÇÃO

Eu, Gustavo Brito, CPF nº 798.294.903-78, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF, cargo exercido no 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – 1º DRPRF/DF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 21 de março de 2014.

Gustavo Brito
CPF 798.294.903-78
Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público

Os responsáveis pela gestão da UJ estão sempre em contato com a Setorial Contábil do Ministério da Justiça e na execução orçamentária, financeira e patrimonial a UJ adota todos os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, porém, assim como evidenciado na Declaração do Contador (item 11.2), não cumpre os preceitos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade

10.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
1º DISTRITO REG. DE POLÍCIA RODOV. FEDERAL-DF	200141		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB; b) 315 - FALTA/RESTRICÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO; c) 603 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE C/RMA; d) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; e) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF - 9.261/O-7

11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Além das áreas já citadas, e apesar da área fim da instituição ser o policiamento ostensivo de rodovias e estradas federais, a UJ conta com uma área voltada à inteligência (Núcleo de Inteligência – NUIINT). Dessa forma, se torna importante detalhar as atribuições e forma de atuação da área.

A Atividade de Inteligência do DPRF adota a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), quando atua como Inteligência de Estado, e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), quando atua como Inteligência de Segurança Pública (ISP).

A Atividade de Inteligência do DPRF é executada pela Unidade Central de Inteligência (UCI) e pelas Unidades Regionais de Inteligência (URI), as quais compõem seu Sistema de Inteligência, cabendo a cada uma dessas Unidades, no seu nível organizacional, o planejamento para cumprimento de suas atribuições.

A execução da atividade de inteligência no âmbito da Polícia Rodoviária Federal é regulada pelas Normas Gerais da Atividade de Inteligência – NGAI.

Art. 13. À Unidade Regional de Inteligência (NUIINT) compete:

I - assessorar o Superintendente ou o Chefe de Distrito nos assuntos afetos à Atividade de Inteligência;

II - planejar, coordenar e integrar a Atividade de Inteligência do DPRF no âmbito da Regional, em consonância com a UCI e demais órgãos de inteligência do SISBIN e SISP;

III - produzir conhecimentos para subsidiar decisões do Superintendente ou do Chefe do Distrito e, com a anuência destes, dos demais dirigentes da Regional;

IV - propor, elaborar e realizar Operações de Inteligência, a fim de subsidiar a produção de conhecimento no âmbito da Regional;

V - elaborar e propor o Plano Anual da Atividade de Inteligência no âmbito da Regional, em consonância com a UCI;

VI - atender as demandas da UCI;

VII - colaborar com a UCI na consolidação das ações doutrinárias da Atividade de Inteligência no âmbito da Regional;

VIII - manter o intercâmbio de conhecimentos entre os integrantes do Sistema de Inteligência do DPRF;

IX - propor convênios, com anuência da UCI, e manter intercâmbio com órgãos integrantes do SISBIN e do SISP e outros órgãos públicos, bem como entidades privadas;

X - indicar policiais para participarem de capacitação na Atividade de Inteligência, com anuência do Superintendente ou do Chefe do Distrito;

XI - encaminhar à UCI proposta anual de capacitação dos integrantes da URI;

XII - identificar, avaliar e acompanhar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação do DPRF, bem como coordenar as medidas de defesa da Instituição no âmbito da Regional;

XIII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos no âmbito da Regional;

XIV - planejar, elaborar e executar o PSO da Regional, com anuência do Superintendente ou do Chefe do Distrito e parecer favorável da UCI;

XV - submeter à manifestação da UCI os nomes dos policiais indicados para ingressar na Atividade de Inteligência das Superintendências e Distritos Regionais;

XVI - manter cadastro atualizado dos integrantes, ex-integrantes e colaboradores da Atividade de Inteligência no âmbito da Regional;

XVII - manter cadastro atualizado dos policiais que possuam capacitação na área de Inteligência no âmbito da Regional;

XVIII - realizar, periodicamente, palestras sobre a Atividade de Inteligência voltadas para os servidores, prestadores de serviço e estagiários no âmbito da Regional;

XIX - manter atualizado o cadastro de equipamentos e materiais pertencentes à área de Inteligência no âmbito da Regional; e

XX – manter a UCI a par dos sistemas de informação ou bancos de dados utilizados na Atividade de Inteligência da Regional, franqueando-lhe acesso.

O trabalho desenvolvido pelo setor de Inteligência no 1ºDRPRF/DF consiste em subsidiar os gestores deste órgão em seus planejamentos e tomadas de decisões a fim de otimizar o emprego de seus recursos em todas as áreas de atuação. Para tanto, a atividade de inteligência é considerada o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da Segurança Pública, no âmbito das rodovias e estradas federais, orientadas para a produção e a salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar este processo decisório.

A equipe do serviço de inteligência nesta regional é composta por quatro agentes, sendo que três possuem o Curso Básico de Inteligência Policial.

Além de equipamentos de informática para o serviço administrativo, o núcleo conta com Localizadores GPS, gravadores de som e imagens, um telefone móvel funcional, dentre outros. Dispõe ainda de três viaturas descaracterizadas e duas salas de trabalho, uma localizada na sede do 1ºDRPRF e outra na BR-040 KM 0, dentro das instalações do DNIT.

Os agentes de inteligência devem ser capacitados, no mínimo, com o Curso Básico de Inteligência Policial. Essa é uma exigência da Coordenação de Inteligência, que ministra esta capacitação formando policiais capazes de efetuar, através de métodos e técnicas próprios, a coleta e a busca de dados e informações com vistas à produção de conhecimento, proporcionando aos gestores assertividade para a tomada de decisão.

Em fevereiro de 2013 foi realizado o Curso de Produção de Conhecimento que formou um agente para a área de análise, responsável pela produção de conhecimento que é o produto final da inteligência.

Ações

- Copa das Confederações: realizada em junho de 2013 contou com a participação de 22 agentes convocados de outras regionais divididos entre equipes de campo (Busca do dado negado) e de análise (produção de conhecimento).

A coordenação do trabalho de escolta de dignitários durante a Copa das Confederações ficou sob a responsabilidade da PRF. Logo, este Núcleo de Inteligência recebeu a incumbência de elaborar uma análise de risco para as escoltas realizadas no DF.

O trabalho de análise de risco exige do seu elaborador conhecimento técnico. Porém, não houve treinamento para os analistas sendo utilizada como escopo a metodologia utilizada pela ABIN.

- Combate aos assaltos a ônibus: o núcleo de inteligência buscou em 2013 mitigar um problema que aterroriza os usuários do transporte interestadual de passageiros a anos na região do Entorno Sul do Distrito Federal. Os ônibus que efetuam este tipo de transporte são assaltados e, por mais que quadrilhas sejam desmanteladas e criminosos presos, são muitos aqueles que encetam nesta modalidade de crime.

Entre os trabalhos realizados para o combate a este crime destaca-se aquele que apresentou como resultado positivo em setembro de 2013 a prisão de 22 pessoas e a identificação de mais 12 envolvidos. Denominada “Operação Faroeste Caboclo” foi uma ação cooperativa junto à PCGO por quatro meses. Foram utilizados seis agentes de inteligência.

Porém, ao contrário do esperado pelas autoridades de segurança pública, houve um aumento nos índices de roubos ao transporte interestadual de passageiros levando o setor de inteligência desta regional a reiniciar levantamentos, consoante ao trabalho desenvolvido pelo núcleo de policiamento e fiscalização.

- Combate à ESCA: para o combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi planejada, junto ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização, uma operação de inteligência para identificação dos pontos prováveis de existência de ESCA nas rodovias federais. A operação não foi realizada devido ao aumento nas ocorrências de assalto a ônibus de transporte interestadual de passageiros no último bimestre de 2013, um trabalho que já estava em andamento.
- Combate à disputa de corrida não autorizada: denominada Operação Jaspion, este trabalho proporcionou coibir os excessos de velocidade praticado pelos condutores de motocicletas de alta performance, que utilizam a BR-060 no trecho compreendido entre Brasília-DF e Goiânia-GO.

A atividade de inteligência visou Identificar os grupos de motociclistas que praticavam corrida, mais conhecido como “rachas”. As equipes de policiamento atuaram qualificando e lavrando TCO para esses grupos.

Como resultado desta operação foram 35 motocicletas retidas, aquelas que apresentavam algum tipo de irregularidade porém podiam receber regularização no local. Além de 5 motocicletas apreendidas

e 4 motociclistas presos por infringirem o Art. 308 do CTB e 1 detido por desobedecer a ordem de parada dos policiais

- Movimentações sociais: em tempos de grandes eventos, cabe a este setor acompanhar as ações de populares que utilizam como palco as rodovias federais para reivindicarem. Durante a Copa das Confederações foram várias interdições com depredação de ônibus e enfrentamento às forças policiais que agiram para controle de distúrbio civil.
- Investigação Social: também é atribuição da área de inteligência realizar a investigação social de candidatos ao cargo de policial rodoviário federal. Foram realizadas pesquisas a fim de apresentar o perfil de cada candidato, sendo esta fase do certame de caráter eliminatório.

Em 2013 foi realizado concurso público para provimento de vagas ao cargo de policial rodoviário federal. O NUIINT atuou durante todas as fases do processo seletivo a fim de monitorar possíveis ações adversas ao certame e realizar levantamentos acerca dos candidatos a essas vagas.

Este trabalho propiciou ao órgão selecionar com transparência e vantajosidade aqueles candidatos que apresentaram perfis compatíveis à função a pleiteada.

- Segurança Patrimonial: No ano de 2013 os pátios destinados à guarda de veículos apreendidos nos postos da PRF foram alvos de diversos furtos. Veículos inteiros, ou suas partes e acessórios foram subtraídos causando uma repercussão vexatória para o órgão.

Diante das ocorrências, a administração iniciou um processo de reestruturação dos pátios que consistiu inicialmente na aquisição de cercamento. Porém outros problemas ainda afetam a qualidade do serviço, inclusive comprometendo a segurança aos patrimônios de terceiros e orgânicos, tais como: falta de iluminação, limitação da capacidade de veículos guardados, necessidade de realização de leilão para diminuir custos com a salvaguarda de veículos apreendidos.

- Produção do Conhecimento: Foram produzidos 169 documentos no ano de 2013. Alguns apresentam conteúdo que, pelo princípio da oportunidade, visam atender necessidades emergenciais dos gestores. Outros são relatórios com produção de conhecimento, estes servem de subsídio para ações planejadas ou apresentam a compilação de um resultado pós-operação.

Para alcançar os objetivos esperados pela instituição, busca-se sempre a integração com os demais órgãos de precípuas atribuições pela ordem pública, tais como: Polícias Cíveis, Polícia Federal, ANTT, Ministérios Públicos dos Estados, Polícias Militares e outros. Logo, constantemente, são realizadas reuniões com os representantes destas entidades, gerando agilidade na comunicação e cooperação.

O setor de inteligência é subordinado tecnicamente à Coordenação de Inteligência e hierarquicamente ao Superintendente Regional como apoio ao Gabinete. Toda a comunicação realizada é guardada em pastas organizadoras ou registrada no sistema Argus, criado exclusivamente para a comunicação técnica interna. A comunicação externa é realizada através de ofícios.

A grande dificuldade encontrada por este núcleo é a escassez de agentes capacitados para desenvolverem a atividade de inteligência. Eventualmente o núcleo recebe reforço de pessoal, porém a equipe conta regularmente com quatro profissionais, metade do quantitativo considerado ideal para o setor.

Os indicadores de desempenho apontam que, em um de seus itens, o índice de adequação pessoal, o efetivo ideal para o NUIINT/DF seriam nove, mais que o dobro do efetivo atual que são quatro. Logo, a adequação do quadro de servidores implicaria em maior quantidade de atividades a serem executadas, assim como mais qualidade na realização das missões gerando maior confiabilidade nos resultados produzidos.